

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

**Silvana Gurgel**

**O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na  
questão da colocação pronominal (1880-1920)**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-graduação em  
Lingüística da Universidade de São  
Paulo, como parte das exigências  
para a obtenção do título de Mestre  
em Semiótica e Lingüística Geral.

**Orientadora:**  
**Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman**

**São Paulo**  
**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Silvana Gurgel

*O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Semiótica e Lingüística Geral.

### BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman (orientadora)

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

*Dedico esta dissertação ao meu amado pai  
Murilo Gurgel Praxedes, por ter sido a pessoa que  
demonstrou compreender pelo falar e pelo agir  
o verdadeiro valor que esta experiência intelectual  
teve para mim.*

## **Agradecimentos**

Agradeço à Profa. Cristina Altman, pela confiança que sempre depositou em mim.

Aos colegas pesquisadores Aline da Cruz, Beatriz Christino, Fernando Macena, Luciana Gimenes, Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Olga Coelho e Roberta Raggi, pelos ensinamentos.

Às ricas sugestões dos professores que participaram da minha qualificação: Maria Célia Lima-Hernandes e Jairo Nunes.

Ao Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À minha querida mãe Rosângela, pelo apoio de sempre e à minha iluminada irmã Tatiana.

Ao meu querido marido Rodrigo, pelo otimismo e compreensão.

Ao carinho dos meus sogros Marlene e Antônio, dos meus cunhados Cláudia, Vinícius, Márcia e Luciano Henrique e da pequenina Mariana.

À presença sempre presente da amigona Sheila.

E, em especial, agradeço à minha filha Marina prestes a vir ao mundo, pela gestação maravilhosa que me proporcionou na fase final deste mestrado.

## Resumo

Esta dissertação investiga a dita cientificidade do período dos estudos lingüísticos brasileiros na *Questão* da colocação pronominal a partir de aparatos teóricos do campo de pesquisa da Historiografia Lingüística.

Constituíram o *corpus* principal de análise os textos gramaticais dos agentes: Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Augusto Gomes (1859-1924), Maximino de Araújo Maciel (1865-1923), Manuel Pacheco Silva Junior (1842-1899) & Lameira de Andrade (-), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro 1839-1920, João Ribeiro (1860-1934), Júlio César Ribeiro (1845-1890) e Manuel Said Ali (1861-1953).

As análises indicam que a recepção positiva às orientações entendidas como ‘científicas’: ‘histórica’ e ‘naturalista’, para o tratamento da língua, localizava-se mais na retórica dessa geração do que propriamente no modo como o problema da colocação pronominal foi tratado lingüisticamente, pois observou-se nos textos um tratamento predominantemente ‘pedagógico’.

A co-ocorrência de abordagens encontrada no modo como a *Questão* foi tratada por essa geração sugere a não presença absoluta de uma descrição de língua promovida pela “nova corrente”, por isso conclui-se que não seria adequado afirmar que a gramática realizada com a *Questão*, no período 1880-1920, foi ‘científica’.

**Palavras-chaves:** Historiografia Lingüística, Gramática Científica, Colocação Pronominal.

## Abstract

This thesis studies the so-called scientificity of the period of Brazilian linguistic studies in the *Issue* of the use of pronouns from theoretical apparatuses of the Linguistic Historiography research area.

Grammatical texts by the following have comprised the main *corpus* of the analysis: Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Augusto Gomes (1859-1924), Maximino de Araújo Maciel (1865-1923), Manuel Pacheco Silva Junior (1842-1899) & Lameira de Andrade (-), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro 1839-1920, João Ribeiro (1860-1934), Júlio César Ribeiro (1845-1890) and Manuel Said Ali (1861-1953).

The analyses show that the positive welcome to guidelines seen as ‘scientific’: ‘historical’ and ‘naturalist’, for treating the language, was mainly grounded in the rhetoric of that generation rather than in the manner the problem of the use of pronouns was linguistically treated, as a predominantly ‘pedagogical’ treatment was seen in the texts.

The co-occurrence of approaches found in the manner the *Issue* was dealt with by that generation suggests the absolute non-presence of a language description promoted by the “new generation”, therefore it is concluded that it would not be appropriate to state that the grammar carried out with the *Issue*, within the period from 1880 to 1920, was ‘scientific’.

**Key words:** Linguistic Historiography, Scientific Grammar, Use of Pronouns.

# Índice

<b>Resumo.....</b>	<b>5</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>6</b>
<b>Índice de Fichas e Quadros.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I: Princípios Teóricos e Metodológicos.....</b>	<b>19</b>
1. Modelos para interpretação da História.....	20
1.1 Paradigmas e ‘Cinosuras`.....	20
1.2 A historiografia orientada para o conteúdo e a historiografia orientada para o contexto...25	
1.2.1 A dimensão externa: a Influência e o Clima de Opinião.....	26
1.2.2 A dimensão interna: a questão da Metalinguagem.....	27
1.3 A formação de grupos teóricos: liderança intelectual e organizacional.....	29
2. Metodologia.....	30
2.1 Periodização: 1880-1920.....	30
2.2 Seleção do material de análise: os textos da ‘geração científica`.....	32
2.2.1 Critérios de seleção: data, autoria e adequação temática.....	32
2.2.2 Estabelecimento das fontes primárias.....	32
2.3 Parâmetros de análise.....	35
2.3.1 Parâmetros externos.....	35
2.3.2 Parâmetros internos.....	44
<b>Capítulo II: Aspectos contextuais do período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico (1880-1920): a República, os Agentes e o Clima de Opinião.....</b>	<b>50</b>
1. O contexto republicano.....	51
1.1 As transformações políticas, tecnológicas e sociais.....	51
2. Os gramáticos brasileiros do período 1880-1920.....	53
2.1 A liderança intelectual de Júlio Ribeiro.....	54



2.2 A recepção positiva à “nova corrente” teórica: a “retórica revolucionária” da geração.....	55
2.3 A liderança organizacional de Fausto Barreto.....	58
2.4 O argumento da <i>auctoritas</i> .....	63
2.5 O perfil da geração dita científica.....	73
3. A orientação ‘cientificista’.....	78
3.1 O modo como a <i>mudança lingüística</i> foi concebida pela geração.....	79
3.1.1 A <i>história</i> como princípio explicativo.....	80
3.1.2 O <i>meio</i> como princípio explicativo.....	84
<b>Capítulo III: Os tratamentos que a <i>Questão</i> recebeu no Brasil (1880-1920).....</b>	<b>87</b>
1. O tratamento ‘pedagógico’.....	87
1.2 Com Advérbios.....	89
1.3 Nas Frases Negativas.....	91
1.4 No Futuro e no Condicional.....	92
1.5 Com Gerúndios.....	94
1.6 No Início de Oração e Período.....	96
1.7 Em Locução Verbal com Infinitivo.....	98
2. O tratamento ‘histórico’.....	99
2.1 A ‘tese da afeição arcaica’.....	100
3. O tratamento ‘fonético’.....	102
3.1 A ‘tese fonética’ de Said Ali.....	104
4. O Exemplário.....	108
<b>Capítulo IV: Revelando a dita cientificidade na <i>Questão</i>.....</b>	<b>111</b>
1. As forças conservadoras e inovadoras em matéria de língua na <i>Questão</i> .....	111
2. A não liderança intelectual de Júlio Ribeiro na <i>Questão</i> .....	116
3. A liderança intelectual de Said Ali no que tange à ‘tese fonética’ presente na <i>Questão</i> ....	117
<b>Conclusão.....</b>	<b>118</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>121</b>
<b>Anexo I: A <i>Questão</i> em Júlio Ribeiro (1881).....</b>	<b>139</b>

## Índice de Fichas e Quadros

<b>Ficha 1:</b> Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro <i>Autoria e auto-percepção em matéria de ciências da linguagem</i> .....	39
<b>Ficha 2:</b> Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro <i>Referências Explícitas</i> .....	41
<b>Ficha 3:</b> Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro <i>Concepção de Mudança</i> .....	43
<b>Ficha 4:</b> Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro <i>Metalinguagem Gramatical</i> .....	46
<b>Ficha 5:</b> Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro <i>Exemplário</i> .....	47
 <b>Quadro I:</b> Resumo dos textos que trataram da <i>Questão</i> , publicados no período, organizados por autor.....	33
<b>Quadro II:</b> Resumo das referências encontradas nos trechos que trataram lingüisticamente da <i>Questão</i> .....	72
<b>Quadro III:</b> As instituições que os gramáticos da geração que compusemos trabalharam.....	75
<b>Quadro IV:</b> As fontes dos exemplários.....	109

## **Introdução**

## Introdução

O final do século XIX foi marcado por grandes transformações, não só de ordem tecnológica, como também social e política em todo mundo, e, no Brasil, a situação não foi diferente. Ocorria aqui uma importante mudança em nosso regime político, pois o país passava de Monarquia a República, o que propiciou uma acentuada tendência ao não reconhecimento do passado, já que a Monarquia era vista pelos republicanos do período como modelo de atraso, aculturação e dependência.

A nova época pedia modernidade em todos os setores e, especialmente na escola, onde indivíduo escolarizado era sinônimo de cidadão. Líderes representantes do 1º período Republicano mostravam-se entusiasmados tanto pela idéia de Educação para todos, quanto pela luta contra o analfabetismo, pelo combate contra as influências estrangeiras e, em particular, pela busca da valorização da língua nacional. É nesse contexto que uma discussão em defesa do estabelecimento da língua brasileira começou a crescer, dadas às diferenças existentes e percebidas por aquela geração entre a variante européia do português e a variante brasileira.

Pinto (1978 e 1981), ao compilar a literatura crítica sobre a 'questão da língua brasileira', aponta o texto de Visconde Pedra Branca (1780-1854), do final de 1840<sup>1</sup>, como o representante do início do debate sobre a especificidade da língua do Brasil em relação à de Portugal. Nele, afirma que Pedra Branca, ao tentar caracterizar o idioma, se valeu do campo fonológico, quando descreveu que o falar mais doce e ameno se relacionava ao Brasil, e do campo lexical, quando tratou, basicamente, das especificações semânticas e dos empréstimos indígenas. Pinto ainda coloca que Pedra Branca dissertou genericamente sobre o caráter das

---

<sup>1</sup> A rigor, o texto de Pedra Branca é de 1826, ano da publicação do *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi, de quem Pedra

línguas como reflexo das sociedades, conforme o pensamento determinista e evolucionista da época.

Em ressonância posterior ao observado por Pedra Branca, José de Alencar, (1829-1854), símbolo do pensamento romântico brasileiro, que, por volta de dez anos, se empenhou em justificar suas supostas incorreções<sup>2</sup>, surgiu como o representante mais conhecido da busca por identidade nacional e da defesa de uma aceitação do evolucionismo que marcaria uma suposta superioridade de nossa língua, já que ela passava a ser vista como fruto da evolução da língua de Portugal.

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica anuncia a raça inteligente e ilustrada. (Alencar 1875: 67)

As críticas que fizeram com que José de Alencar se comprometesse cada vez mais com seus ideais progressistas revelam a existência de um debate estabelecido na época entre aqueles que defendiam a unidade da língua portuguesa, ou seja, aqueles que resistiam à inovação e que apoiavam a continuidade da tradição lusitana, os ‘tradicionalistas’, e aqueles que defendiam a autonomia de uma ‘língua’ ou ‘dialeto’ brasileiro, os ‘inovadores’.

É somente nesse momento, na segunda metade do século XIX, que a língua do Brasil assumiu contornos de problema de interesse nacional e passou a constituir objeto de cogitação por parte dos ‘inovadores’, para registro de uma realidade já consistente e documentável. Essa demanda, somada às necessidades do aparelho escolar – que se expandia em virtude do ideal positivista de “escola para todos” – motivou a formulação do programa de exames

---

Branca foi colaborador.

<sup>2</sup> Sobre a polêmica com a qual José de Alencar estava envolvido, conferir a tese de Marli Quadros Leite intitulada *O purismo lingüístico – Suas manifestações no Brasil*, defendida em 1996, bem como a introdução da obra de Edith Pimentel Pinto *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1820/1920* (pp. XXII a XXVIII).

preparatórios de português, por Fausto Barreto<sup>3</sup>. E foi ele a principal causa da gramaticização da variante brasileira:

Não havendo compêndios que se adscrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilharessem o ensino e estudo da língua portuguesa. (Maciel 1914:444 *apud* Fávero e Molina: 2006)

Muitos autores dessas novas gramáticas se opuseram às obras de embasamento ‘filosófico’ como as de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), Antonio Moraes e Silva (1777-1824), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), pois propunham analisar a língua como um organismo vivo, como um fenômeno natural, seguindo as orientações de Arsène Damasterter (1849-1888), Friedrich Diez (1794-1876), Michel Bréal (1832-1915) e outros.

Este período dos estudos lingüísticos brasileiros, intitulado como ‘científico’ por Elia (1975:121), foi entendido por ele como “um momento de transição em que o sentido renovador volt[ou]-se ainda para as explanações gramaticais, procurando imprimir à disciplina do idioma fundamento mais consentâneo com o progresso dos estudos lingüísticos”. Segundo Elia, foi nesse período que despontou a corrente independente dos lexicógrafos, as preocupações vernaculistas renasceram para o fim do século, as primeiras manifestações da direção filológica apareceram, e surgiram os grandes nomes fundadores da Filologia do Brasil.

Cavaliere (2000:19) colocou que foi também nesse período que “se desfrut[ou] um momento rico das letras brasileiras; respir[ou]-se uma atmosfera de grande e generalizado interesse pela investigação científica do vernáculo”. Afirmou que muitos estudos foram

---

<sup>3</sup> O programa de Fausto Barreto foi lançado em 1887 e se encontra resumidamente publicado na obra de Júlio Ribeiro *Procellarias*.

realizados amparados pela profícua publicação de trabalhos europeus traduzidos, onde são notados “os esforços de aplicação do método histórico-comparativo e a criteriosa fundamentação das hipóteses teóricas em textos representativos de padrão culto vigente”. De acordo com Cavaliere e a geração que representa, esse momento tão produtivo teria aberto as portas da ciência lingüística no Brasil.

Essa nova onda ‘cientificista’, vinda da corrente européia de estudos, foi impulsionada, como pudemos ver, pela pressão da época em se renovar tudo o que antes fazia parte do outro regime político, a Monarquia.

Porém, perguntamo-nos: em que medida os gramáticos do período realmente aderiram a essa nova abordagem teórica ‘cientificista` frente à língua?

Para que pudéssemos perseguir a resposta para a nossa indagação, um recorte se fez necessário, e, assim, selecionamos como lugar de análise o problema da colocação pronominal, visto que esta foi uma das questões mais discutidas no debate sobre a existência de uma língua brasileira ocorrido nessa época pós-independência.

Mário de Alencar (1872-1925), escritor, e filho de José de Alencar, escreveu em 1919 na *Revista de Língua Portuguesa* nº1, um artigo intitulado “Período Pronominal”. Nele, afirma:

Ha na historia do pensamento brasileiro um alongado periodo, que entrou a accentuar-se cerca de 1880 e cujo termo ainda não é possível predizer-se. Distinguem-no algumas feições curiosas, de ordem intellectual e moral, as quaes só ao futuro é dado apreciar e definir como acerto. Abstrahindo outras manifestações, satisfaz-me chamar-lhe **periodo pronominal**, qualificativo que bem lhe caracteriza um dos traços, e por ventura abrange todos, ou explica-os. De facto nesse periodo domina o pensamento brasileiro a preocupação locativa do pronome obliquo. (Alencar 1919: 185, grifo nosso)

Nesse artigo, Alencar revela o clima de discussão da época a respeito da divergência da colocação pronominal e afirma que o fato se tornou obsessão entre os escritores e jornalistas. Tanto o foi que afirmou ... *raro foi o dia em que nos jornais não se apregoem a*

*receita dos pronomes*. O objetivo principal de Alencar nesse trabalho foi de demonstrar a “perversidade de um preconceito grammatical, que se gerou da medrosa dependencia moral dos escriptores, contra a naturalidade da prosodia popular”.

Alencar se posicionava contra o radicalismo purista que rondava a questão da colocação pronominal brasileira descrevendo e criticando vários estudos feitos na época, tais como os de: Arthur Barreiros, José de Castilho e João Ribeiro.

Os próprios agentes que selecionamos para o presente estudo corroboraram as colocações de Mário de Alencar. Barreto (1879-1931), por exemplo, diz que uma das “questões de linguagem” que ocupou grande parte dos debates gramaticais do século XIX e prolongou-se século XX a dentro, é a chamada “velha e magna questão da colocação dos pronomes pessoais atônicos” (p. 53).

Todo esse debate se configura no que resumidamente designamos ao longo desta dissertação como a *Questão*. Ela diz respeito, fundamentalmente, às discussões a respeito das diferenças da colocação pronominal brasileira e européia e às tentativas de solucioná-las através de diferentes abordagens teóricas. Os diferentes modos de tratamento à *Questão* serão analisados no Capítulo III.

O objetivo central desta dissertação de mestrado foi, pois, explicitar o tratamento que a questão da colocação pronominal recebeu no período dito científico dos estudos lingüísticos brasileiros (1880-1920). Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos:

**i.** levantar os textos gramaticais do período 1880-1920 que descreveram a questão da colocação pronominal;

**ii.** mapear os argumentos sobre a natureza dessas descrições, tanto os de natureza ‘externa’, isto é, políticos, emocionais, estéticos; quanto os de natureza ‘interna’, isto é, de natureza descritiva;



Finalmente, para esta introdução, vale colocar que ainda hoje o problema da questão da colocação pronominal é estudada e que para vários lingüistas contemporâneos esse fenômeno se apresenta como uma das mudanças que ocorreu no sistema pronominal da língua portuguesa (Cyrino 1993; Duarte 1989; Galves 1993; Nunes 1993; Pagotto 1993; Tarallo 1993). Cyrino (1993), por exemplo, atesta essa mudança em um trabalho diacrônico, no qual observa, em peças teatrais brasileiras, a distribuição do pronome clítico quanto à sua colocação. Nele, constata que a ênclise sofre uma queda brusca de freqüência do século XVIII e primeira metade do século XIX, para a primeira metade do século XX, conforme ilustrado abaixo:

Ênclise com gerúndio	1ª metade do século XIX – 100% 1ª metade do século XX – 25%
Ênclise com infinitivo impessoal	1ª metade do século XIX – 100% 1ª metade do século XX – 56%
Ênclise com imperativo afirmativo	1ª metade do século XIX – 100% 1ª metade do século XX – 62%

**Tabela resumida elaborada a partir dos dados da pesquisa de Cyrino 1993.**

As diferenças que vemos nesses três contextos gramaticais acima revelam que a geração que estudamos lidou com um fenômeno lingüístico em pleno processo de mudança, por esta razão também nos perguntamos: até que ponto os gramáticos do período 1880-1920 perceberam e descreveram a mudança que se dava na língua falada?

Este trabalho foi organizado da seguinte maneira:

No Capítulo I, *Princípios Teóricos e Metodológicos*, apresentamos a linha de pesquisa

da Historiografia Lingüística e o modelo de interpretação de história que adotamos. Discorreremos também sobre nossas opções metodológicas: a delimitação temporal que estabelecemos, os critérios de seleção de fontes primárias e os parâmetros de análise.

O Capítulo II, *Aspectos contextuais do período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico (1880-1920): a República, os Agentes e o Clima de Opinião*, abordou o tema desta pesquisa a partir de fatores que sobressaem à natureza 'interna' da língua. Os parâmetros de análise que elegemos como 'externos' foram abordados nesse momento.

No Capítulo III, *Os tratamentos que a Questão recebeu no Brasil (1880-1920)*, dissertamos, sob a orientação dos parâmetros de análise 'internos', sobre as três abordagens à *Questão* que observamos: a 'pedagógica', a 'histórica' e a 'fonética'; e sobre as variantes da língua portuguesa que estiveram presentes no exemplário que mapeamos.

No Capítulo IV, *Revelando a dita cientificidade na Questão*, respaldados pelos nossos princípios teóricos, explicitamos a dita cientificidade na *Questão*.

Na Conclusão, expomos os resultados obtidos de forma pontuada e resumida.

Os resultados desta dissertação visam a contribuir com a história da língua portuguesa e com os estudos historiográficos lingüísticos brasileiros.

## **Capítulo I**

### **Princípios Teóricos e Metodológicos**

## Capítulo I - Princípios Teóricos e Metodológicos

De acordo com Altman (2004: 24), a Historiografia da Lingüística tem como objetivos principais “*descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural, ao longo do tempo.*”

Para a pesquisadora, os historiógrafos da lingüística, com o intuito de cumprir com os objetivos acima, pautam-se na rede de relações estabelecidas entre os dados levantados sobre contextos social e histórico, agentes e problemas lingüísticos para selecionar, ordenar, reconstruir e interpretar os fatos relevantes do período estudado. Neste sentido, pretendemos neste capítulo expor os parâmetros de análise que nos auxiliaram na construção da rede de relações dos dados que colhemos. Esses parâmetros contemplam a dimensão externa: as informações sobre os agentes, isto é, sobre a geração de gramáticos que compusemos, e sobre o contexto social e histórico, o republicano, no qual viveram; e a dimensão interna de análise: os dados referentes ao problema lingüístico que elegemos, a questão da colocação pronominal no período 1880-1920. Dessa forma, nessa perspectiva metodológica, seguimos a linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo *Centro de Documentação Científica em Historiografia Lingüística* o CEDOCH<sup>4</sup>, vinculado ao Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.

É válido colocar que a natureza de um trabalho historiográfico como esse não se confunde com as ‘crônicas’, isto é, listas que apresentam nomes, datas e eventos relacionados com a produção de determinado conhecimento sobre a linguagem e as línguas, e nem com os ‘testemunhos’, os quais fornecem visões individuais sobre determinado evento, dado o seu caráter subjetivo. As crônicas apenas são elaboradas pelo investigador na primeira fase da

---

<sup>4</sup> Maiores informações sobre o grupo de pesquisadores e sobre os trabalhos que desenvolvemos podem ser encontradas no endereço

atividade historiográfica em Lingüística, e os testemunhos fazem parte do conjunto de fontes que o historiógrafo colhe para construir o clima de opinião do período.

Antes de expormos propriamente nosso quadro de trabalho, fez-se necessário explicitar os princípios teóricos que fundamentaram esta pesquisa condizentes à disciplina Historiografia Lingüística.

## **1. Modelos para interpretação da História**

Devido à História da Lingüística ser uma história não somente de rupturas e descontinuidades, mas também de acumulação e continuidades do conhecimento produzido em ciência da linguagem (Swiggers 1990: 27), vários são os modelos descritivos de história que poderíamos aplicar ao nosso estudo.

Desse modo, a fim de explicitarmos o modelo de interpretação da história que adotamos, tratamos, primeiramente, de apresentar os conceitos de ‘paradigma’ e de ‘cinosura’ desenvolvidos por Thomas Kuhn (1987[1962]) e Dell Hymes (1983).

### **1.1 Paradigmas e ‘Cinosuras’**

A Historiografia da Lingüística, ao eleger como objeto de análise a construção conceptual do conhecimento lingüístico ao longo de um processo histórico, insere-se num campo mais amplo — o da História da Ciência, assumindo, assim, o caráter de uma historiografia do fazer científico. A relação disciplinar entre a História da Lingüística e a História da Ciência é percebida quando as proposições de Kuhn (1987[1962]) a respeito das etapas de evolução de uma ciência são aplicadas também às ciências humanas e sociais pela

comunidade de estudiosos, como é o caso da Lingüística (Altman 2004), e não somente às ciências físicas e naturais.

Kuhn, em seu clássico da filosofia da ciência — *A Estrutura das Revoluções Científicas* — defende que o progresso científico se dá por etapas e que cada novo nível de evolução implica ruptura com a etapa anterior, por isso que, nessa visão, teorias, métodos, seleção de problemas e critérios de solução de problemas podem se romper ao invés de somente continuarem e se acumularem ao longo do tempo. Essas rupturas dão origem à formação que o autor chama de “paradigmas”, incomparáveis e incomensuráveis uns em relação aos outros. A questão relativa às rupturas kuhnianas na ciência suscitou a comunidade científica ligada à Lingüística a pensar sobre o conceito de “paradigma” assim como concebido pelo autor e foram muitos os pensadores que contestaram seu modelo (Hymes, 1983; Koerner, 1989b; Lakatos, 1978; Laudan, 1977), por exemplo.

Kuhn diz considerar os paradigmas “...realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p.13). Porém, Altman (2004), Percival (1976), Masterman (1979), Moulines (1980), Mainguenu (1989) e Koerner (1975) atentam para o fato de que eles nem sempre se caracterizam pela ampla aceitação de toda a comunidade científica.

Dell Hymes (1983), cientista ligado à Antropologia Lingüística norte-americana, interessado na reflexão sobre a história da lingüística e da ciência como um todo, refuta também o conceito de “paradigma” de Kuhn, propondo o de “cinosuras”, pois, para ele, a história da produção de conhecimento em Lingüística necessitava de uma abordagem que considerasse também fatores históricos e sociais. As “cinosuras”, desse modo, seriam os centros de atenção partilhados no interior de uma tradição de pesquisa, pelos quais uma

determinada comunidade paradigmática, imbuída de características ideológicas, sociais e políticas, estaria interessada.

A partir dessa concepção, Hymes afirma que as ciências humanas se desenvolvem, sobretudo, em determinadas tradições de pesquisa, apresentando momentos de continuidades e de descontinuidades, pois há períodos em que uma comunidade paradigmática será mais ou menos percebida pela comunidade científica em geral, e isso em razão de suas características contextuais. Dessa forma, o autor propõe um modelo de interpretação histórica que possibilite a localização de “tradições centrais” e “periféricas” no desenvolvimento da lingüística, privilegiando o mapeamento de trabalhos em grupos contextualizados historicamente, em detrimento da concepção kuhniana de produção de conhecimento científico de caráter presentista e individual.

De acordo com essa perspectiva, este trabalho não pretende somente abordar o problema da questão da autonomia lingüística brasileira no final do século XIX, tal como aparece nos textos que tratam da questão pronominal através somente de sua dimensão interna, mas também através de sua dimensão externa, isto é, social e histórica.

No ponto de vista de Hymes, a Lingüística é desenvolvida, portanto, em uma sucessão de paradigmas co-ocorrentes. É por esta razão que, ao seu ver, apesar de suas distintas linhas de pesquisa, o estruturalismo e o gerativismo nunca conseguiram se apresentar como paradigmas efetivamente revolucionários ou isolados. O que haveria, em certos contextos, na percepção de Hymes, seria o que Murray (1994) denominou de “retórica revolucionária”, ao invés de uma ruptura radical com tradições de pesquisa anteriores.

De fato, a geração que compusemos para representar o grupo de intelectuais interessados pela linguagem no período 1880-1920 não rompeu radicalmente com a tradição de pesquisa enfraquecida, a filosófica, mas, sem dúvidas, essa geração praticava uma “retórica

revolucionária” em prol do estabelecimento da corrente científicista.

Para que as “tradições de pesquisa centrais e periféricas” na história possam ser descritas e explicadas, Hymes insiste no estudo das bases institucionais da Lingüística; das diversas linhas de trabalho e tradições que existem no campo da Lingüística; dos meios disponíveis, métodos, práticas de trabalho, bem como; no estudo dos pensadores do período. Ao lidarmos com o problema da questão da colocação pronominal num período em que transitavam concepções lingüísticas convergentes advindas das correntes filosófica e científica, buscamos explicitar, nos moldes de Hymes, a tradição de pesquisa que consideramos “central”, a dita científica.

Apesar do fato de termos considerado o modelo de interpretação da história de Hymes adequado para os objetivos de nossa pesquisa, vale comentarmos as reflexões de Koerner (1989), historiógrafo da lingüística, sobre essa questão.

A partir da diversidade teórica em Lingüística processada ao longo da história, Koerner aponta para outros modelos de evolução histórica que podem ser adotados pelos historiógrafos e que resultam em possibilidades diferentes de organização de trabalho historiográfico, haja vista o fato do desenvolvimento da Lingüística, e da sua historiografia, ser mais complexo do que a simples sucessão cronológica de paradigmas concorrentes.

Ele, assim como Kuhn, rejeita uma interpretação que entenda que a reflexão e as práticas descritivas lingüísticas tenham acontecido de forma linear e progredido cumulativamente ao longo da história, por isso explica que o modelo de Progresso-por-Acumulação (p. 51) tornou-se desacreditado, ao menos desde o livro de Kuhn de 1962. Koerner exemplifica esse modelo através da ilustração abaixo:



Figura 1



Critica o modelo que chama de ‘Modelo Principal x Modelo Secundário’ (p. 52) pois apesar dele sugerir a existência de pelo menos mais de uma linha de pensamento predominantemente em qualquer período da Lingüística, ou em qualquer outra disciplina, não leva em conta o aspecto dinâmico da história da disciplina. Ao nosso ver, essa crítica é válida, porém a nossa proposta foi, de fato, limitarmo-nos à percepção dos traços oriundos das correntes ‘filosófica’ e ‘científica’ do período.

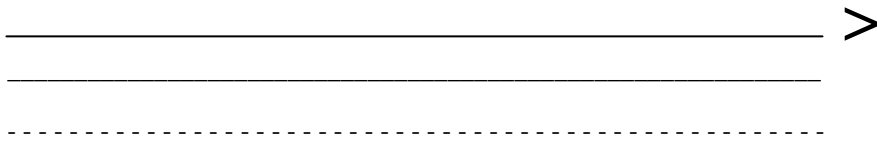


Figura 2 - ‘Modelo Principal x Modelo Secundário’

Destaca que o modelo Pendular (p. 52) parece dar conta desse aspecto dinâmico da disciplina, visto que no desenvolvimento da lingüística há uma alternância contínua entre abordagens contrárias, como: ‘empirista’ x ‘racionalista’; ‘materialista’ x ‘idealista’, etc., por exemplo.

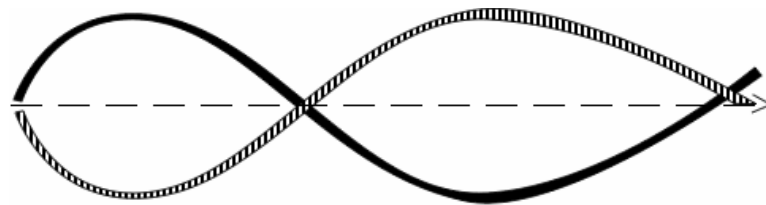


Figura 3 - ‘Modelo Pendula’

Para o autor, o próprio modelo Descontinuidade x Continuidade (p. 53) pode ser mais realista para alguns casos, enquanto o chamado Progresso-Relativo (p. 54) poderia ser usado para dar conta do tipo de desenvolvimento pendular, pois sugere que o retorno a uma ênfase particular em uma determinada abordagem nunca será a mesma devido aos avanços na área.

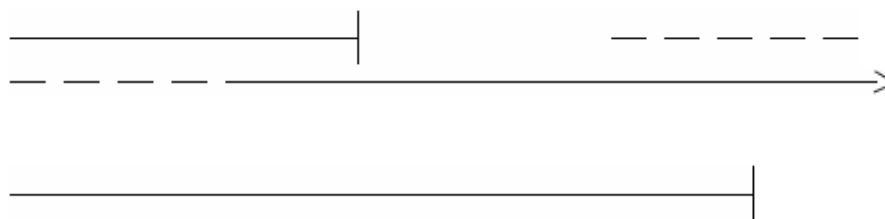


Figura 4 – ‘Modelo Descontinuidade vs. Continuidade’

## 1.2 A historiografia orientada para o conteúdo e a historiografia orientada para o contexto

Christino (2006) lembra que a investigação do clima de opinião, isto é, o conjunto de idéias aceito pelos grupos intelectuais de uma dada época (Koerner 1989a), e dos acontecimentos sócio-econômicos e políticos não deve receber mais importância do que o trato com as línguas e a linguagem em determinado período em investigação. Nesta pesquisa, buscar-se-á uma conciliação entre a dicotomia apontada por Swiggers (1990): a historiografia “content-oriented”, voltada para elementos intralingüístico, e a historiografia “context-oriented”, interessada nos fatores extralingüísticos.

Esses dois tipos de orientação para o trabalho historiográfico não são, entretanto, excludentes. No primeiro, enquadram-se os trabalhos que utilizam também como fontes obras teóricas publicadas, isto é, saberes formalmente constituídos acerca da linguagem. Para este trabalho, investigamos os textos que trataram lingüisticamente do problema da colocação pronominal brasileira. No segundo tipo de orientação, ajustam-se pesquisas que, por objetivarem abordar o processo de produção e elaboração da teoria lingüística, recorrem a elementos extralingüísticos, pertencentes ao contexto de análise.

Vale colocar que não foi por acaso que as críticas recebidas e aceitas por Kuhn em torno da operacionalidade do conceito de paradigma pareciam residir justamente em interpretá-lo, ora na sua dimensão teórica e metodológica, privilegiada pela historiografia

“content-oriented”, ora na sua dimensão histórica e sociológica, privilegiada pela historiografia “context-oriented” (v. Kuhn, 1987 [1970]). Essas duas dimensões parecem ter sido uma preocupação constante e comum bastante discutidas pelos interessados em historiografar a história de uma ciência.

Procuramos, assim, dimensionar a *Questão* no período dito científico da gramaticografia brasileira a partir de elementos internos e externos à produção lingüística que lhe deu sustentação.

### 1.2.1 A dimensão externa: a Influência e o Clima de Opinião

Para que realizemos uma análise eficaz da dimensão externa, Koerner (1989a) recomenda que se atente a alguns conceitos intrínsecos à Sociologia da Ciência, tais como ‘valor’, ‘interesse’, questões de ‘legitimidade’ ou estratégias de ‘exclusão e rejeição’, sendo estes últimos formulados por Pierre Bourdieu (1977).

Esses conceitos podem ser bastantes profícuos ao se trabalhar com o *tipo de retórica*, categoria para a qual se voltou esta pesquisa no momento em que quisemos explicitar o *valor* atribuído por um autor ao método histórico-comparativo, o *interesse* que ele demonstrou por esta vertente de pensamento científico, as razões que o levaram a *legitimar* ou *rejeitar* esta concepção de seus predecessores e/ou contemporâneos. Trataremos da “retórica revolucionária” da geração de gramáticos que compomos no capítulo II desta dissertação.

A postura assumida por um autor, que o conduz a *valorizar* certa fundamentação teórica ou a *rejeitar* determinada concepção instituída, pode ser melhor compreendida ao se recorrer à análise das esferas de *influência* em que se situa esse autor, conforme expõe Koerner (1989a). Tais esferas nos remetem aos fatores individuais e socioculturais que, em

conjunto, constituem a conjuntura em que o indivíduo produz conhecimento lingüístico.

A influência como dado de contexto em que uma teoria científica é edificada revela-se, por exemplo, pelas referências explícitas — como assim o fizemos no capítulo II — ou por meio da comparação de textos, assim como pelas experiências partilhadas, pelo tipo de educação e pelo ‘clima de opinião’ inerente ao período e ao lugar nos quais o autor nasceu e cresceu.

Quando em nossas análises consideramos as referências teóricas explícitas encontradas nos textos que tratavam da colocação pronominal para apresentar o círculo de relações que a geração de gramáticos que compusemos contruíu, lidamos com a dimensão da influência. Contudo, não pudemos provar se aquela geração foi, de fato, influenciada pelas fontes que explicitou, pois não foi nosso objetivo explorar as concepções lingüísticas divulgadas por elas. Quisemos, apenas, dar notícias sobre a existência de outros agentes que de uma forma ou de outra estavam também envolvidos no debate sobre a questão e que, por motivos metodológicos, não foram por nós abordados.

### **1.2.2 A dimensão interna: a questão da Metalinguagem**

Por estarmos conscientes de que nesta dissertação quisemos tornar acessível ao leitor do presente concepções lingüísticas compartilhadas por uma geração de gramáticos do passado, sem distorcer suas intenções e significados originais, não pudemos deixar de nos preocupar com a questão da metalinguagem (Koerner 1996b).

Em *O Problema da Metalinguagem em Historiografia Lingüística*, Koerner (1996) disserta sobre o ‘dilema’ que o historiógrafo parece viver: ou atualiza a linguagem terminológica do passado, tornando-a mais acessível ao lingüista do presente, correndo o risco

de trair, de certa maneira, o contexto original em que a metalinguagem foi utilizada; ou, em não optando por atualizá-la, faz uma reconstrução histórica adequada às idéias do autor do passado e corre o risco de não torná-las compreensíveis ao leitores do presente.

Mesmo conhecendo seus riscos, optamos pela segunda opção. Resolvemos não atualizar a linguagem terminológica dos textos que selecionamos, pois julgamos que o leitor do presente não terá nenhuma dificuldade em entender os trechos com os quais trabalhamos.

É importante deixarmos claro que entendemos o conceito de metalinguagem assim como Koerner entendeu: o de metalinguagem formalizada ou, linguagem científica. (1996: 101), e não como Jakobson (1976) o concebeu: como o de metalinguagem natural, isto é, com função comunicativa.

Koerner desenvolve três princípios que devem ser considerados para que os historiógrafos evitem distorções teóricas em suas traduções: o princípio da “contextualização”; da “imanência”; e da “adequação”.

O princípio da “contextualização” remete ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em questão. Buscamos colocar esse princípio em prática no momento em que tratamos do conhecimento lingüístico produzido principalmente pela corrente de estudos mais evidente no período: a ‘científica’. Consideramos também a questão da colocação pronominal nos contexto republicano brasileiro.

O princípio da “imanência” diz respeito à construção de um quadro geral da teoria sob investigação e à terminologia usada nos textos. Para tanto, investigamos os modos pelos quais a *Questão* foi tratada, tal qual o fizemos no Capítulo III.

E é o princípio da “adequação” que possibilita ao historiógrafo fazer aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho em questão. Como já afirmamos, não foi nossa intenção atualizar o vocabulário, o que não quer dizer que tenhamos negado a

possibilidade de um diálogo com o presente. Apenas acreditamos que o leitor da atualidade não terá dificuldade em entender os trechos que selecionamos.

Isto posto, podemos concluir que buscamos traduzir a produção científica da nossa geração a partir de uma visão retrospectiva e não prospectiva da história (Skiljan 2000); não pretendemos justificar nenhum quadro teórico do presente; e propomos uma reconstrução histórica e não racional do problema que elegemos (Rorty 1993).

### **1.3 A formação de grupos teóricos: liderança intelectual e organizacional**

O trabalho de Murray (1994) sobre a formação e a relação que se estabeleceram entre os diferentes grupos de especialidades da Antropologia Lingüística ao longo da história contribuiu também com o nosso trabalho na medida em que forneceu aparatos analíticos para que conseguíssemos mapear nossos autores em ação em um grupo formado.

Nos processos de formação de grupo, Murray prevê a aparição de uma liderança intelectual e de uma liderança organizacional. Enquanto os primeiros escrevem textos programáticos e empreendem pesquisas exemplares, influenciando na dimensão interna do conhecimento, os líderes organizacionais viabilizam a produção científica em certa linha e asseguram sua publicação e circulação, ligando-se mais à esfera social, isto é, externa do conhecimento (Murray 1994: 22-23; Altman 2004: 37,41).

Para Murray, o sucesso de uma teoria é revelado pela capacidade de seus defensores de conseguir meios de publicação, treinar seguidores, atuar em organizações científicas de prestígio e ocupar postos de destaque, de possuir, portanto, uma “retórica revolucionária”. Por isso que, nessa perspectiva, a formação de grupos científicos não se dá unicamente em torno de boas idéias, mas depende, em grande parte, de líderes intelectuais e de líderes

organizacionais, como realmente atestamos neste trabalho ao estudarmos a “retórica revolucionária” de Júlio Ribeiro e a medida política que Fausto Barreto tomou, ambos em prol do estabelecimento da corrente científicista circundante na época.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Periodização: 1880-1920**

Dado o objetivo central definido para o trabalho — explicitar os modos de tratamento da *Questão* no período dito científico da gramaticografia brasileira — período assim nomeado por alguns filólogos do século XX (Elia 1975, Cavaliere 2000, Fávero 2000), o quadro de trabalho por nós estabelecido é aquele compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, período cujos limites atuou a geração de ‘lingüístas’ que receberam com maior impacto as novas idéias que promoviam a descrição gramatical ao estatuto de ciência.

Em termos gerais, entendemos aqui que o recorte temporal 1880-1920 corresponde aquele em que os interessados na ‘ciência gramatical’ recepcionaram o método histórico-comparativo de análise no Brasil. Essa fase intelectual é inaugurada em 1881 com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro (1845-1890) e se fortalece em 1887, com a publicação do programa oficial de ensino de português elaborado por Fausto Barreto (1852-1908).

O problema da colocação pronominal foi uma das questões lingüísticas mais discutidas nesse período, visto que foi em torno dela que ideais conservadores e inovadores em matéria de língua se cruzaram de forma polêmica. Mário de Alencar, filho de José de Alencar, nos informa sobre o clima purista — já que a discussão chegava a desmoralizar

alguns — circundante do período:

E' cousa communissima ouvir-se a um collegial como a um letrado, a um negociante como a um repórter ou a um político o juízo eliminatório de um livro ou de um escritor com o simples critério e enunciado de que não sabe collocar pronomes.[...] A collocação pronominal ficou sendo a pedra de toque do escriptor; e escriptor que não queira ficar desmoralizado tem de aquilatar ali a sua linguagem.[...] O facto chegou a ser obsessão.(Mário de Alencar 1919:185)

Em 1880, o dito primeiro artigo que divulgava a discussão referente ao problema da colocação pronominal foi publicado — *A Collocação dos Pronomes* de Arthur Barreiros na *Revista Brasileira* nº1<sup>5</sup>. Nesse texto, Barreiros também demonstra ter testemunhado a repercussão que a *Questão* teve no período: “Raro será o nosso homem de letras que, no fogo da improvisação, não haja ao menos uma vez hesitado na collocação dos pronomes, que lhe sussurram á volta da Penna como incommodas vespas zumbidoras.” (Barreiro, 1880:1)

Dada a longevidade desse problema que, ainda que sob outros quadros teóricos e em outros contextos reaparece como *locus* de análise, haja vista os inúmeros trabalhos científicos que tratam do assunto publicados na área anualmente<sup>6</sup>, acreditamos estar colaborando com a historiografia da lingüística brasileira ao escrevermos sobre como esse problema foi inicialmente processado no Brasil no momento em que uma geração de puristas e de contestadores ao purismo surgiu, às portas do movimento modernista<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Para Mário de Alencar (1919), Barreiros é considerado a primeira pessoa no Brasil que reparou no assunto e ocupou-se dele e, segundo Pinto (1978), a ‘questão pronominal’ começou justamente a agitar-se no Brasil com Batista Caetano (1826-1882) em reação às regras propostas por Barreiros para disciplinar a matéria (Pinto 1978: XXXII).

<sup>6</sup> Ver: Cyrino (1993); Duarte (1989); Galves (1993); Leme (2008); Martins (1994); Nunes (1993); Pagotto (1993); Schei (2003).

<sup>7</sup> Para Pinto (1981:XIII), esse movimento “inaugura o período mais denso e tenso de toda a história da língua portuguesa no



## **2.2 Seleção do material de análise: os textos da ‘geração científica’**

### **2.2.1 Critérios de seleção: data, autoria e adequação temática**

O conjunto de textos que constituiu o material principal, a partir do qual se formou nossa historiografia, foi estabelecido a partir de três critérios: data de publicação, adequação temática e autoria dos textos. Em outras palavras, constituiu o *corpus* desta pesquisa: a) os textos que foram publicados no período 1880-1920; b) que trataram da questão pronominal; e c) que foram publicados pelos autores listados abaixo, os quais foram percebidos pela literatura crítica contemporânea e posterior a eles, autores de gramáticas ditas científicas (Cavaliere, 2000; Fávero, 2000; Pinto, 1978).

Selecionamos os seguintes autores para representarem a geração de gramáticos do período 1880-1920: Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Augusto Gomes (1859-1924), Maximino de Araújo Maciel (1865-1923), Manuel Pacheco Silva Junior (1842-1899) e Lameira de Andrade (-), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro 1839-1920, João Ribeiro (1860-1934), Júlio César Ribeiro (1845-1890), Manuel Said Ali (1861-1953), – ver Quadro I adiante.

### **2.2.2 Estabelecimento das fontes primárias**

Levantamos, exaustivamente, na produção dos gramáticos que elegemos: a) gramáticas; b) artigos de pesquisa; c) resenhas; d) prefácios; e) posfácios e selecionamos deste material os textos que apresentaram algum tipo de descrição, teorização ou reflexão sobre a questão pronominal. Quando encontramos mais de uma edição da obra examinada, buscamos

a primeira e fizemos análise das demais, porém, só selecionamos para o *corpus* aquelas que apresentaram alguma alteração pertinente aos nossos parâmetros de análise.

Complementarmente, foram levantados textos desses autores na *Revista Brasileira* (1879, Ano I - 1899, não corrente). Vergara (2004: 1,2) descreve a importância que essa revista teve para época quando nos conta que esta publicação colaborou com a divulgação de estudos científicos da comunidade intelectual do período. Acrescenta que naquele momento de profundas transformações políticas e sociais, com a Abolição e o fim da Monarquia, os críticos literários, colaboradores e editores da *Revista Brasileira* estavam refletindo acerca da “essência da identidade nacional”.

Não foi nossa intenção mapear exaustivamente todo e qualquer texto que tratasse do assunto. De forma geral, concentramo-nos nas publicações dos autores selecionados.

O *corpus* principal deste trabalho se constituiu, portanto, de textos que descreveram, teorizaram ou refletiram sobre a *Questão*, produzidos no período 1880 a 1920, pela geração representada pelos autores mencionados.

**QUADRO I – Resumo dos textos que trataram da *Questão*, publicados no período, organizados por autor.**

<b>Autor</b>	<b>Data de referência</b>	<b>Total de páginas</b>	<b>Páginas dedicadas à <i>Questão</i></b>
Barreto	1903	192	121 a 132
Barreto	1911	367	123 a 132
Barreto	1914	347	153 a 169
Barreto	1916	332	78 a 80

Gomes	1916	469	346 e 348 a 351
Maciel	1889	120	84 a 87
Maciel	1902	360	311 a 317
Maciel	1918	454	372 a 379
Pacheco da Silva Junior / Andrade	1894	737	615 a 619
Pereira	1907	363	241 a 245
Pereira	1909	433	205 a 207
Pereira	1911	425	236 a 240
Pereira	1916	600	313 a 316
Carneiro Ribeiro	1919	791	725 a 745
João Ribeiro	1889	326	276 a 279
João Ribeiro	1913	125	103 e 104
João Ribeiro	1920	229	170 e 171
João Ribeiro	1897	428	310 a 313
João Ribeiro	1906	331	258 a 260
João Ribeiro	1902	230	203 a 230
Júlio Ribeiro	1881	299	220 a 222
Júlio Ribeiro	1900	358	254 a 256
Said Ali	1919	324	278 a 295
Said Ali	1895	301 a 314	301 a 314
Said Ali	1911	31 a 44	31 a 44
<b>Total de Textos:</b>	25	<b>Total 9.918</b>	<b>Total 204</b>

Foram estabelecidos, portanto, como *corpus* principal da nossa observação e análise, trechos de 25 textos que versaram sobre a *Questão* e que, para efeito de organização dos nossos dados, serviram de unidades de análise. As referências bibliográficas completas das obras selecionadas se encontram na parte final desta dissertação.

## **2.3 Parâmetros de análise**

Os trechos, descrições, e comentários sobre a *Questão* e sobre a orientação teórica e metodológica utilizada para o seu tratamento foram analisados a partir de três parâmetros de natureza 'externa' e dois parâmetros de natureza 'interna'.

### **2.3.1 Parâmetros externos**

Os parâmetros de natureza externa que correspondem às Fichas 1, 2 e 3 de análise são:

- i. autoria e auto-percepção em matéria de ciências da linguagem;
- ii. referências explícitas;
- iii. concepção de mudança.

#### ***i. Autoria e auto-percepção em matéria de ciências da linguagem***

Para cada um dos autores da nossa análise, determinamos a biodata, a filiação, a formação acadêmica, as profissões que exerceu no período, a produção bibliográfica como um

todo, as datas das obras selecionadas, as instituições e a forma como percebeu a matéria que estava produzindo. Ao analisarmos os dados colhidos através desses parâmetros, pudemos propor algumas considerações, como seguem abaixo:

### *Biodatas*

O estabelecimento das biodatas serviu, fundamentalmente, para que pudéssemos determinar quais lingüistas iriam fazer parte da mesma geração que representaria o período.

### *Filiação e Formação Acadêmica*

A filiação e a formação acadêmica que tiveram podem ter sido fatores determinantes para o exercício da(s) profissão(s) e da(s) posição(s) acadêmica que ocuparam. Barreto, por exemplo, foi filho do autor do programa que propôs, por decreto, a orientação 'científica' para os estudos lingüísticos do período, o escritor Fausto Barreto.

### *Profissões*

Observamos pelo mapeamos das profissões que exerceram, por exemplo, que alguns autores, além de terem sido professores de línguas foram também médicos e advogados.

### *Produção Bibliográfica*

A presença de outros gêneros textuais na lista bibliográfica dos autores pode demonstrar outros campos de conhecimentos pelos quais o autor percorreu, o que também

revela a possível formação múltipla dos autores bem como o viés artístico deles. Júlio Ribeiro, por exemplo, além de ter escrito gramáticas foi autor também de um livro, símbolo do Naturalismo brasileiro, “A Carne”.

### *Instituições*

A busca pelas instituições que trabalharam serviu para que pudéssemos identificar se os autores da geração chegaram a trabalhar nos mesmos locais e quais teriam sido os lugares no Brasil em que eles trabalharam. Essa investigação nos levou à conclusão, por exemplo, de que grande parte dos autores trabalharam em colégios localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, os centros intelectuais mais importantes do período.

### *Auto-percepção em matéria de ciência de linguagem*

Nos textos introdutórios de suas obras, percebemos que os autores discordavam sobre o estatuto de seus estudos lingüísticos. Todos diziam estar inseridos numa nova abordagem teórica, porém uns a nomearam de Lingüística, outros de Glotologia, outros de Filologia e outros não a nomearam. Observamos assim que, para aquela geração, seus estudos faziam parte de uma nova proposta ainda não institucionalizada.

Gomes (1916), por exemplo, divulga o termo ‘lingüística’ mas o critica dizendo que este é um nome ainda mal formado e que o melhor seria chamar os estudos da linguagem de ‘glotologia’.

Todo estudo, quer referente á origem e formação da linguagem, quer applicado aos principios capitaes, historia, classificação ou, ainda, extravagancias e particularidades das linguas em geral ou de um grupo de linguas, veio a receber o nome expressivo, embora mal formado, de **linguística**.

Esse termo tem sido pouco a pouco substituido por outro que lhe é equivalente e

preferível, o de **glottologia**, também conhecida por ciência da linguagem, mórmente entre os Allemães e Inglezes. (Gomes 1916: 6)

Objetivamos obter com esse conjunto de parâmetros a constituição do perfil da geração que elegeu na *Questão* um problema lingüístico relevante. Distribuímos esses parâmetros na 'Ficha 1', ilustrada abaixo:

FICHA 1 - Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro

***Autoria e auto-percepção em matéria de ciências da linguagem***

**Autor:** Barreto, Mario

1) **Biodata:** 1879-1931

2) **Filiação:** Filho de Fausto Barreto, o autor do programa de ensino de língua portuguesa publicado em 1887.

3) **Formação acadêmica:** Recebeu o grau de bacharel em direito em 1902. Estudou no Colégio Militar.

4) **Profissões:** Foi indicado para o lugar de substituto da cadeira de português no Colégio Pedro II.

5) **Produção bibliográfica:** A sua obra de 1903 é constituída de reimpressões de textos publicados no: *Correio da manhã, A Capital, A Lanterna e A Aspiração*.

Barreto, Mário. 1922. *De gramática e de linguagem*. 2ed. Rio de Janeiro: Simões.

----- . 1927. *Através do dicionário e da gramática*. 4ed. Rio de Janeiro: Presença / INL / FCRB / MEC.

----- . 1982. *Fatos da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Presença / INL / FCRB / MEC.

----- . 1980. *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Presença / INL / FCRB / MEC.

----- . 1980. *Novos estudos da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Presença / INL / FCRB / MEC.

6) **Instituições:** Colégio Pedro II

7) **Auto-percepção em matéria de ciências da linguagem:** “Procuramos deixar nas questões por nós tratadas o reflexo ds lições que devemos aos grandes mestres da lingüística, a qual, desde o começo do século dezenove, se constitui como ciência por meio de uma série não interrompida de descobrimentos importantes, ciência que tem visto ampliar-se sucessivamente o campo de suas explorações, ciência cujo método se transformou.

(Barreto 1914: Ao leitor)

***ii. Referência Explícitas***

Por acreditarmos que a produção de conhecimento não é uma tarefa isolada, fez-se importante conhecermos os outros agentes que fizeram parte dessa geração e que contribuíram, de alguma forma, com a rede de informação daquele clima intelectual. Nessa



tarefa, buscamos responder se os agentes da geração de lingüistas do período 1880-1920 participaram de um eventual grupo de especialistas e se um deles ocupou o papel de líder de sua geração (Murray 1994).

Para tanto, explicitamos as referências que encontramos nos textos que trataram lingüisticamente da *Questão lingüisticamente* e as classificamos em referências de apoio e de crítica.

Não foi nossa intenção coletarmos as referências encontradas nos pareceres, nos prefácios, nas dedicatórias, citações, e notas que localizamos. Esta foi uma tarefa feita, por exemplo, por Cavaliere (2000).

Esses dados foram reunidos na 'Ficha 2', conforme ilustrado a seguir:

FICHA 2 - Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro

***Referências Explícitas:***

**Autor:** Barreto, Mario (1879-1931)

**Texto:** 1903

**Autores criticados:** Não localizamos

**Biodata/Nacionalidade:**

**Autores apoiados:** Não localizamos

**Biodata/Nacionalidade:**

**Texto:** 1911

**Autores criticados:** Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro

**Biodata/Nacionalidade:** Não localizamos / Brasileiro

**Autores apoiados:** João Ribeiro

**Biodata/Nacionalidade:** 1860-1934 / Brasileiro

**Texto:** 1914

**Autores criticados:** Anônimo

**Biodata/Nacionalidade:** Não localizamos / Não localizamos

**Autores apoiados:** Anônimo

**Biodata/Nacionalidade:** Não localizamos / Não localizamos

**Texto:** 1916

**Autores criticados:**

**Biodata/Nacionalidade:**

**Autores apoiados:** Said Ali; José Júlio da Silva Ramos e Brugman

**Biodata/Nacionalidade:** 1861-1953 / Brasileiro; 1856-1930 / Brasileiro; 1849-1919 / Não localizamos

### *Concepção de Mudança*

Por fim, quisemos explorar o 'clima intelectual' da época, definido como o conjunto de idéias aceito pelos grupos intelectuais de uma dada época (Koerner 1989a). As análises feitas para esse parâmetro, as quais serão descritas no Capítulo II desta dissertação, levaram-nos a responder se aquela geração percebeu a mudança pela qual a língua estava passando.

Verificamos no modo como essa geração concebeu a 'língua' uma argumentação que se apoiava no 'meio' e na 'história' para explicar as alterações lingüísticas de um fenômeno.

Said Ali, por exemplo, viu a língua como um organismo vivo que é alterada pelo 'meio'.

Toda lingua altera-se fatalmente com a mudança de meio; é por conseguinte grande destempero taxar de erroneo o nosso modo de falar pelo fato de divergir em varios pontos da linguagem do Reino. (Said Ali 1895: 313)

O autor parece acreditar que não estão somente na 'história' as explicações para todas as alterações que uma língua sofre, diferentemente de Pereira que diz acreditar que as explicações aos fatos atuais da língua só poderiam estar baseadas em seus antecedentes históricos. Observe-se:

**Ninguém contesta, certamente, que os factos actuaes da lingua teem sua explicação racional nos antecedentes historicos da mesma lingua.** E' na phonologia, morphologia ou syntaxe historicas que nós encontramos a razão de ser das regras actuaes da grammatica expositiva sobre a pronuncia, sobre a fórma dos vocabulos, ou sobre os processos syntacticos. (Pereira 1907: I do Prólogo, grifo nosso)

## FICHA 3 - Modelo de ficha utilizado para a organização dos dados relativos ao parâmetro

**Concepção de Mudança:**

**Autor:** Maciel, Maximino (1865-1923)

**Texto:** 1889

“As linguas são verdadeiros organismos historicos, sujeitos ás leis da assimilação e da dissimilação que se desenvolvem nos phenomenos das alterações lexicas, provocadas por processos expontaneos e habitos tradicionaes.

As linguas são os reservatorios historicos onde se depositam os thesouros das tradições populares transmitidas através das gerações que se abysmaram e desaparecem no pelago insondavel dos tempos.” (Maciel 1889: Introdução)

“[...] as linguas conservam vestigios esporadicos dos diversos phenomenos que se effectuam durante o seu desenvolvimento, porquanto há fórmias elementares que resistem á acção reductora ou substitutiva das outras fórmias vocabulares.” (Maciel 1889: 4)

“A lingua é um organismo vivo sujeito a continuadas mutações nos seus diversos orgams em função.” (Maciel 1889: 6)

“O movimento historico de um povo, os phenomenos de ordem sociologica são outras tantas causas predisponentes que accelerando phenomenos de grande extensão no dominio glottologico.” (Maciel 1889: Introdução)

“Impossível, pois, nos seria admittirmos uma lingua no estado de immobilidade, escapando ás acções ponderosas do meio, não se resistindo das influencias historicas e tradicionaes; não se alterando absolutamente sob a acção das tendencias regionaes e dos habitos populares.

Confirmam-se estas asserções pelo exame historico da lingua vernacula, estudada atravez das edades, segundo os dados fundamentaes e os processos da analyse inductiva, fornecidos pela grammatica historica e applicados conjunctamente aos documentos preparados pela chrestomathia historica.” (Maciel 1889: 78)

**Texto:** 1902

Não localizamos.

**Texto:** 1918

Não localizamos.

### 2.3.2 Parâmetros internos

Os parâmetros de natureza interna que correspondem às Fichas 4 e 5 de análise são:

- i. Metalinguagem descritiva;
- ii. Exemplário;

#### *i. Metalinguagem Descritiva*

Pudemos localizar os tratamentos que denominamos de ‘pedagógico’, ‘histórico’ e ‘fonético’ à *Questão* através do mapeamento de termos gramaticais. Explicitaremos a seguir os termos que revelaram esses tratamentos:

#### *O tratamento pedagógico*

Identificamos o tratamento pedagógico dedicado à *Questão* basicamente pelas estratégias de formulação das regras que os autores propuseram através do uso de certas expressões (verbos, advérbios, adjetivos etc.), que donotam ‘proibição’, ‘restrição’, ‘erro’ e similares; e/ou pelo uso de expressões que donotam ‘possibilidade’, ‘facultatividade’ e similares.

Verificamos que essas expressões faziam parte de dois grupos de discursos: os quais denominamos ‘cauteloso’ e ‘categórico’. Essas duas estratégias de discursivização das regras da *Questão* refletiram, em nossa interpretação, o clima intelectual do período em análise, no qual forças inovadoras e conservadoras em matéria de língua estavam presentes.

Observe-se abaixo um exemplo do discurso que denominamos ‘categórico’ e um discurso que denominamos ‘cauteloso’:

A proclise **sempre** ocorre: 1.º Nas proposições negativas, ex.: *Não vos esperava tão de salto* (A. Herculano, *Eurico*); *Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno* (Rocha Pitta, *Sel. Litteraria*); *A tua filha nunca te accusara ante o supremo juiz* (A. Herculano, *Eurico*). (Maciel 1902: 312, grifo nosso)

**Grande também é a liberdade de colocação** quando concorrem dois verbos no infinito: *Sem nos poder conter*; *Sem poder conter-nos*; *Sem poder-nos conter*; *Sem poder nos-conter*. (Pacheco & Andrade 1894: 615, grifo nosso)

### *O tratamento histórico*

O tratamento ‘histórico’ dedicado à *Questão* nos leva a entender a colocação pronominal brasileira por meio da história da língua portuguesa. O trecho de Barreto (1903) abaixo, ilustra um exemplo dessa perspectiva.

Não vimos neste capítulo dicutir a célebre questão da colocação dos pronomes pessoais complementos – materia tantas vezes disputada, mas ainda não resolvida. Tão somente queremos assinalar um fato do português antigo na colocação das variações pronominais. (Barreto, 1903: 22)

### *O tratamento fonético*

O tratamento ‘fonético’ foi identificado por nós quando os autores justificavam a divergência da colocação pronominal a partir de argumentos tais como: ‘eufonia’, ‘harmonia’, ‘questão de ouvido’, ‘pronúncia’, ‘prosódia’.

Pereira (1909), por exemplo, apresenta sua filiação à ‘tese fonética’ da seguinte

maneira:

Este prolongado e luminoso debate, abriu novo e interessante capítulo no processo syntactico de colocação dos termos. Graças aos valiosos subsidios por elle fornecido, podemos ampliar o presente estudo. Cumpre, entretanto, observar que **a topologia pronominal é eminentemente uma questão de ouvido, e que não sendo identica a prosodia de Portugal e do Brasil, é natural a divergencia, sobre o ponto, que se nota entre os escriptores de um e de outro paiz.** Todavia, a prolongada controversia vae estabelecendo a desejavel harmonia no assumpto, e não é mais licito aos escriptores brasileiros ignorarem como, sobre este assumpto, interpretaram os bons classicos portuguezes a indole da lingua que nos é commum. (Pereira 1909: 203, grifo nosso)

Organizamos esse parâmetro na 'Ficha 4' de análise, como exemplicada abaixo:

FICHA 4 – Modelo de ficha para a organização dos dados relativos ao parâmetro

***Metalinguagem Gramatical:***

**Autor:** Ribeiro, João (1860-1934)

**a)** Tratamento 'pedagógico': 1889; 1913; 1897; 1906; 1902

Discurso 'categórico': 1889; 1913; 1920; 1897; 1906

Discurso 'cauteloso': 1889

**b)** Tratamento 'histórico': 1902

**c)** Tratamento 'fonético': 1902

***Exemplário***

Através do levantamento da nacionalidade das fontes dos exemplos utilizados pelos autores, pudemos verificar em que variante do português a língua foi registrada. A presença mais marcada de exemplos oriundos da literatura portuguesa nas gramáticas brasileiras pode contradizer uma colocação que defenda que a língua deveria ser sobretudo observada e

registrada em seu ´meio`.

O exemplário serviu como lugar de análise nesta pesquisa porque ao verificarmos a variante do português nele presente, pudemos explicitar o espaço que as especificidades do português brasileiro ocupou nesse debate e, mais uma vez, a adesão à orientação ‘cientificista’ circundante no período , pois ‘exemplificar’ fazia parte das atitudes científicas consagradas na época.

Organizamos esse parâmetro na ‘Ficha 5` de análise:

FICHA 5 – Modelo de ficha para a organização dos dados relativos ao parâmetro

***Exemplário:***

**Unidade de análise:** Barreto, Mario (1879-1931)

<i>Autores / Localização em Barreto</i>	<i>Biodata</i>	<i>Nacionalidade</i>
Antonio Feliciano de Castilho 1903	1800-1875	Portuguesa
Alexandre Herculano 1914	1810-1877	Portuguesa
Almeida Garret 1903, 1911, 1914	1799-1854	Portuguesa
Antonio Ferreira 1903	1528-1569	Portuguesa
Armando Palacio Valdes 1903, 1911	1853-1938	Espanhola
Arnaldo de Souza Dantas Gama 1914	1828-1869	Portuguesa
Gomes Eanes de Azurara 1914	Viveu em 1473	Portuguesa
Francisco Bernardino Ribeiro 1903	Viveu em 1833	Portuguesa



Bocage 1914	1765-1805	Portuguesa
Camilo Castelo Branco 1903, 1914, 1916	1825-1890	Portuguesa
Cancioneiro da Vaticana 1903	Compilado no final do século XV ou início do XVI	Galaico-Portuguêsa
Cancioneiro de D. Diniz 1903	Dom Diniz 1261-1325	Portuguesa
Fernão Mendes Pinto 1903	1510?-1614	Portuguesa
Francisco de Moraes 1911	1500-1572	Portuguesa
Francisco José Freire 1911	1719-1773	Portuguesa
Frei Heitor Pinto 1903, 1914	1528?-1584	Portuguesa
Frei Luiz de Souza (Manuel de Souza Coutinho) 1914	1555-1638	Portuguesa
João de Barros 1903	1496-1570	Portuguesa
Latino Coelho 1911	1825-1891	Portuguesa
Luis Augusto Rebello da Silva 1911, 1914	1822-1871	Portuguesa
Luiz Vaz de Camões 1903, 1914	1524/5-1580	Portuguesa
Machado de Assis 1911, 1914	1839-1908	Brasileira
Manuel Bernardes 1911, 1914	1644-1710	Portuguesa

Miguel de Cervantes 1911	1547-1616	Espanhola
Ruy Barbosa 1903	1849-1923	Brasileira
Francisco Teixeira de Queiroz 1914	1848-1919	Portuguesa
Vid. do Arcebispo 1914	Não localizado.	Não localizado.

## **Capítulo II**

**Aspectos contextuais do período dos estudos lingüísticos  
brasileiros dito científico (1880-1920): a República, os  
Agentes e o Clima de Opinião**

## **Capítulo II** – Aspectos contextuais do período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico (1880-1920): a República, os Agentes e o Clima de Opinião

Trataremos neste capítulo de apresentar os aspectos do contexto em que a geração de gramáticos do período 1880-1920 viveu, o perfil geral dos gramáticos que elegemos para representar a geração dita científica e a orientação 'científica' na concepção de 'mudança' presente no tratamento que a geração dedicou à *Questão*.

Para tanto, discorreremos sobre algumas das mudanças tecnológicas, sociais e políticas que atingiram o Brasil republicano daquela geração, as quais acabaram por promover o debate em torno da língua brasileira e, logo, em torno da colocação pronominal brasileira. Apresentaremos, em seguida, os agentes que selecionamos para representarem a geração de gramáticos do período, os quais estabeleceram uma 'nova' tradição de pesquisa para época; destacamos, nesse momento, a indiscutível importância da liderança intelectual de Júlio Ribeiro e da liderança organizacional de Fausto Barreto para a história dos estudos lingüísticos brasileiros no século XIX. Por fim, trataremos das perspectivas que configuraram a base científica dos estudos relativos à *Questão* elaborados por aquela geração: o *meio* e a *história* como princípios explicativos para a colocação pronominal brasileira.

Assim, o conteúdo deste capítulo foi organizado em três seções: 1) O contexto republicano; 2) Os gramáticos brasileiros do período 1880-1920 e; 3) A orientação 'cientificista' do período.

### **1. O contexto republicano**

#### **1.1 As transformações políticas, tecnológicas e sociais**

Com a vinda da côrte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil passou a ser

a sede do reino português. Com isto, além da abertura dos portos, da criação da imprensa régia e do Jardim Botânico, uma série de cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como cursos militares, foram criados para tornar a cidade mais compatível com o estatuto de nova capital do Império. Naquele mesmo ano, nasceu o Curso de Cirurgia na Bahia e o Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro e, em 1810, surgiram o Curso de Medicina no Rio de Janeiro e a Academia Real Militar, que mais tarde se tornou a Escola Nacional de Engenharia (Ghiraldelli 2006: 28).

As transformações não cessaram. Em 1851, estabeleceu-se na capital carioca do país a primeira linha de navios a vapor, fazendo a rota Liverpool-Rio de Janeiro-Buenos Aires. Em 1852, a primeira linha telégrafo, comunicando o Paço de São Cristóvão ao Quartel General do Exército foi inaugurada. Através da iniciativa do Barão de Mauá (1813-1889), em 1854, a iluminação à gás foi instalada no centro da capital e, em 1883, a luz elétrica chegou em Campos, cidade vizinha. Os brasileiros que viveram no Rio de Janeiro no final do século XIX viram, em 1892, o primeiro bonde elétrico bem como, em 1899, o sistema telefônico em funcionamento. ([www.pedagogiaemfoco.pro.br](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br))

Todo esse desenvolvimento levou o Rio de Janeiro a ser o centro irradiador de progresso do Brasil e provavelmente, por essa razão, a maioria dos autores que selecionamos para esta pesquisa trabalharam no Rio Janeiro: Barreto, Gomes, Maciel, Andrade, Pacheco, João Ribeiro e Júlio Ribeiro, sendo que Pereira e Júlio Ribeiro trabalham também em São Paulo e Ernesto Carneiro Ribeiro na Bahia.

Contudo, o Império não conseguiu sobreviver às modernizações que aconteceram no final do século XIX no Brasil. Por essa época, o país passou pela expansão da lavoura cafeeira em conjunto com o fim do regime escravocrata e a conseqüente adoção do trabalho assalariado. Além disso, tivemos uma substancial remodelação material: instauramos a rede

telégrafa e melhoramos os portos e as ferrovias e presenciamos também a disseminação de algumas idéias democráticas, trazidas por ventos políticos do exterior. Para Ghirardelli (2006:31), a República não foi uma conquista gerada por grandes movimentos do povo, mas não se pode concluir daí que ela não tenha trazido ganhos democráticos pois, com ela, o poder moderador do Imperador desapareceu, tivemos o fim do voto censitário, os títulos de nobreza terminaram e houve certa descentralização do poder.

Se é razoável interpretar, como alguns analistas modernos, que o movimento da Independência foi uma “revolução conservadora” (Bueno 2003: 176), pois o país colocara no trono um português e continuara a importar costume e cultura de diversos países da Europa, sobretudo de Portugal, França e Inglaterra, é preciso enfatizar que a instauração da República reverteria, ou, procuraria reverter esse cenário de ‘aculturação’, ou ‘dependência’.

## **2. Os gramáticos brasileiros do período 1880-1920**

Não podemos afirmar que as gramáticas e os gramáticos brasileiros surgiram somente a partir do ano de 1880 porque anteriormente a essa data temos conhecimento de alguns outros autores brasileiros de gramática, como é o caso de Antônio de Moraes Silva (1755-1824), Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825), Antônio Pereira Coruja (1806-1889), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), e Augusto Freire da Silva (1836-1917), mas podemos afirmar que as gramáticas originalmente brasileiras surgiram a partir do ano de 1880 porque foi somente nesse momento que um “exemplar” brasileiro surgiu para orientar o grupo de profissionais ligados aos estudos da linguagem naquele período: a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1845-1890). O conceito de “exemplar”, explicado por Murray (1994), é compreendido na detecção de uma obra que foi tida pela geração como um exemplo a ser

seguido e a qual é entendida pelas gerações posteriores como um clássico.

Ilustraremos, primeiramente, com os trechos que selecionamos, a ‘exemplaridade’ da obra de Júlio Ribeiro; posteriormente, discorreremos sobre a ação política que promoveu a “nova corrente” teórica no período, através do programa de exames elaborado por Fausto Barreto e, por fim, traçaremos um perfil geral da geração que compusemos para representar os gramáticos do período 1880-1920.

## 2.1 A liderança intelectual de Júlio Ribeiro

Não é por acaso que a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro de 1881 é considerada um “exemplar” para época. A liderança intelectual que esse gramático exerceu é identificada pela “retórica revolucionária” que inaugurou e que, em seguida, foi praticada pela geração que teve a sua obra como um “exemplar” (Murray 1994). Vemos, por exemplo, no trecho abaixo, seu esforço em tentar convencer seus contemporâneos sobre a ‘nova’ linha de pensamento:

Nós temos mais de estudar as fôrmas várias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fôrmas com a actual para que melhor entendamos o que esta é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem, e o que nos importa ella. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a história do homem. (Júlio Ribeiro 1881: 2)

Pereira, em sua *Grammatica Expositiva* de 1907, oferece-nos um trecho que ilustra a ‘exemplaridade’ da obra de Júlio Ribeiro: “Depois que Julio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo, conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente”. (Prologo I)

Maciel (1865-1923) nos conta sobre a repercussividade que a gramática de Júlio teve na época:

A maior parte dos grammaticos e professores seguem a divisão da grammatica em **morphologia e syntaxilogia**, de accordo com o que estatuiu o prof. Julio Ribeiro, a quem não damos razão neste ponto e por isso persistimos na nossa divisão, conforme o nosso plano synoptico. (Maciel 1918: 4)

A *Grammatica Portugueza* não passou despercebida também dos grandes mestres, merecendo elogios e distinções por parte do filólogo português Teófilo Braga (1843-1924) e do lingüista André Lefevre, que afirmou ser a obra o que de melhor se conhecia na língua portuguesa.

## **2.2 A recepção positiva à “nova corrente” teórica: a “retórica revolucionária” da geração**

A retórica encontrada nas introduções das obras que escolhemos analisar revela um clima de ruptura teórica com a tradição ‘filosófica’ de pesquisa, o que nos leva a crer que, de fato, o esforço que Júlio Ribeiro fez em promover uma nova visão aos estudos da linguagem surtiu efeito. Essa retórica aponta para duas direções: para a refutação de uma “tradição de pesquisa periférica” existente porém menos em evidência na época e, para a aclamação de uma tradição de pesquisa, a “central”. (Murray 1994)

Como veremos nos trechos abaixo, à tradição de pesquisa menos em evidência naquela tradição, a ‘filosófica’, são atribuídas alguns juízos de valor, tais como apresentar: “sutilezas metafísicas ou sofismas de cavilosa filologia”, “velha tradição”, “velhos moldes”, “estudos abstractos e metaphysicos”. A concepção negativa dessa linha de trabalho periférica parece ter servido para ressaltar ainda mais a importância da chamada “nova corrente”.

Barreto (1914) e Carneiro Ribeiro (1919), por exemplo, ao exporem os objetivos de



suas obras, parecem menosprezar a tradição ‘filosófica’ e afirmar a ‘nova’ tradição:

[...] foi nossa intenção formal não proceder de modo nenhum com **sutilezas metafísicas ou sofismas de cavilosa filologia**, muito do gosto de tantos dos nossos doutores de língua e de gramática, aos quais importa lembrar que, desde há um século, a linguagem tem sido estudada com uma precisão, um rigor, um método científicos [...] (Barreto 1914: Ao leitor, grifo nosso)

Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sobre a história da lingua em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, que se não pode subtrahir ás leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro dominio dos estudos abstractos e metaphysicos, em nada consoantes á esphera em que deve girar e se deve manter toda a sciencia que aspira a uma utilidade pratica e real, e se harmoniza e concerta com os sellos que em todos os trabalhos scientificos vai imprimindo e gravando o seculo que atravessamos. (Carneiro Ribeiro 1919)

Júlio Ribeiro (1900) afirma: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos”. (p. I)

Maciel (1902) deixa claro sua posição metodológica ao escreve na página VII: “Em 1887 publicamos o nosso primeiro trabalho - *Grammatica Analytica* em que, baseando-nos nas **doutrinas modernas**, concorremos de algum modo para romper com a **velha tradição**, quebrando os antigos moldes em que se vasava a grammaticographia.” (grifo nosso)

A recepção positiva à orientação ‘cientificista’ europeia no Brasil é confirmada mais uma vez por Maciel (1910), quando relata em seu *Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa* que, a partir de 1880 já começavam a ganhar espaço nos meios intelectuais “...as primeiras manifestações do criterio philologico, o methodo historico comparativo, applicado á aprendizagem das linguas, com especialidade as da vernacula.”

Nesse detalhado testemunho de Maciel (1910), acrescenta que no Colégio Pedro II a ‘nova’ orientação estava presente nos concursos de línguas que exigiam familiaridade dos

candidatos com as doutrinas de Max Muller, Miguel Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littrè, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Frédérich Diez, Bopp, Adolpho Coelho e outros, principalmente a dos autores alemães.

Descreve ainda que naquela época: “...muitos professores que liam os filólogos estrangeiros iam evangelizando, quer na docencia particular, quer em publicações esparsas, as novas doutrinas, desbravando-lhes o terreno onde se tinham de architectar os novos estudos”. Faziam parte deste grupo, de acordo com Maciel, Fausto Barreto e alguns dos gramáticos que selecionamos: Alfredo Gomes, João Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade e Said Ali, dentre outros.

Os dez autores elegemos diziam estar inseridos nessa nova abordagem teórica, porém uns a nomearam de Lingüística, outros de Glotologia, outros a entenderam como um ramo da Filologia e outros não a nomearam. Percebemos, assim, que, para aquela geração, seus estudos faziam parte de uma nova proposta ainda não institucionalizada e não regularizada.

Gomes (1916), por exemplo, divulga o termo ‘lingüística’ mas o critica dizendo que este é um nome ainda mal formado e que o melhor seria chamar os estudos da linguagem de ‘glotologia’.

Todo estudo, quer referente á origem e formação da linguagem, quer applicado aos principios capitaes, historia, classificação ou, ainda, extravagancias e particularidades das linguas em geral ou de um grupo de linguas, veio a receber o nome expressivo, embora mal formado, de **linguística**.  
Esse termo tem sido pouco a pouco substituido por outro que lhe é equivalente e preferivel, o de **glottologia**, também conhecida por sciencia da linguagem, mórmente entre os Allemães e Inglezes. (Gomes 1916: 6, grifo nosso)

Pereira (1916) menciona somente o nome ‘glotologia’: “**Glottologia** (gr. *glóttá ou glossa=lingua*) é a sciencia que tem por objecto a origem, desenvolvimento e classificação da linguagem, quer considerada em abstracto, quer em concreto”. (p. 3)

Pereira (1916) ainda nos conta sobre a relação entre a ‘glotologia’ e a ‘filologia’:

O estudo practico, mais largo e profundo, dos idiomas antigos e modernos, já provocado por Leibnitz, e modernamente desenvolvido, fez com que a Glottologia se desagregasse da Philologia, especializando-se em sciencia propria, no primeiro quartel do seculo passado. (Pereira 1916)

Porém essa relação de autonomia entre as duas “correntes” parece não ter sido percebida, de imediato, por todos daquela geração. João Ribeiro (1902) nomeia uma de suas obras como *Estudos Philologicos* e Maciel (1889) também de *Philologia Portugueza*, ambos aplicam o método histórico-comparativo em seus estudos, o qual foi entendido por Pereira e por Gomes como oriundo da ‘nova’ corrente: a Lingüística e não advindo da corrente ‘filosófica’.

O título de ‘lingüística’ dedicado ao estudos feitos sobre as línguas foi muito bem aceito pelo autor mais jovem da geração:

Procuramos deixar nas questões por nós tratadas o reflexo das lições que devemos aos grandes mestres da **lingüística**, a qual, desde o comêço do século dezenove, se constituiu como sciência por meio de uma série não interrompida de descobrimentos importantes, sciencia que tem visto ampliar-se sucessivamente o campo de suas explorações, sciencia cujo método se transformou. (Barreto 1914: Ao leitor, grifo nosso)

Maciel (1918), também parece tê-la aceitado muito bem: “Quanto á actual edição, tivemos de aclarar muitos factos, dando-lhes nova interpretação mais consoante com o progresso da **lingüística**”. (Algumas palavras sobre a 3ed, grifo nosso)

### 2.3 A liderança organizacional de Fausto Barreto

A obra de Júlio Ribeiro não foi, certamente, a única fonte a ser seguida pela geração

mas, sem dúvida, foi o modelo de descrição de língua que inspirou também a elaboração dos programas de Fausto Barreto (1852-1908), os quais representaram uma medida política expressiva para que todo um processo de produção intelectual fosse formado.

### *A imposição da “nova corrente”: uma questão de política lingüística*

O Colégio Pedro II, inaugurado em 1837, cumpria um papel chave e centralizador do regime educacional brasileiro pois tinha como tarefa determinar quais seriam os programas de ensino para difundi-los por todas as poucas escolas oficiais brasileiras.

A preocupação com a distribuição e seleção dos conteúdos a serem ministrados adivinha da constatação de que realmente faltava organização, sistematização e, sobretudo, aplicabilidade ao ensino público, o que resultou, em janeiro de 1856, na aprovação provisória dos primeiros programas de ensino do Colégio Pedro II, organizados pelo Conselho Diretor, os quais representaram um grande progresso para a instrução, não só porque orientavam os estudos de modo analítico, como também porque traziam indicações de livros didáticos:

[...] Teria especialmente a seu cuidado: a) o exame dos melhores métodos e sistemas práticos do ensino; b) a designação e revisão dos compêndios; c) a criação de novas cadeiras; d) o sistema e matéria dos exames. Em geral será ouvido sobre todos os assuntos literários que interessem a instrução primaria e secundaria, cujos melhoramentos e progressos deverá promover e fiscalizar, auxiliando o inspetor geral. (Almeida Jr. 1937: 15)

Porém foi somente em 1887 que os olhares dos lentes catedráticos daquele estabelecimento começaram a ser direcionados de forma mais atenta aos programas. Emmigdio Victorio, então Diretor Geral da Instrução Pública, determinou que todos os professores do Colégio Pedro II se debruçassem sobre seus planejamentos a fim de organizá-

los de acordo com os novos ditames políticos e pedagógicos. Fausto Barreto (1852-1908), por exemplo, pai de outro conhecido filólogo, Mário Barreto (1879-1931), foi o catedrático de Português do Colégio Pedro II encarregado de elaborar os programas oficiais de língua portuguesa que abriram nova fase no ensino da língua, pois seu empreendimento promoveu o aparecimento de novas gramáticas em consonância com as diretrizes agasalhadas pelo Governo, como Maciel descreve abaixo:

Não havendo compêndios que se adscrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da língua portuguesa. (Maciel 1914:444)

Para Maciel (1910), a difusão e o estabelecimento da ‘nova` doutrina por Fausto Barreto deve-se ao fato de ter sido catedrático do Colégio Pedro II.

Maciel conta-nos também que a partir do programa várias gramáticas se fizeram como as de João Ribeiro, Alfredo Gomes e a de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, autores selecionados por nós. Para ele, as duas primeiras foram mais usadas para o ensino, para os alunos e a terceira, mais para consulta. Assim, “Houve pois com a publicação do programa em 1887, uma como Renascença dos estudos da língua vernácula: na imprensa, na docência particular se aclarava, se discutiam os fatos da língua à luz das novas doutrinas” (1910: 504).

Pacheco & Lameira (1894) se remetem, assim como afirmado acima por Maciel, ao programa de Fausto Barreto ao explicitarem a orientação que da gramática que escreveram:

Tínhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em luta a tradição, e fazíamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatório, porém, veio fazer-nos mudar do proposito. E’ que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alunos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que

carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa. (Pacheco & Lameira 1894: 6)

O programa elaborado por Fausto Barreto estabelece duas provas para os exames preparatórios: uma escrita e outra oral. A escrita consistia na “composição” sobre assunto a ser sorteado no momento da prova a partir de uma lista de pontos organizado diariamente pela comissão julgadora. A prova oral cobrava uma análise “fonética, etimológica e sintática” a ser feita sobre um trecho escolhido pela comissão a partir de uma exposição de um dos pontos apresentados pelo programa, sendo a escolha do ponto também feita por sorteio.

A prova de português precedia a todas as outras e seus pontos orais constavam de 46 itens. Destacamos aqui alguns deles: O primeiro item trata das “Observações gerais sobre o que se entende por gramática geral, gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva”; do “Objeto da gramática portuguesa e divisão do seu estudo”; da “Fonologia: os sons e as letras”; e da “Classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes; grupos consonantais; sílaba; grupos silábicos; vocábulos; notações léxicas”.

O item 6 é “Morfologia”: “estrutura da palavra; raiz; tema; terminação; afixos; Do sentido das palavras deduzido dos elementos mórficos que as constituem; desenvolvimento de sentido novos nas palavras”.

Os itens de 7 a 11 tratam das “classes de palavras”; o item 12 do “Agrupamento de palavras por famílias e por associação de ideas. Dos sinônimos, homônimos e parônimos”.

Os itens de 17 a 20 são sobre formação de palavras; os itens de 21 a 28 sobre etimologia portuguesa; os itens de 30 a 41 sobre sintaxe, o 40 trata “da colocação de pronomes pessoais” e os itens de 42 a 46 se referem ao que podemos chamar de retórica e estilística.

Na época do aparecimento do programa, Júlio Ribeiro, que já havia publicado sua *Grammatica Portugueza* em 1881, apresenta o programa em sua obra *Procellarias* (1887) e faz sobre ele alguns comentários. Um deles é que o programa apresentado se formulava em bases científicas. Segundo as suas próprias palavras: “Não há o que negar; é este programa organizado cientificamente, sobre as bases largas, sólidas, da ciência da linguagem” (Júlio Ribeiro 1887: 92) e, para sustentar esta sua afirmação, diz que o programa distingue como parte da gramática a lexicografia e a sintaxe (idem). Deste modo, a ortografia não é mais considerada uma parte autônoma da gramática, como constava na gramática geral. Ao lado disso ressalta que o programa pede conhecimento em morfologia, de modo a que esta não está submetido à etimologia. Por isso se pode pedir o estudo do grupamento das palavras por famílias e por associações de idéias (idem: 93).

Tanto as posições de Júlio Ribeiro quanto as de Maciel nos dão conta de que o programa de Fausto Barreto mudou o ensino de língua naquele momento, criando, inclusive, pressão sobre o conjunto de estabelecimentos de ensino da época, tendo aberto o lugar para o aparecimento de novas gramáticas, dando andamento ao que Guimarães (1994) chamou de “gramatização brasileira do português”.

Podemos concluir que a proposta ‘científica’ vinculada à gramática de Júlio Ribeiro, a qual será em partes explicitada na terceira seção deste capítulo, e a formulação desse programa são, portanto, duas das principais causas da gramaticização brasileira que se dão nos momentos em que a) o aparelho escolar pretendia se expandir em virtude do ideal positivista de “escola para todos”, visto que a responsabilidade pela educação do povo no Brasil passava a dever do Estado e; b) a língua do Brasil assumia contornos de problema de interesse nacional e passava a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável (Pinto 1978: XVI).

## 2.4 O argumento da *auctoritas*

Em Maciel (1902), verificamos que o fazer científico para aquela geração consistia também em citar-se um autor: “Assim procedemos, porque a probidade científica aconselha citar-se um auctor, desde que estejamos de accordo com as suas opiniões attinentes a um ponto, para mostrar-mos as fontes a que recorreremos” (p. VII). Ilustramos esse fato com os trechos de Júlio Ribeiro, Pereira e Carneiro Ribeiro abaixo:

Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de **Burgraff**: preferi amoldar-me ás de **Whitney**, mais concretas e mais claras. (Júlio Ribeiro, 1900: 1, grifo nosso)

O systema de syntaxe é o systema germanico de **Becker**, modificado e introduzido na Inglaterra por **C. P. Mason**, e adoptado por **Whitney**, por **Bain**, por **Holmes**, por todas as summidades da grammaticographia saxonica. (Júlio Ribeiro, 1900: II, grifo nosso)

Pelo que respeita a **Adolpho Coelho**, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo? (Júlio Ribeiro 1900: III, grifo nosso)

“...amparámos nossas theorias grammaticaes na auctoridade de mestres de reconhecida competencia, taes como: - **F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andres Bello, F. Zambaddi**, para não mencionar o grande numero de grammaticos nacionaes e portuguezes, antigos e modernos, que tinhamos deante de nós. (Pereira, 1907: p. II do Prólogo, grifo nosso)

Para o estudo da nossa lingua e de todas as linguas romanicas, foi a grammatica de Frederico Diez o ponto de partida de todos os trabalhos sobre o mesmo assumpto, a grammatica historica de **Brachet**, em França, os estudos criteriosos de **Adolpho Coelho**, em Portugal, e no Brazil, os estudos de **Pacheco Junior** e a nova grammatica portugueza de **João Ribeiro**, são outros tantos exemplos de que em nossa lingua e nos idiomas novo-latinos essa é a direcção geral que, de alguns annos a esta parte, se vai dando ao estudo da grammatica, assentando-a não no dominio exclusivo do abstracto, senão no concreto e real, que lhe offerecem base ampla e segura. (Carneiro Ribeiro 1919: 1 do Prólogo, grifo nosso)

A’ nossa pratica de longos annos de estudos vieram ajuntar-se em ampla contribuição os trabalhos glottologos e grammaticaes de **Bopp, Diez, W. Meyer-Lübke, A. Maury, Gaston Paris, S. Reinach, Darmesteter, A. Hovelacque, Max Müller, Michel Bréal, Delon, Brachet, Brunot, Ayer, H. Torres y Gomez, R. de Vasconcellos, C. de Figueiredo, João Ribeiro, Adolpho Coelho**, que nos ofereceram copiosos materiaes para a remodelação desta nossa obra. (idem: Prologo da presente edição, grifo nosso)



Chamamos, nesta dissertação, de argumento da *auctoritas* essa prática, percebida como científica pelos autores da geração, de utilizarem como argumento uma autoridade renomada para validarem seus estudos.

Com o intuito de atestarmos a presença dessa prática e também de identificarmos quais teriam sido os vínculos intelectuais criados pelos agentes, mapeamos as referências encontradas no corpo dos textos que trataram lingüisticamente da *Questão*, objeto de estudo nosso.

Vale colocar que a presença dessas referências nos textos não garante que o gramático tenha realmente feito uma leitura das fontes que cita, e, mesmo que tenha feito, isso também não quer dizer que houve contato direto entre o autor que referencia e o referenciado, ou seja, nem sempre eles se conheceram pessoalmente.

Os textos que trataram da *Questão* não são somente textos que apresentaram o fenômeno da colocação pronominal a partir de fatores internos da língua. Em seus corpos, encontramos a divulgação de um debate corrente na época a respeito desse ponto gramatical, o qual era às vezes apenas noticiado pelos autores ou, às vezes, até mesmo historiado. Considerando que no momento em que os autores noticiavam ou historiavam a *Questão* eles não utilizavam o argumento da *auctoritas* para validarem suas soluções descritivas ao problema, visto que eles apenas informavam o leitor da polêmica em que a *Questão* estava inserida, apresentaremos abaixo as referências encontradas somente nos trechos em que os autores se remetiam ao problema lingüisticamente.

### ***Referências encontradas nos trechos que descreviam a Questão lingüisticamente***

Das 25 obras consultadas, 10 apresentaram referências e 15 não apresentaram, o que

nos leva a entender que o argumento da *auctoritas* não esteve predominantemente presente nos textos que trataram lingüisticamente da *Questão*. Os autores que explicitaram suas fontes foram: Barreto, João Ribeiro, Maciel, Pereira e Said Ali.

Os textos dos autores que apresentaram referências explícitas foram:

Barreto 1911	Estudo da Língua Portuguesa
Barreto 1914	Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa
Maciel 1889	Philologia Portuguesa
Pereira 1907	Grammatica Expositiva
Pereira 1909	Grammatica Expositiva
Pereira 1911	Grammatica Expositiva
Pereira 1916	Grammatica Histórica
João Ribeiro 1902	Estudos Philológicos
Said Ali 1895	A collocação dos pronomes pessoais
Said Ali 1911	Questões do Português

As referências explícitas encontradas nessas obras foram basicamente alvo de crítica e de apoio. Isso quer dizer que em um momento os autores se referenciavam a outros para apresentar discordância sobre o tratamentos que a *Questão* recebia, e, em outro momento, referenciavam-se a autores para apresentar a filiação que tinham com determinado tratamento, como veremos a seguir.

Nos *Novos estudos da língua portuguesa* de 1911, Barreto, no capítulo VIII que trata dos “Pronomes pessoais complementos nas locuções verbais formadas com o gerúndio” reclama pela falta de atenção que o sr. **Luís Leopoldo Fernandez Pinheiro**<sup>8</sup> deu em sua tese,

---

<sup>8</sup> De acordo com Barreto, Fernandez Pinheiro foi um dos concorrentes mais hábeis à cadeira de português do Colégio Pedro II

de 1886, às exceções das regras que abarcam o tema do capítulo, visto que “...as regras padecem suas exceções sem detrimento da verdade. As leis de colocação de pronomes complementos como em geral as da linguagem, não são *necessárias*: exprimem apenas a generalidade das tendências.” (p. 124)

Por outro lado, em *Philologia Portuguesa* de 1889, Maciel apresenta seu conhecimento e sua admiração pela tese do mesmo **Luis Leopoldo Fernandez Pinheiro** e também pelos trabalhos do “distinto filólogo” **Hemérito dos Santos** porque diz tratarem da colocação dos pronomes átonos de uma forma satisfatória e racional. (p. 84)

Dentre os autores que selecionamos para representarem a geração que compusemos, encontramos o tratamento à *Questão* de **Alfredo Gomes** sendo criticado por Said Ali, o de **João Ribeiro** sendo apoiado por Said Ali e Barreto e o de **Said Ali** sendo apoiado por Barreto e Pereira.

Para Said Ali (1895), a regra de Gomes que diz que “...depois das palavras ou expressões condicionaes, dubitativas e circumstanciaes de modo, tempo, quantidade e lugar ” — é longa, confusa e errônea. (p. 304 em nota)

Quando Barreto (1911) trata no capítulo IX das “Combinações dos casos pronominais”, faz alusão às palavras de João Ribeiro<sup>9</sup>, demonstrando que se filia a pelo menos duas de suas teses: a) a de que a próclise no estilo dos clássicos quinhentistas e seiscentistas

---

tendo como tema de tese “um dos factos de maior interêsse do idioma pátrio, - a colocação dos pronomes pessoais”.

<sup>9</sup> A respeito de semelhante colocação dos pronomes rejimes fez **João Ribeiro** a seguinte nota na sua erudita e elegante *Selecta clássica*: “A questão de ordem na colocação dos pronomes obliquos é matéria já fastidiosamente conhecida entre nós, e não se há de repetir o que já é por demais conhecido (*Gram.* Do autor, 11 ed, páj. 229). Devo contudo notar que a próclise no estilo dos clássicos quinhentistas e seiscentistas não é a mesma do uso comum actual, e tal se vê de dous exemplos neste excerpto: <<a vitoria que *me* Nosso Senhor deu>> ; e mais adiante: <<de que *lhes eu* dou muita certeza.>> Há aqui dous casos especiais: o da ocorrência de dous pronomes como no ultimo exemplo, e o da próclise com intercalação de outra palavra entre o pronome e o verbo; ambas as sintasses são freqüentes nos melhores clássicos. A próclise a grande distância do verbo encontra-se hoje apenas em raros escritores, como Castilho, mais lidos na literatura antiga; hoje, escrever-se-ia: <<a vitoria que Nosso Senhor *me* deu.>> Entretanto os antigos faziam intercalar o sujeito, o adverbio e talhos enteiros de frase entre a particular pronominal e o verbo: <<Pois *nos* Deus aqui ajuntou.>> H. Pinto - *Imajem*, I, páj. 86. <<Em que *lhes* o dia todo due lugar.>> *Palmeirim*, I, páj. 13. <<Se *se lhes a elles* apegassem as outras condições.>> - Ferreira - *Obras*, II, 298. <<Onde *os* elle, quando chegaram, já estava esperando.>> Lucena - *S. F. Xavier*, I, páj. 25; <<se *o vós* não tomardes por grande trabalho, J. de Barros - *Clarimundo*, I, 245, <<Já *me* a mim começa o mau sabor da bóca.>> Sá de Miranda - *Obras*, II, páj. 148. E como estes inúmeros e constantes exemplos. Ainda hoje é preferível a intercalação para evitar alguma cacofonia: <<As razões que *me* agora acodem, etc.). Também é de uso comum em Portugal, mas não no Brasil, a intercalação da negativa: <<o que se *não* deve dizer - <<motivos *me não* ocorrem>> - sintasse que não é popular entre nós, mas merecia imitada, na literatura, já se vê,>> (Barreto 1911: 140, grifo nosso)

não é a mesma que se apresentava em sua época; e b) que a intercalação da negativa é comum em Portugal e não no Brasil, mas que deveríamos imitar a sintaxe dos portugueses nesse caso.

Said Ali (1895) cita os estudos de **Batista Caetano, Paranhos da Silva de João Ribeiro** sobre a *Questão*, pois diz ser possível encontrar neles “mais largueza de vistas do que nos escriptos dos grammaticos puristas”. (p. 302)

O Dr. **Paranhos da Silva** entende que não devemos usar, na escripta, de linguagem diferente da que *todos* falamos no Brazil: <<de accordo com **Whitney**, diz elle, conformemo-nos com o genio do nosso idioma, isto é, *a resultante das preferencias da sociedade brasileira*.>> O Sr. **João Ribeiro**, numa these de concurso apresentada em 1886, observa: <<Muita gente notará talvez como escandaloso o pouco caso em que tenho a conhecidissima questão do purismo na colocação dos pronomes, na linguagem do Brazil.>> (Said Ali 1895: 302, grifo nosso)

Tanto Barreto (1914) quanto Pereira (1907) apresentam filiação à ‘tese fonética’ (cf. Cap. III) que **Said Ali** apresenta sobre a matéria.

Barreto, sobre esse ponto, escreve:

Um dos últimos trabalhos de real valor sôbre a debatida questão da colocação pronominal é o que um dos mais distintos professores do Colégio Pedro II e filólogo consumado, o sr. **Said Ali**, publicou na *Revista brasileira* em 1895, e que hoje faz parte do formoso livro intitulado *Dificuldades da língua portuguesa* (Rio de Janeiro, 1908). A um filólogo perspicaz como o sr. Said Ali não podia escapar a causa da colocação anormal dos pronomes átonos depois do infinito precedido de negação...(Barreto 1914: 160, grifo nosso)

Nos tempos modernos é essa construção a geralmente seguida pelos bons escritores, e Said Ali explica da seguinte maneira a eleição e preferência pela colocação do pronome depois do infinito, se éste é precedido da prepos. *a*:... (Barreto 1914: 164)

Judiciosamente observa o eminente professor **Said Ali** que a collocação dos pronomes oblíquos é mais uma questão de ouvido do que de regras syntacticas. E, sendo assim, claro é que a collocação dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensível a differença da phonetica ou prosodia do Brasil e de Portugal. (Pereira 1907: 241, grifo nosso)

Em nota ao item sexto que trata dos adjetivos, dos pronomes adjetivos e dos advérbio, Pereira demonstra novamente concordar com a tese de Said Ali nessa obra:

A lei que determina a *enclise* ou *proclise* nestes e noutros casos, segundo o inteligente prof. **Said Ali**, é a *pausa* ou a *sua ausencia* na pronuncia dessas palavras de *atracção*, sendo esse o segredo de sua força attractiva; assim, fazendo-se *pausa*, não ha *atracção*: <<Isto *passara-se* um dia antes>> (R. S.) - Ali *falavam-se* verdades aos reis e grandes>> (Julio de Castilho) - <<Aqui, *canta-se*; alli, *dança-se*>>. Havendo pronuncia ligada, observa-se a regra; já *se cê, cá me tens*, aqui *se canta*. (Pereira 1907: 244, grifo nosso)

Ainda, na obra de Pereira de 1909 e 1911, encontramos sua filiação à tese de Said Ali:

Como no antecedente, o ouvido educado é o melhor juiz neste caso, pois não raro apparecem as excepções como, p. ex.: <<Agora *lembra-me tudo*. (A. H.)> -- <Quizeram *antes* baldear-se para o jar dim (A. C) -- <O papá *então* chamava-me o banana>. (A. C.) -- <Agora *estara-as* fixando em si próprio (A. C) -- A lei que determina a *enclise* ou a *proclise* nestes e noutros casos, segundo o inteligente professor **Said Ali**, é a *pausa* ou a *sua ausencia* na pronuncia dessas palavras de *atracção*, sendo esse o segredo de sua força attractiva, assim, fazendo-se *pausa*, não há alteração: --<Isto *passara-se* um dia antes (R. S) - -- - Ali *fallaram-se* verdades aos reis e grandes, (Julio de Castilho) -- *Aqui, canta-se* : *alli, dança-se*. Havendo pronuncia ligada, observa-se a regra: *já se vê; aí me tens, aqui se canta*. (Pereira 1909 e 1911, grifo nosso)

Na obra de 1916 de Barreto, também encontramos sua filiação à 'tese fonética', porém não é só o nome de **Said Ali** que cita nesse momento. Ao longo desse texto, referencia-se à Said Ali, à **José Júlio da Silva Ramos** (1853-1930), membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e ao alemão **Karl Brugmann** (1849-1919):

O facto de a variação pronominal, que logicamente pertence ao infinitivo ou gerúndio, poder agregar-se ao verbo dominante (não *o* quero dizer, começou-*lhes* a falar, quer-*me* governar, estava-*lhes* falando) é mais uma prova de que a colocação do pronome macentuoado, como já mostrou o egregio prof. **Said Ali** num dos melhores trabalhos especiais que sôbre a esta questão se teem escripto, não pode ser resolvida pela sintaxe, mas sim pela fonética. Ainda há pouco, num benévolo artigo publico no *Jornal do Comércio* sôbre os *Novíssimos Estudos*, a brilhante pena do académico **Silva Ramos** deixou exarada a afirmação de que o *fenómeno* (a colocação dos casos oblíquos do pronome pessoal) é *meramente de som, daquela fonética sintáctica de que fala Brugmann, que considera a frase como uma undead fonética completa em si mesma*. (Barreto 1916: 80, grifo nosso)

O trabalho do português **Cândido Figueiredo** (1846-1925) é criticado por Pereira (1909 e 1911) e por Said Ali (1895). Figueiredo escreveu em 1909 o livro *O Problema da Colocação de Pronomes* de 407 páginas, no qual defendia, entre outros pontos, que em hipótese alguma um período pode ser iniciado com pronome oblíquo. Pereira critica sua postura, inclusive frente à essa regra, dizendo que havia exemplos, tirados dos mesmos escritores que utilizou para abonar sua regra, que contrariam essa tese.

Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece, me traga* - são expressões generalizadas em nosso falar. Em Portugal atesta o Sr. **Cândido de Figueiredo** que - *me mellem é idiotismo comum*. De facto, delle usou A. Herculano no *M. de Cister: Me mellem se entendo o doutor*. E igualmente A. Castilho na seguinte phrase: <<*Me mellem se eu percebo o tal doutor.*>> E nas cartas de A. Vieira econtra-se: *Me arisam em muito secreto que Hespanha tem resolutu romper a guerra em França.*” (Said Ali 1895: 204, grifo nosso)

O texto de Said Ali “Questões de Português”, publicado em **1911** na *Revista Americana*, também traz uma crítica ao trabalho de Cândido de Figueiredo. Said Ali o acusa de ter se deixado vislumbrar pela “materialíssima questão de número”, misturando exemplos de brasileiros, seiscentistas e modernos que somados em favor de uma certa colocação, são tidos como construção normal:

Vemos, por esta forma, a linguagem de Alencar ao lado da de Bernardes e, ao ouvirmos proferir os dois nomes de um só fôlego, sentimos como que um inusitado cheiro de incenso em torno do nosso estimado escritor. Nem por isso se nos oblitera da memória que foi justamente a linguagem do nosso Alencar que deu origem à longa disputa sobre colocação de pronomes. (Said Ali 1911: 31)

Figueiredo é também criticado por Said Ali por ter perdido tempo em descobrir nos vocábulos certa força misteriosa, a da *atração*. Ele chega também a utilizar a argumentação de que a diferença entre o português brasileiro e o europeu é fonética, mas Said Ali questiona

a sua explicação perante a mesma preferência quando observada em escritor português.

**Francisco Júlio de Caldas Aulete** (1826-1878) e Francisco **Ferreira de Andrade Junior** são os nomes de dois outros portugueses referenciados por essa geração.

No texto “Regras de collocação”, João Ribeiro (1902) faz uma crítica à algumas das considerações que o português Francisco Júlio de Caldas Aulete coloca à questão da colocação dos pronomes.

Aulete foi um professor, lexicógrafo e político português, autor de diversos livros didáticos e iniciador do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Também escreveu a *Gramática Nacional Curso Elementar* (1864), a qual foi aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Pública em 1864 como de uso obrigatório.

No último texto que compõe o apêndice da obra de João Ribeiro (1902) “Regras de collocação dos pronomes - [d]O mais antigo documento sobre a questão”, o autor afirma que o livro *Grammatica das Grammaticas* de 1850, escrito pelo português Francisco Ferreira de Andrade Junior, diretor e lente do Liceu Nacional Funchalense, apresenta as primeira regras práticas sobre as enclíticas pronominais na língua portuguesa, porém João pontua que apesar desse documento quase esgotar o assunto, as regras expostas por Ferreira de Andrade são muito contestáveis.

João Ribeiro chega ao ponto de considerá-las de muito pouco valia, sendo que, dentre essas regras, as únicas que para o autor parecem não serem excetuadas dizem respeito à que impede a frase de ser principiada com uma variação pronominal e à que ordena a próclise na presença da negativa. (João Ribeiro 1902: 230)

**Édouard Eugène Joseph Bourciez** (1854-1946) é o nome de uma outra referência não brasileira. O francês romanista é apoiado por Pereira (1916) por ter distinguido as formas acentuadas da átonas.

Ora vamos encontrar a razão de ser dessa dupla exigência da *proclise* e *enclise* do pronome átono, na pronúncia medieval do latim. Logo nos primeiros tempos da baixa latinidade, como nos ensina o eminente romanista **E. Bourciez**, estabeleceu-se distinção entre as formas pronominaes accentuadas e as átonas. Não podiam estas, <<em virtude do rythmo da lingua, que era descendente>>, começar a phrase, e se uniam por enclise á palavra precedente. Eram, pois, forçados a dizer em latim: *Tol-me impediunt eurae* (Ter. Andr. 260), *sustuti-me de negociatione* (Petr. 76); ou, ainda, intercalando-se varios nomes entre o pronome complemento e o verbo: *Ad hanc-me fortunam frugalitas mea perduxit* (Petr. 75, *Eléments de Linguistique Romane*, p. 116). (Pereira 1916: 313, grifo nosso)

Said Ali (1895) se dirige à **José Feliciano de Castilho** (1838-1864) como sendo um ditador que disse que quando houvesse um advérbio ou locução adverbial antes do verbo só a próclise era admissível. Segundo Ali, José Feliciano de Castilho era um daqueles que discutia com os defensores de Alencar, e quem de acordo com Said Ali, “perdeu o seu latim e o seu robusto folego a enumerar-nos os advérbios que, na sua opinião, exigiam semelhante colocação de pronome”. (p. 304)

Para Said Ali, o preceito de Castilho não devia ser generalizado pois “Não é a categoria da palavra que determina esta ou aquella collocação de pronome, mas sim o modo de pronunciar a frase”. (p. 304)

O que nos chamou atenção foi a aparição de duas referências anônimas, sendo que uma foi criticada e a outra apoiada. No XIV capítulo cujo sumário é “A velha e magna questão da colocação dos pronomes pessoais atônicos - Embargos a opiniões fantasistas de um crítico” dos *Novísimos estudos da Língua Portuguesa* de 1914, Barreto propõe defender um autor, cujo nome não cita, das acusações de um “culto e elegante” escritor, também anônimo, que “exercita o ingrato mister da crítica num dos mais apreciados diários fluminenses...”. (p. 153)



**QUADRO II - Resumo das referências encontradas nos trechos que trataram  
lingüisticamente da *Questão***

<b>Referência de Crítica</b>	Biodata/ Nacionalidade	Quem citou	<b>Referência de Apoio</b>	Biodata/ Nacionalidade	Quem citou
Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro	?-? / Brasileiro	Barreto 1911	João Ribeiro	1860-1934 / Brasileiro	Barreto 1911 / Said Ali 1895
Anônimo	/ ?-? Brasileiro?	Barreto 1914	Anônimo	/ ?-? Brasileiro?	Barreto 1914
Candido Figueiredo	1846-1925 / Português	Pereira 1909/1911 / Said Ali 1895	Said Ali	1861-1953 / Brasileiro	Barreto 1914 / 1916 / Pereira 1907/1911
Francisco Júlio de Caldas Aulete	1826-1878 / Português	João Ribeiro 1902	José Julio da Silva Ramos	1853-1930 / Brasileiro	Barreto 1916
Francisco Ferreira de Andrade Jr.	?-? / Português	João Ribeiro 1902	Karl Brugmann	1849-1919 / Alemão?	Barreto 1916
José Feliciano de Castilho	1838-1864 / Brasileiro	Said Ali 1895	Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro	?-? / Brasileiro	Maciel Sai 1889
Alfredo Gomes	1859-1924 / Brasileiro	Said Ali 1895	Hemérito dos Santos	?-? / Brasileiro?	Maciel 1889
			Édouard Eugène Joseph Bourciez	1854-1946 / Francês?	Pereira 1916
			Batista Caetano	?-? / Brasileiro?	Said Ali 1895
			Paranhos da Silva	?-? / Brasileiro?	Said Ali 1895

A nacionalidade das fontes explícitas encontradas nos textos que trataram a *Questão* lingüisticamente são predominantemente brasileiras pois das 16 referências que coletamos, 12

são brasileiras, 2 são portuguesas, 1 é francesa e 1 alemã.

Percebemos que foram poucos os autores que fizeram as mesmas citações. Nas referências que encontramos nos trechos que trataram a *Questão* linguisticamente flagramos os seguintes encontros:

**Pereira e Said Ali** citando Cândido Figueiredo;

**Said Ali e Barreto** citando João Ribeiro;

**Barreto e Pereira** citando Said Ali.

Apesar de Júlio Ribeiro ser considerado o “líder intelectual” daquela geração por ter difundido os ideais evolucionistas da “nova corrente” aos estudos da linguagem, não encontramos menção alguma ao seu trabalho nos textos que trataram da *Questão*. Entendemos, assim, que o seu nome não foi percebido como o de uma autoridade no assunto para ser utilizado como referência para validar uma determinada descrição lingüística ao problema da colocação pronominal. Consideramos, portanto, os nomes de Cândido Figueiredo, João Ribeiro e Said Ali, como expusemos acima, três exemplos de referências autorizadas que trataram da *Questão* utilizadas por aquela geração.

## 2.5 Perfil geral da geração dita científica

Dentre os autores de gramáticas do período 1880-1920, além de termos selecionado obras do líder intelectual Júlio Ribeiro (1845-1890), selecionamos também outros nove agentes para representarem esse grupo de decisão: Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Augusto Gomes (1859-1924), Maximino de Araújo Maciel (1865-1923), Manuel Pacheco

Silva Junior (1842-1899) e Lameira de Andrade (-), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro 1839-1920, João Ribeiro (1860-1934) e Manuel Said Ali (1861-1953).

Essa escolha se deu devido ao nosso critério de seleção inicial: o de selecionar autores reconhecidos pela literatura contemporânea (Cavaliere 2000; Elia 1975; Fávero 2000) como autores de gramáticas ditas científicas do período 1880-1920, ou seja, autores cujos textos trataram os fenômenos lingüísticos a partir de uma visão ‘historicizante’ e/ou ‘naturalista’, que compreendia, por exemplo, a língua como um organismo vivo, provida de história e destino.

Não utilizamos como critério de seleção a questão espacial, ou seja, não selecionamos gramáticos que nasceram e/ou atuaram em um determinado lugar do Brasil, porém, podemos dizer que as instituições que trabalharam se concentravam no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, como mostramos no quadro abaixo:

**QUADRO III – As instituições que os gramáticos da geração que compusemos  
trabalharam**

<b>Instituições Paulistas</b>	
Colégio Culto à Ciência	Júlio Ribeiro
Gymnasio do Estado de São Paulo	Pereira
Gymnasio Official da Cidade de São Paulo	Pereira
Instituto de Educação Secundário em São Paulo	Júlio Ribeiro
<b>Instituições Cariocas</b>	
Colégio Militar	Maciel
Colégio Pedro II	Barreto, Gomes, João Ribeiro e Said Ali
Escola do Estado Maior	Said Ali
Escola Normal	Gomes
Escola Normal da Capital Federal	Andrade
Instituto de Instrução Secundária no Rio de Janeiro	Júlio Ribeiro
<b>Instituições Bahianas</b>	
Gymnasio da Bahia	Carneiro Ribeiro
Gymnasio Carneiro Ribeiro	Carneiro Ribeiro

Todos esses gramáticos estavam vinculados à alguma instituição de ensino de nível secundário o que nos leva a concluir que, no Brasil, as escolas secundárias tiveram um papel importante no processo de produção de conhecimento ao passo que estimulavam intelectuais autodidatas a produzirem estudos lingüísticos, tais como as gramáticas, os estudos filológicos,

os artigos publicados em revistas especializadas e, muitas vezes, teses para concursos. João Ribeiro, por exemplo, foi admitido pelo Colégio Pedro II em 1886 ao apresentar sua tese “A Collocação dos Pronomes Pessoais”.

É importante destacar que soluções didático-pedagógicas estavam presentes nas produções desses professores-autores de estudos lingüísticos, justamente pelo fato da instituição escolar secundária e não superior ter sido, para aquela geração, o centro difusor de idéias.

Vale lembrarmos que, naquele período, ainda não havia uma instituição superior que formasse professores de línguas, isto é, não havia a carreira de professor-pesquisador universitário, por isso não é de se estranhar que, dentre os autores que selecionamos para esta pesquisa, temos médicos: Gomes, Maciel, e João Ribeiro e, também, advogados: Barreto e Maciel.

No campo do ensino superior, quem quisesse uma boa escola deveria se deslocar para os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Quem desejasse seguir a carreira médica deveria ser contentar com a Bahia e o Rio de Janeiro. A engenharia estava restrita, de certo modo, à Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Havia ainda os cursos militares do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Fortaleza. Existia também o curso da Marinha, no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro detinha, ainda, escola para o ensino artístico e mais seis seminários para o ensino religioso. (Ghiraldelli 2006:29)

O autodidatismo presente naquela geração foi promovido pelo Império. Leôncio de Carvalho, Ministro do Império e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, promulgou, em 1879, o Decreto 7.247, *ad referendum* da Assembléia, e, com isto, instituiu a liberdade do ensino superior em todo o país. Por liberdade de ensino a nova lei entendia que todos os que se achassem, por julgamento próprio, capacitados a ensinar, poderiam expor suas idéias e

adotar os métodos que lhes conviessem.

A partir de então, a frequência aos cursos secundários e superiores tornou-se livre, de modo que o aluno poderia aprender com quem lhe conviesse e, no final, deveria se submeter aos exames de seus estabelecimentos. Com isso, as instituições se organizaram por matérias, de modo que o aluno pudesse escolher quais as que ele cursaria e quais ele julgava que eram desnecessárias diante do exame final. Enfim, aconselhava-se que as escolas, no final, fossem rigorosas nos exames. Para Ghirardelli (2006: 30), o Império tornou o ensino brasileiro menos um projeto educacional público e mais um sistema de exames, política esta que, ao seu ver, *mutatis mutandis* permanece durante a Primeira República e deixou vestígios até a atualidade “...como o caso da incapacidade que temos de fazer o ensino secundário funcionar sem o parâmetro dado pelos exames vestibular”.

De fato, ainda no Brasil republicano, o autodidatismo era motivado. Em 1911, o Governo Federal lançou nova legislação, a Lei Rivadária Correia, que proporcionava total liberdade aos estabelecimentos escolares, tornando a presença do alunado facultativa e desoficializando o ensino.

Apesar de todas as transformações ocorridas ao longo do século XIX e início do XX no ensino, até a Proclamação da República praticamente nada havia sido feito de concreto pela educação brasileira. Somente poucos jovens pertencentes à classe dominante, filhos de fazendeiros ou de funcionários de cargos públicos, conseguiam frequentar as escolas:

O ensino fora até então, e sob diversos aspectos, um privilégio de classe. As escolas faziam discriminações sociais, econômicas, religiosas ou de raças. Aos meninos e jovens de camadas populares ora se negava a possibilidade de estudo, ora se estabeleciam estreitos limites ou finalidades tendenciosas para a respectiva cultura. (Almeida Jr. 1937: 6)

Em 1872, o Brasil possuía aproximadamente 10 milhões de habitantes e somente 150

mil alunos eram matriculados em escolas primárias, sendo que em 1889, apenas 12% da população em idade escolar estava matriculada na escola. É de se supor, portanto, que os dez autores brasileiros que selecionamos para este trabalho serviram à essa elite, concentrada, como vimos, principalmente no Rio de Janeiro.

Por fim, é válido informar que a escola não era o único lugar onde esses intelectuais atuavam. Júlio Ribeiro, por exemplo, foi um ativo jornalista que batalhou pelo abolicionismo e pela República através da imprensa. Escreveu também o famoso romance *A Carne* em 1888. Gomes não foi somente professor, ocupou também cargo de direção da Escola Normal no Rio de Janeiro. João Ribeiro representou o Brasil na Sociedade de Geografia de Londres. Pereira foi um pastor presbiteriano e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

### **3. A orientação 'cientificista'**

Tivemos a cautela de dizer que a nossa pesquisa estuda a *Questão* no “período *dito* científico” e não no “período científico” justamente porque quisemos explicitar a consistência dessa orientação nos dados que colhemos.

Lingüistas brasileiros contemporâneos (Fávero 2000; Elia 1975) denominam esse período dos estudos lingüísticos de “científico” fundamentalmente pelo interesse que os gramáticos dessa geração tiveram em aplicar em suas reflexões um método de análise positivo, assim como feito nas ciências naturais, contudo, achamos prudente evitar aprioristicamente essa interpretação e nos propusemos perguntar: Como esse método se configurou no tratamento que a *Questão* recebeu? (cf. Cap. III)

Com o intuito de responder à questão acima, investigamos primeiramente nos textos introdutórios das gramáticas como aquela geração concebia: arte, ciência, ensino, erro, língua,

linguagem, mudança; porém julgamos mais pertinente aos objetivos de nossa pesquisa explicitar os traços que consideramos 'científicos' no modo como a 'mudança lingüística' foi concebida pela geração na *Questão*, haja vista que todo o debate em torno do problema da divergência na colocação pronominal brasileira e européia ocorreu devido à percepção pela geração de uma mudança marcada na fala e principalmente na escrita de nossos escritores.

Esse intento acabou nos levando a explorar os termos 'meio' e 'história' nos trechos em que os autores apresentam suas concepções sobre língua e mudança.

### 3.1 O modo como a 'mudança lingüística' foi concebida pela geração

Said Ali vê a língua como um organismo vivo que é alterado pelo 'meio':

**Toda lingua altera-se fatalmente com a mudança de meio;** é por conseguinte grande destempero taxar de erroneo o nosso modo de falar pelo fato de divergir em varios pontos da linguagem do Reino. (Said Ali 1895: 313, grifo nosso)

Esse autor parece acreditar que não estão somente na 'história' as explicações para todas as alterações que uma língua sofre, diferentemente de Pereira que diz que as explicações aos fatos atuais da língua só poderiam estar baseadas em seus antecedentes históricos:

**Ninguem contesta, certamente, que os factos actuaes da lingua teem sua explicação racional nos antecedentes historicos da mesma lingua.** E' na phonologia, morphologia ou syntaxe historicas que nós encontramos a razão de ser das regras actuaes da grammatica expositiva sobre a pronuncia, sobre a fórma dos vocabulos, ou sobre os processos syntacticos. (Pereira 1907: I do Prólogo, grifo nosso)

Já Maciel demonstra ciência das duas perspectivas:

Impossível, pois, nos seria admittirmos uma lingua no estado de immobilidade, escapando ás acções poderosas do **meio**, não se resistindo das **influencias historicas** e tradicionaes; não se alterando absolutamente sob a acção das tendencias regionaes e dos habitos populares. (Maciel 1889: 78, grifo nosso)



Deparamo-nos aqui com duas perspectivas que predominantemente estiveram presentes no tratamento da *Questão* daquela geração: uma que privilegia a 'história' e outra que dá preferência ao 'meio' como princípio explicativo.

### **3.1.1 A *história* como princípio explicativo**

A presença da 'história' como recurso explicativo à questões lingüísticas no Brasil do final do século XIX pode ser explicada pela Teoria da Evolução, que desencadeou uma mudança nos estudos sobre linguagem em todo o mundo. Através dela, Darwin (1809-1882) defendeu que todo ser humano compartilha da mesma ancestralidade e como prova, utilizou suas várias observações, principalmente as feitas a bordo do navio Beagle, onde durante cinco anos viajou pelos continentes, passando, inclusive, uma temporada no Brasil.

Seu livro, publicado 40 anos depois dessa viagem, teve forte repercussão no meio acadêmico juvenil na Europa. Seu trabalho foi creditado e aplaudido por causa das descrições detalhadas do meio ambiente que observou e também pela grande quantidade de provas que colheu durante seus muitos anos de pesquisa. Seu atencioso exercício de observação, sua coleta abundante de provas e seu trabalho incansável acabaram sendo exemplos de tarefas que configuraram o fazer científico da época.

Assim como Darwin enxergou uma ancestralidade comum a todos os seres vivos, Sir William Jones (1746-1794) aplicou aos seus estudos de sânscrito essa perspectiva, procurando relações históricas nas línguas que estudou a fim de explicar, através da exploração da diversidade lingüística, como uma determinada língua assumiu, ao longo do tempo, as formas observadas. Lightfoot (2006) lembra que Herman Paul (1846-1921) afirmou que não havia outra forma de ver a língua a não ser pela história.

Essa visão histórica empenhada em um fenômeno foi transportada para a ciência da linguagem e é por isso que Lightfoot (2006) afirma que a Linguística começou neste momento como uma ciência histórica, daí o surgimento nessa época das gramáticas comparativas e históricas.

### ***O problema da “dosagem”***

A abordagem ‘histórica’ não foi a única solução descritiva compartilhada pela geração de gramáticos brasileiros, o que caracteriza, de modo geral, a cientificidade dos estudos lingüísticos desse período é um conjunto de práticas inspiradas na possibilidade de aplicar aos estudos da linguagem um método das ciências naturais (cf. Cap. II - 2.2 A recepção positiva à “nova corrente” teórica: a “retórica revolucionária” da geração), e não, propriamente, a opção por um ‘método’. Contudo, parte daquela geração entendeu que a abordagem ‘histórica’ deveria estar presente em quaisquer publicações gramaticais, e parte a entendeu como adequada para ser aplicada somente nas publicações voltadas a um leitor com um nível escolar mais elevado. Essa divergência foi tida como um problema para a geração: a questão da “dosagem do método”.

Pacheco & Andrade nos informam sobre essa questão na obra de 1894: “A única dificuldade e não pequena, com que tivemos de pleitear, foi a *dosagem*”. (p. 7) Os autores ilustram esse problema com a citação do pedagogo Alberto Brandão. Observe-se

A grande dificuldade com que vão arear os professores é a *dosagem*, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os autores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudam para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar.

E isso, parece, ficará de accôrdo com os organizadores do programma, que devem saber que muitos dos pontos exigidos só poderiam ser tratados em theses, não de exames de preparatorios, mas de concurso no imperial collegio. (Pacheco & Andrade 1894: 7)

João Ribeiro (1889) e Said Ali (1919) optam por tratar da abordagem ‘histórica’ de forma não aprofundada por questões de nivelamento escolar:

Logo de começo me lembrei de dar mais avultado incremento á parte historica; mas a poucos passos que dei reconheci que era de melhor parecer voltar ao intento primitivo, mas moderado e mas modesto.” (João Ribeiro 1889: 323)

Evito por isso geralmente a terminologia abstrusa e inutil, e refiro, menos do que se costuma, os factos da lingua que falamos a phenomenos correlatos do idioma latino. Pode esta correlação ser tratada mais desenvolvidamente em grammatica historica, mas está alem do horizonte dos estudantes que principiam o curso secundário, pois entram para elle sem o previo conhecimento do latim. (Said Ali 1919: Prologo)

Pereira expõe claramente sua solução ao problema da “dosagem”: “...consignamos nas *Notas e Observações*, rapidas explanações historicas sobre a regra expendida no texto.” (Pereira 1911: Prólogo I)

Pereira (1907) ao afirmar que - “Grammatica (*gr. gramma = letra*) é a sciencia das palavras e suas relações, ou a arte de usar as palavras com acerto na expressão do pensamento”. (p. 3) - deixa claro que buscava um trabalho que dosasse a tradição e a inovação, o qual nomeia de “methodo expositivo”:

Em primeiro logar, procuramos a resultante das duas correntes: - da **corrente moderna**, que dá emphase ao elemento historico da lingua, e da **corrente tradicional**, que mais se preocupa com o elemento logico na expressão do pensamento. Ha verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas. (Pereira 1907: Prólogo I, grifo nosso)

Carneiro Ribeiro (1919), assim como Pereira (1907) também demonstra sua crença na fusão das tradições de pesquisa, apesar de não ter deixado claro qual teria sido sua solução textual para lidar com essa solução, como o fez Pereira.

O desenvolvimento que nestes ultimos annos têm tido os estudos grammaticaes, esclarecidos pela grammatica comparada, levou-nos a emprehender este nosso trabalho, que não é senão a grammatica portugueza a que damos uma feição historica, ampliando-lhe mais a base e enriquecendo-a de novas observações, que a longa pratica e o estudo da lingua, que, com tanto amor cultivamos, nos têm

sugerido e ensinado. (Carneiro Ribeiro 1919: Prólogo I)

Isto posto, podemos resumidamente concluir que João Ribeiro e Said Ali entenderam que a abordagem ‘histórica’ era inadequada em algumas publicações devido ao nível de conhecimento do alunado, enquanto Pereira e Carneiro Ribeiro conceberam as abordagens “tradicional” e “moderna” como inseparáveis, haja vista a concepção simultânea de gramática como arte e ciência que tinham.

A partir dessa análise, podemos afirmar que as soluções ao problema da *dosagem* acabaram se configurando na:

- a) não presença da abordagem ‘histórica’ no texto gramatical dedicado ao alunado inicial;
- b) presença da abordagem ‘histórica’ no texto gramatical dedicado ao alunado superior;
- c) presença ‘em texto’ da abordagem ‘histórica’ independentemente do nível escolar do alunado;
- d) presença ‘em nota’ da abordagem ‘histórica’ independentemente do nível escolar do alunado.

Vale reiterarmos que a ‘histórica’ como princípio explicativo não foi a única solução descritiva presente nos estudos lingüísticos do período, por isso consideramos também a não presença da abordagem ‘histórica’ no texto gramatical, independentemente do nível escolar do alunado.

Por fim, acreditamos ser importante dizer que as obras que selecionamos não possuem apenas o nome de Gramática (cf. Bibliografia - *Fontes Primárias*) já que, como vimos, a abordagem ‘histórica’ aos fenômenos lingüísticos nem sempre era vista como uma abordagem

que caberia numa obra que tinha como finalidade, muitas vezes, ser prática e dedicada a um alunado em fase inicial.

### **3.1.2 O 'meio' como princípio explicativo**

O Positivismo teve influência fundamental na Reforma que Benjamin Constant (1891), ministro republicano da Instrução Pública, referendou no Brasil. Essa Reforma consistiu na substituição do currículo acadêmico de cunho humanístico por um currículo de caráter enciclopédico, com disciplinas científicas. Essa ação, ao nosso ver, impulsionou, por decreto, a aplicação do 'método' das ciências naturais aos estudos da linguagem.

O Positivismo é uma corrente sociológica cujo precursor foi o francês Auguste Comte (1797-1857). Essa doutrina sustenta que a única forma de conhecimento, ou a mais elevada, é a gerada a partir da descrição de fenômenos captáveis pelos sentidos. Nessa perspectiva, o 'meio' era o lugar para onde se deveria observar. Por esta razão que consideramos que a perspectiva que privilegia o 'meio' para explicar fenômenos em mudança na língua foi promovida pelos ideais positivistas circundantes no Brasil da segunda metade do século XIX.

Comte afirmava que existiam três estágios nas crenças humanas: o teológico, o metafísico e, por fim, o positivo, assim chamado por se limitar ao que é positivamente dado, sem qualquer especulação.

O estágio teológico dizia respeito à infância da humanidade. Nessa época o homem dá explicações fantásticas sobre os fenômenos naturais, utiliza categorias antropólogas para compreender o mundo e almeja usar técnicas mágicas para dominá-lo. O segundo estágio, o metafísico, consiste nas explicações racionais. O homem nesse momento busca o porquê das coisas e substitui os deuses por entidades abstratas. Podemos relacionar esse estágio com a

tradição filosófica de estudos da linguagem menos emergente no período que estudamos. Nessa visão, essa tradição representaria uma etapa atrasada de evolução por estar aquém do estágio definitivo, o qual podemos considerar o 'científico'. Assim, no estágio positivo não se busca mais o porquê das coisas, mas sim o como; o conhecimento se baseia nas observações e nas experiências e se expressa com o recurso da matemática; busca-se o conhecimento das leis da natureza para conseguir o seu domínio técnico.

Ao lidarmos propriamente com os tratamentos lingüísticos dedicados à *Questão*, constatamos que a perspectiva que leva em conta a 'história' como princípio explicativo resultou na 'tese' que denominamos de 'tese da afeição arcaica' e, a perspectiva que privilegia o 'meio' como princípio explicativo resultou na tese que chamamos de 'tese fonética' para explicação da colocação pronominal brasileira. A "tese da atração" também encontrada para explicar o problema revelou uma abordagem mais centrada no próprio funcionamento lingüístico, a qual, ao nosso ver, não condizia com a visão 'cientificista' da "nova corrente" que nos propomos investigar. Trataremos de dissertar sobre essas perspectivas de tratamento à *Questão* no capítulo a seguir, dado que foi nesse momento que lidamos diretamente com as soluções descritivas que os autores da geração deram ao problema lingüístico que elegemos, a partir de parâmetros internos de análise.

### **Capítulo III**

## **Os tratamentos que a *Questão* recebeu no Brasil (1880-1920)**

### Capítulo III - Os tratamentos que a *Questão* recebeu no Brasil (1880-1920)

Ao analisarmos os textos gramaticais que constituem o nosso *corpus*, observamos que os autores da geração trataram a *Questão* através de, fundamentalmente, três abordagens: a 'pedagógica', a 'histórica' e a 'fonética'. Pretendemos apresentar neste capítulo as características de cada um desses tratamentos, bem como o mapeamento que fizemos do exemplário que localizamos.

As análises que empregamos nos textos foram orientadas pelos parâmetros internos que elegemos para esta pesquisa: a) a metalinguagem gramatical e b) o exemplário.

Vale lembrarmos nesta etapa da pesquisa que continuamos a buscar nos dados respostas para as indagações que permeiam esta dissertação: 1) Qual seria o grau de envolvimento da geração com a orientação 'cientificista' do período? e; 2) Aquela geração teria percebido a mudança pela qual a língua estava passando?

#### 1. O tratamento 'pedagógico' dedicado à *Questão*

Encontramos, de forma predominante, o tratamento pedagógico dedicado à *Questão* nos seguintes textos que constituíram nosso *corpus* principal: Barreto 1914; Gomes 1916; Maciel 1902, 1918; Pacheco & Andrade 1894; Pereira 1907; Pereira 1909; Pereira 1911; Carneiro 1919; João Ribeiro 1889, 1913, 1920, 1897, 1906; Júlio Ribeiro 1881, 1900; Said Ali 1919<sup>10</sup>. Esse fato parece revelar a orientação desta geração para a realidade do alunado secundário que precisava se valer de estratégias que facilitassem a memorização, tendo em vista o perfil dos exames a que eram submetidos.

---

<sup>10</sup> Esse conjunto de textos corresponde a 68% do total de textos que selecionamos para o *corpus*.



O tratamento 'pedagógico' dedicado à *Questão* foi basicamente identificado por nós pelas estratégias de formulação das regras que os autores propuseram através do uso de certos termos (verbos, advérbios, adjetivos etc.), que donotam 'proibição', 'restrição', 'erro' e similares; e/ou pelo uso de expressões que donotam 'possibilidade', 'facultatividade' e similares.

Concluimos que esses termos faziam parte de dois grupos de discursos: os quais denominamos 'cauteloso' e 'categórico'. A presença dessas duas estratégias de discursivização das regras da *Questão* refletem, em nossa interpretação, o clima intelectual do período em análise, no qual forças inovadoras e conservadoras em matéria de língua estavam presentes.

O discurso que consideramos 'cauteloso' pode ser flagrado através do uso, pelo autor, de termos que deixavam clara a possibilidade de mais de uma colocação pronominal em determinado contexto. Neste tipo de formulação, ameniza-se a noção de erro. Já as expressões que caracterizaram o discurso que denominamos de 'categórico', não permitiam uma leitura flexível das regras propostas para a *Questão*. Neste sentido, o consideramos mais autoritário em matéria de língua, de orientação purista.

Admitir a natureza divergente da *Questão* que transparece no tipo de formulação 'cautelosa' sugere uma atitude mais descritiva (em oposição a prescritiva) da parte de alguns autores desta geração diante de fatos que se podia observar na modalidade oral da língua. Já uma posição mais 'categórica' (no sentido prescritivo do texto) perante a *Questão*, também presente nos textos de nosso *corpus*, sugere uma atitude contrária, em que os dados descritos devem ser regulados ao uso escrito dos autores de prestígio, mesmo se distantes da modalidade oral da língua.

Passaremos, a seguir, a ilustrar os discursos que chamamos de 'categórico' e

‘cauteloso’ através de trechos que contemplam certos contextos lingüísticos abordados nos textos que trataram da *Questão*. Não foi nossa intenção apresentar exaustivamente todos os condicionamentos lingüísticos presentes no *corpus* principal<sup>11</sup>, por isso optamos por fazer um levantamento daqueles mais comumente abordados. Dessa forma, trataremos de seis contextos lingüísticos nos quais as posições pronominais foram reguladas pelos autores: a) com advérbios; b) nas frases negativas; c) no futuro e no condicional; d) com gerúndio; e) em início de oração/período; f) na locução verbal com infinitivo.

Torna-se importante informar que, ao expormos as regras, não mantivemos a mesma diagramação encontrada nos textos originais e, em alguns casos, não transcrevemos todos os exemplos citados pelos autores.

## 1.2 Com Advérbios

Maciel (1902) expõe de forma ‘categórica’ que “...a proclise **sempre** ocorre: a) Nos verbos, precedidos de *adverbio* ou expressão equivalente, ex.: *Então o demonio lhe* tocou no rosto (Manoel Bernardes, *Liv. Classica*); *Já me* combatem molestias por mil partes (B. de Brito, *Sel. de Aulete*). (Maciel 1902: 313, grifo nosso)

Pacheco & Andrade (1894) prescrevem que “**É** proclítico...quando vem depois de qualquer adverbio (de negação, tempo, lugar, quantidade ou modo), começando a phrase por este: *Não o* chames; *não te* espero mais. (Pacheco & Andrade 1894: 616, grifo nosso)

João Ribeiro (1889) mantém o mesmo efeito de sentido ‘autoritário’ ao afirmar que: “Com alguns adverbios, como *já, antes, cá, lá, sempre, assim, nunca, não, bem, mais, muito,*

---

<sup>11</sup> O levantamento inicial das regras formuladas para a *Questão* no conjunto desses textos consiste resumidamente nas seguintes proposições: a) casos de ênclise: início de oração/período; gerúndio ‘forma imperfeita’; b) casos de próclise: negação; advérbio; gerúndio com ‘em’; oração subordinada; adjetivos; c) casos de mesóclise: futuro e condicional; d) casos de próclise ou ênclise: locução verbal.

etc. **ha** anteposição quando os advérbios ficam antepostos: *Já se* disse; *Ainda* vos quero; *Tudo* se chega; *Bem* te avisei. (João Ribeiro 1889: 277, grifo nosso)

Diferentemente de Maciel, Pacheco & Andrade e João Ribeiro, Pereira (1909) recomenda a próclise de modo ‘cauteloso’, pois o primeiro grupo de exemplos que apresenta vem seguido pela advertência: “...o ouvido educado é o melhor juiz neste caso, pois não raro aparecem as exceções...”. Observe-se:

Com os **advérbios**, quando precedem ao verbo:

*Agora me dizem* que é chegada a ratificação da paz (A. V.); *Bem se viu nos* que estavam já pegados (A. V.); *Já se sabe* que ha de ser Santo Thomas (A. V.); *Assim me sentia* eu levado para uma ilha de amores (A. C.); *Aqui se vê* a providencia e a previdencia (A. V.); *E então se despontam* Israel e Rachel (M. B.); *Ainda me restam* algumas perguntas (M.B.); *Tarde vos comecei* amar (M.B.); *Sempre me justifico* de mim para comigo mesmo (M. B. ); *Quanto mais se sobe*, maior quéda se dá.

**Obs.** Como no antecedente, **o ouvido educado é o melhor juiz neste caso, pois não raro aparecem as exceções como**, p. ex.: *Agora lembra-me* tudo (A.H.); Quizeram *antes* baldear-se para o jardim (A.C.); O papá *então* chamava-me o banana, (A.C.); *Agora estava-as* fixando em si proprio (A. C.); A lei que determina a *enclise* ou a *proclise* nestes e noutros casos, segundo o intelligente professor Said Ali, é a *pausa* ou a sua *ausencia* na pronuncia dessas palavras de *atracção*, sendo esse o segredo de sua força attractiva, assim, fazendo-se *pausa*, não há atracção: - *isto passara-se* um dia antes (R. S) - *Ali fallaram-se* verdades aos reis e grandes (Julio de Castilho); *Aqui, canta-se: alli, dança-se*; Havendo-se *pronuncia* ligada, observa-se a regra: *já se vê, cá me tens, aqui se canta*. (Pereira 1909: 206, grifo nosso)

Carneiro Ribeiro (1919) também é cuidadoso quando expõe a possibilidade da próclise ou da ênclise com os advérbios, ainda que informe que a próclise é a posição mais usada pelos “nossos” escritores:

Quando antes do verbo no modo definitivo occorrem as palavras *já, ahí, alli, acolá, cá, lá, agora, ora, tambem, logo, acaso, bem, mal, muito, pouco, tanto, quanto, tal, cada, qualquer, todo, tudo, mais, segundo, conforme, antes, depois, far-se-á* uso de **uma ou outra construcção, sendo, porventura, mais frequente entre os nossos escriptores o emprego da proclise pronominal:**

*Já me parece* que vos considero cansados de esperar a solução (Vieira-Serm.); *Já nos vem* mettendo os dedos nos olhos (F. M. de Mello); *Aqui* de joelhos, ante o venerando tumulo que te encerra, *te admiro, te adoro*, ó benemerito de Deus e dos homens (Th. Ribeiro); A um principe virtuoso *tudo se lhe rende* (Vieira); *Todas as portas se lhe abrem, todas as mãos, avidamente se lhe estendem, todos o desejam* com as commoções mais fortes e com as mesmas o seguem (Lat. Coelho).... (Carneiro Ribeiro 1919: 730, grifo nosso)

A próclise foi a posição predominantemente recomendada nesse contexto, apesar da presença do discurso ‘cauteloso’ que sugere ao leitor a possibilidade da ênclise.

Vale comentar que os autores se remeteram a esse contexto o chamando de: “qualquer advérbio” (Gomes e Pacheco); “advérbio ou expressão equivalente” (Maciel); advérbio (Pereira); “palavras” (Carneiro); “alguns advérbios” (João). Essa imprecisão vocabular gramatical pode revelar a insegurança da geração ao lidar com a *Questão*, o que demonstra a natureza divergente desse problema lingüístico.

### 1.3 Nas Frases Negativas

Barreto (1914), sobre o contexto de negação, prescreve:

**Um preceito** pelos gramáticos concordemente indigitado como **absoluto** na colocação dos pronomes atônicos **é o da próclise nas frases negativas**: O divórcio não *me* convêm; O tesouro não *me* pertence; A verdade não *me* ofende; Não *te* peço conselhos; Não *vos* entendo; Não *lhe* bateu; Ele não *os* conhecia; Não *o* percebo bem; Não *o* prenderam; O rei não *se* acobardou; Não *se* cumpriu a promessa. Mas a frase negativa não é só a que se faz por meio da partícula não. Pode também a negação estar implicitamente contida em certos pronomes ou certos advérbios (*ninguê[m], nenhum, nada, nunca*, etc.): Não vinham, nem *se* arrependiam; Eu não me aluguei, nem *me* vendi a êsse senhor; Nem *as* dava, nem *as* recebia; Nunca *se* fechou a ferida; Nada *lhe* deve; Nada *me* disse; A história nada *nos* refere; Nunca *te* desobedecei; Eu nunca *o* suspeitei; Nunca *vos* conheci; Ninguém *o* sabe; Ninguém *lhas* dava; Ninguém *to* pergunta; Ninguém *o* seguiu. (Barreto 1914: 154 e 155, grifo nosso)

Maciel (1902), Pereira (1909) e João Ribeiro (1897) são também categóricos ao recomendarem a próclise nesse ponto:

A próclise **sempre** ocorre: 1.º Nas proposições negativas, ex.: *Não vos* esperava tão de salto (A. Herculano, *Eurico*); Em *nenhuma* outra região *se* mostra o céu mais sereno (Rocha Pitta, *Sel. Litteraria*); A tua filha *nunca te* accusara ante o supremo juiz (A. Herculano, *Eurico*). (Maciel 1902: 312, grifo nosso)

São proclíticos:

Nas frases **negativas**, visto que a negativa sempre anteposta aos verbos attraem para si o pronome. Exs.: *Não me* confiei de vós (M. B.); *Nada lhe* póde resistir (A. V.); *Ninguem vos* vence em amar (M. B.); *Nenhuma coisa se* exclue (A. V.); *jámais*

*se* cumpriu; *Nem se* assegura a idade (M.B)...(Pereira 1909: 205, grifo nosso)

Na proposição negativa o pronome oblíquo *e'* anteposto. Não *lhe* diga coisa alguma; O sol não *se* apaga; A vida não *me* desagrada; Não *te* julgues sabio. (João Ribeiro 1897: 310, grifo nosso)

Porém, Júlio Ribeiro (1881) demonstra mais cautela ao expor esse “preceito”: “Nas sentenças negativas **geralmente** antepõe-se, ex.: Elle *não me* quer. (Júlio Ribeiro 1881: 222, grifo nosso)

Apesar de Júlio Ribeiro ter sugerido a possibilidade da ocorrência da ênclise nas frases negativas, haja vista o efeito de sentido facultativo que o advérbio ‘geralmente’ expressa, a próclise foi a posição mais recomendada nesse contexto.

Vale colocar que a imprecisão vocabular gramatical foi por nós identificada aqui quando os autores abordaram esse condicionamento lingüístico através das seguintes denominações: “frases negativas” (Barreto); “proposições negativas” (Maciel e João Ribeiro); “advérbio negativo” (Carneiro Ribeiro); “oração negativa” (João Ribeiro) e; “sentença negativa” (Júlio Ribeiro).

#### 1.4 No Futuro e no Condicional

Nesse contexto lingüístico, Pacheco & Andrade (1894), Pereira (1909) e João Ribeiro (1889; 1913; 1920) prescrevem a mesóclise ‘categoricamente’ :

**Occorre** portanto a mesoclise:

a) No futuro e no condicional, pois estes sempre repellem a enclise ou assumem a proclise, ex.: Enfim *acabar-se-á* no Brazil a christandade catholica. (Antonio Vieira, *Sel. Litteraria*); Ah! Senhor, *tiral-o-ei* de boa mente. (Manoel Bernardes, *A. Classicos*); *Dir-se-ia* então que Portugal inteiro accordava para o arrependimento (O. Martins, *C. e a Renascença*) (Pacheco & Andrade 1894: 617, grifo nosso)

**São** mesocliticos:

No futuro imperfeito e no imperfeito do condicional as vezes em que não for obrigatoria a *proclise*, como, p. ex.: Dae e *dar-se-vos-á* (A. P.); *Faz-se-á* juizo sem

misericórdia aos que não usaram de misericórdia; *Faltar-me-ia* o tempo, si eu quizesse fallar de tudo. (Pereira 1909: 207, grifo nosso)

**Nunca** se dá a posposição nos futuros simples: *direi-lhe; amarei-o*. Nesses casos ha tmese ou intercalação: *dir-lhe-ei, amal-o-ei*. (João Ribeiro 1889: 277; 1913: 103; 1920: 171, grifo nosso)

Já Carneiro Ribeiro (1919) oscila entre os discursos ‘cauteloso` e ‘categórico`, visto a diferença do sentido de precisão dos termos “sempre” e “às vezes” usados nas regras abaixo.

Observe-se:

Nos futuros simples o pronome complemento **sempre** se colloca antes do verbo: *Elle nos dirá; Tu lhe escreverás; Deus te recompense; Elles te cantarão* tudo. **A’s vezes, neste tempo**, ha a intercalação da forma obliqua do pronome: *dir-nos-á; escrever-lhe-ás; contar-lhe-ão* tudo; *Dize-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens*” (Adag.). (Carneiro Ribeiro 1919: 739, grifo nosso)

No condicional presente o pronome complemento tambem precede **sempre** ao verbo: *Eu te daria um presente, se estudasses; nós te recompensariamos, se trabalhasses*.

Como ocorre no que respeita ao futuro, **algumas vezes tambem** se emprega a intercalação pronominal no condicional, dizendo: *dir-nos-ia, escrever-lhe-ias, contar-lhe-iam* tudo. (Carneiro Ribeiro 1919: 740, grifo nosso)

Júlio Ribeiro (1881) distingue a colocação pronominal no condicional e no condicional imperfeito. Afirma que “Com verbos no condicional, o pronome objecto antepõe-se **sempre**, ex.: *Tu me matarias; Vós me julgareis* (Júlio Ribeiro 1881: 223, grifo nosso); e “Com verbos no indicativo futuro e no condicional imperfeito, **usa-se** de uma construção especial: insere-se por tmese o pronome objecto entre o radical do verbo e a sua terminação, ex.: *Amar-te-á; Ver-te-ia*. (Júlio Ribeiro 1881: 223, grifo nosso)

Said Ali (1919), de modo ‘cauteloso`, defende a mesóclise no futuro do presente ou do pretérito:

Com o verbo no futuro do presente ou do preterito não se usa o pronome atono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, collocando-se *me, te, se*,

etc. entre a parte verbal corresponde ao infinitivo e as terminações *-ei, -ás, -á, -ia, -ias, -ia*, etc. Neste caso, é costume considerar os ditos pronomes como mesoclíticos. (Said Ali 1919: 278, grifo nosso)

Foi nesse contexto lingüístico que percebemos o maior problema de imprecisão vocabular. Os autores não mantiveram um esclarecimento dos modos dos tempos futuro e condicional para prescrever a regra da mesóclise. Utilizaram as denominações: “Futuro do Presente” (Said Ali); “Futuro do Pretérito” (Said Ali); “Futuro Imperfeito” (Pereira); “Condicional Imperfeito” (Pereira e Júlio Ribeiro); “Futuro Simples” (João Ribeiro e Carneiro); “Futuro do Indicativo” (Júlio Ribeiro); “Condicional” (João Ribeiro); “Condicional Passado” (Carneiro Ribeiro).

A mesóclise foi a posição mais recomendada nesse contexto lingüístico.

### 1.5 Com Gerúndios

Gomes (1916) defende a próclise: “...nas clausulas de participio presente governada por *em*: *Em SE recolhendo foi recebido de todo o povo* (Fr. Luiz de Souza). (Gomes 1916: 349)

Maciel recomenda a ênclise ao gerúndio e próclise quando ele vem precedido da preposição *em*:

No participio presente, constituindo proposição reduzida, [e a próclise] salvo si precedido da preposição *em*, por archaismo, ex.: *Achando-se* Jesus pela segunda vez do outro lado...cresceu grande concurso de poro. (Rebello da Silva, *Obra cit.*); *Ouvindo-os* murmurar, voltou-se Jesus e respondeu (Rebello da Silva, *Fastos da Igreja*); *Em nos avistamos*, vieram ao nosso encontro. (O auctor) (Maciel 1902: 316)

Pereira (1909 e 1911) também recomenda a próclise ao gerúndio precedido da preposição *em*:

Nas orações de gerundio, quando a phrase começa pela particula *em*: - *Em ME fallando* (=fallando-me) (Pereira 1909: 204)

Juncto aos participios presentes e gerundios, p. ex.: O levita, *tendo-se* levantado o sol, partiu; O polvo, *escurecendo-se* a si, tira a vista aos outros (A. V.)

Abrem **excepção** á regra as *locuções periphrasticas* e o *gerundio* precedido da preposição *em*, p. ex.: O sol *ia-se pondo*; Tudo, *em me vendo* chegar, me perguntava por ella e m'a pedia (A. C.) (Pereira 1911: 237)

Carneiro Ribeiro (1919) apresenta a mesma defesa dos autores acima porém, diferentemente de Gomes (1916), Maciel (1902) e Pereira (1909 e 1911), de maneira explicitamente 'categórica', haja vista as expressões grifadas por nós abaixo:

Com o participio presente, se por elle começa a phrase, **é obvia** a posposição do pronome complemento; se, porem, é o participio regido da preposição *em*, **o complemento vem ordinariamente** antes do participio: *Em me vendo*, fugiu; *em me dizendo* estas palavras, desatou em dorido pranto.

*Em se lhe tratando* de Deus, logo tornava em si (Luiz de Souza); Mas *em lhe dando* o ar da visinha e o cheiro que por tudo rescendia, a moça se levantou sã e salva (Idem); *Em me tocando* nas orelhas que são heregistas, já lhes não dou audiencia (F. M. de Mello); *Em os vendo*...os mandou matar a todos com uma morte cruellissima (Vern. M. Pinto). (Carneiro Ribeiro 1919: 742, grifo nosso)

João Ribeiro (1889 e 1897) coloca de modo autoritário: “Nas phrases do gerundivo **ha** anteposição: nas de fôrma imperfeita, posposição: *Em se levantando*...; *Levantando-se*. (João Ribeiro 1889: 277; 1897: 311, grifo nosso). Em suas obras de 1897 e 1906 é mais ‘categórico’: “Quando o gerundio não vem precedido de *em*, **ha posposição rigorosa**: Luiz, *levantando-se*, disse...(João Ribeiro 1897: 312); “Nas fôrmas do gerundio precedido de *EM*, ha anteposição: *Em se levantando*...**É regra rigorosa e muito seguida e observada nos bons escriptores**. (João Ribeiro 1906: 259, grifo nosso)

Porém, em João Ribeiro (1906), o efeito de sentido facultativo dos termos encontrados no trecho que descreve o gerúndio demonstra a percepção, por parte do autor, da divergência da questão: “Quando o gerundio não vem precedido de *em*, ha posposição: Luiz, *levantando-se*, disse...**Não é de muito rigor...e ha frequentes exemplos em contrario**. (João Ribeiro



1906: 259, grifo nosso)

Em suma, os autores prescreveram a próclise no que dizia respeito ao “particípio presente governado por *em*” (Gomes, Maciel); às “oração de gerúndio, quando a frase começa pela partícula *em*” (Pereira); às “locuções perifrásticas e o gerúndio precedido da preposição *em*” (Pereira); às “frases do gerundivo” (João Ribeiro); às “frases do gerundivo precedido de *em*” (João Ribeiro); e recomendaram a ênclise quando se remetiam ao “particípio presente e gerundivos” (Pereira); “particípio presente quando começa a frase” (Carneiro Ribeiro); “forma imperfeita” (João Ribeiro); “gerúndio não precedido de *em*” (João Ribeiro).

A estratégia do discurso ‘categórico’ esteve mais presente nas regras que acima expusemos.

## 1.6 No Início de Oração e Período

Para este contexto, Maciel (1902) e João Ribeiro (1897 e 1920) prescrevem de modo ‘categórico’ a ênclise:

**Proposição nenhuma** começa por variação pronominal taes como: *me* dizem...*lhe* trago...*o* vejo...*nos* consta, etc.

Portanto, **ocorre** a enclise:

a) Na proposição começada pelo verbo, ex.: Assusta-*me* a tormenta e a noite escura. (C. de Abreu, *Primaveras*); Alegrae-*vos* de eu não estar mal. (Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*); Faze-*te* mais ao largo e deita as redes. (Rebello da Silva, *Fastos da Igreja*); Traziam-*na* os horrificos algozes. (Camões, *Lusiadas*); Cerrou-*se* a noite clara e serena. (Fr. Luiz de Souza, *Annaes de D. João III*) (Maciel 1902: 315, grifo nosso)

**Nunca se começa** a phrase pelo pronome complemento: *me* diga, em vez de *diga-me*“. (João Ribeiro 1920: 171)

O pronome obliquo **nunca pôde** principiar uma proposição. Não se diz: *O* diga; *Me* faça o favor; porém, sim: Diga-*o*; Faça-*me*... (João Ribeiro 1897: 312);

João Ribeiro (1906) é ainda mais ‘categórico’ ao afirmar:

O pronome oblíquo **nunca pôde** principiar uma proposição (no começo do período ou de membro de frase, entende-se). Não se diz: *o diga*; *me faça o favor*; porém, sim: *diga-o*, *faça-me*...

Esta regra é bem fundamentada. **É raríssimo exemplo em contrario**. Há o exemplo que se encontra em Rodrigues Lobo-*Me contrada*-que era a letra ou divisa da rainha esposa de D. João I; mas naquele tempo o português era uma algaravia semi-atalinada. E qualquer exemplo, em qualquer caso, raríssimo, pôde ser castelhanismo. (João Ribeiro 1906: 260, grifo nosso)

Pereira (1909 e 1911) mantém a mesma estratégia ‘categórica’ enunciativa, apesar de considerar que essa regra não é absoluta no Brasil:

Quando o período grammatical se inicia pelo verbo, pois **é**, em geral, **vedado** começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sahir*, e não - *Se levantou para sahir*.

**Obs. Não é absoluta** esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece*, *me traga* - são expressões generalizadas em nosso fallar. Em Portugal attesta o Sr. Candido de Figueiredo que - *me mellem é idiotismo commun*. De facto, delle usou A. Herculano no *M. de Cister*: *Me mellem se entende o doutor*. E igualmente A. Castilho na seguinte phrase: <<*Me mellem se eu percebo o tal doutor.*>> E nas cartas de A. Vieira encontra-se: *Me avisam em muito secreto que Hespanha tem resolutio romper a guerra com França*. (Pereira 1909: 204; 1911: 237, grifo nosso)

Carneiro Ribeiro (1919) é ‘autoritário’ ao recomendar a ênclise em começo de frase, mas esclarece que a próclise pode ocorrer em uma oração que não inicia um período:

**Não se começa** phrase alguma em portuguez pelas variações pronominaes obliquas *me*, *te*, *se*, *lhe*, *lhes*, *nos*, *vos*, *o*, *a*, *os*, *as*. Assim que **não se deve dizer**: *Me parece* que te enganaste; *se* meditou muito sobre isso; *se* acharam perdido; *nos* é impossível; *vos* é indifferente; *o* encontraram quasi morto; *lhe* não quero mal; *lhes* apresentei mil desculpas; *o* obriguei a sair; *me* remetteu logo a resposta; *os* amava como se foram filhos; *te* provarei o contrario do que affirmas; *me* deixe; *me* perdoe; *me* desculpe; *me* permitta; *nos* ajude Deus. (Carneiro Ribeiro 1919: 725, grifo nosso)

Cai a lançar aqui observar que a variação pronominal oblíqua **pode** figurar no rosto de uma oração que não é a inicial de um período ou phrase, todavia, tem nos bons exemplares seguros fiadores que a legitimam.

Attente-se para os topicos seguintes, onde, em taes casos, é bem abonada a proclise: E eis aqui, *me parece*, o como lá para os outros me hei de haver. (Cast.); Em elle chegando na estalagem do caes, *nos avistaremos* como hontem (Idem); Meus filhos, *lhes disse*, o Snr. Mascarenhas, pouco mais estamos que a 40 leguas de Lisboa. (L. Felipe); Quando o sol nasce, *se lhe inclina* e o saúda; quando sobe, *se levanta* com elle; quando está no zenith, *o contempla* directo: quando desce, *se torna* a dobrar” (Vieira); Tornando a Portugal, *se retirou* a sua quinta de Cintra. (Jac. Freire); Feito isto, *se embarcou* o capitão-móe (Couto); Se me tratardes como rei, *vos tratarei* como irmãos; se me tratardes como irmãos, *vos tratarei* como rei. (Bernardes);

Emquanto á carta que pedis, *vos daremos* de muito boa vontade. (Fernão Mendes Pinto). (Carneiro Ribeiro 1919: 726, grifo nosso)

A ênclise foi, de modo mais categórico, a posição mais recomendada nesse contexto pela geração.

A imprecisão vocabular esteve presente nos termos “oração” (Gomes, Carneiro Ribeiro); “proposição” (Maciel e João Ribeiro); “período” (Pereira); “frase” (Carneiro e João). Carneiro Ribeiro (1919) foi o autor que melhor esclareu este contexto, haja vista o fato de ter explicado que o pronome pode aparecer proclítico em orações que não iniciam um período ou frase.

### 1.7 Em Locução Verbal com Infinitivo

Encontramos nesse contexto uma enunciação predominantemente ‘cautelosa’ pelo fato da possibilidade de haver a próclise e a ênclise, conforme os termos que encontramos na recomendação dos autores nos trechos que selecionamos e expusemos abaixo:

**Grande também é a liberdade de colocação** quando concorrem dous verbos no infinito: Sem *nos poder conter*; Sem *poder conter-nos*; Sem *poder-nos conter*; Sem *poder nos-conter*. (Pacheco & Andrade 1894: 615, grifo nosso)

Quando na phrase vierem dois infinitivos, acompanhados de um pronome, complemento do segundo, **por-se-á o pronome ou** antes do primeiro infinitivo, **ou** entre os dois ou depois do ultimo. Assim diremos: Sem *nos poder explicar*, sem *poder nos explicar* ou sem *poder explicar-nos*. (Carneiro Ribeiro 1919: 742, grifo nosso)

Em qualquer caso, quando existe um verbo composto com outro no infinitivo, a posposição a este, **sem ser de rigor**, é de uso correcto.

1. Não *lhe* posso dizer.  
Não posso dizer-*lhe*.
2. Em *se* preparando.  
Em querendo preparar-*se*.
3. Livro *que* *lhe* agrada.  
Livro *que* deve agradar-*lhe*.  
Livro *que* *lhe* deve agradar, etc.

(João Ribeiro 1897: 313, grifo nosso)

Como pudemos ver nos contextos lingüísticos que abordamos acima, houve presença tanto do discurso que denominamos ‘cauteloso’ quanto do ‘categórico’ nas regras formuladas para a *Questão*. A co-ocorrência dos efeitos de sentido que os termos que representam esses discursos surtem, revelam, indubitavelmente, as forças inovadoras e conservadoras em matéria de língua circundantes naquele período dos estudos lingüísticos brasileiros.

## 2. O tratamento ‘histórico’

Como prevíamos, a abordagem ‘histórica’ da *Questão* teve lugar nos textos de boa parte da geração que compusemos, nomeadamente em: Barreto 1903, 1911, 1914; Maciel 1889; Pacheco 1894; Pereira 1909, 1911, 1916; Carneiro Ribeiro 1919; João Ribeiro 1902<sup>12</sup>, haja vista a recepção positiva à orientação ‘cientificista’ circundante no período. Algumas vezes<sup>13</sup>, entretanto, essa abordagem ‘histórica’ se resumiu a comentários genéricos sobre o estado da língua portuguesa em tempos passados, ou a comparações com outras línguas românicas. Por esta razão, não se pode dizer que a história da língua, de modo geral, foi usada como critério explicativo para a oscilação no uso dos pronomes. Deparamo-nos, por exemplo, em Barreto (1914), com explanações do tipo:

No moderno castelhano os pronomes pessoais átonos nunca se antepõem ao infinitivo senão que se lhe pospõem enclíticos... (Barreto 1914: 162)

O espanhol e o português procedem diferentemente com o pronome e o infinitivo. O antigo espanhol tinha *para la servir*... (Barreto 1914: 162)

<sup>12</sup> Esse conjunto de textos representa 40% do total de textos que selecionamos para compormos o *corpus* principal desta pesquisa.

<sup>13</sup> Em 28% dos textos que apresentaram a abordagem ‘histórica’ à *Questão*: Barreto (1911, 1914); Pereira (1909, 1911, 1916); Carneiro Ribeiro (1919) e João Ribeiro (1902).

Nos antigos escritores encontramos muitas vezes, levando proclíticas, o infinitivo precedido da partícula *a...* (Barreto 1914: 164)

Caso é mui digno de notar-se que os antigos se serviam de *por* em orações finais onde hoje diríamos *para*, sem que o *por* nos pareça impróprio... (Barreto 1914: 166)

João Ribeiro (1902) analisa “...nos diversos períodos da língua portuguesa, os casos de collocação que nos offerecem os documentos escriptos.” (p. 210). O autor, conclui, através desse exame, que a colocação, de uma forma geral, “segue a mesma sintaxe da lingua moderna, apesar de alguns casos esporádicos, em contrario.” Para tanto, o francês, o italiano, o castelhano, o latim bárbaro lusitano e o espanhol antigo são estudados por ele.

Como podemos ver nos trechos acima, não houve a tentativa por parte desses gramáticos de se explicar o fenômeno da divergência da colocação pronominal pela ‘história’. Eles apenas apresentaram comentários e compararam estados lingüísticos passados.

## 2.1 A ‘tese da afeição arcaica’

Ainda nessa perspectiva de orientação histórica, identificamos um tipo de argumento com caráter explicativo nas obras de Barreto 1903; Maciel 1889; Pacheco 1894; e João Ribeiro 1902. Denominamo-o de ‘tese da afeição arcaica’, tese esta entendida por nós como uma justificativa subjetiva e arbitrária para a *Questão*.

Para Barreto (1903: 123) e Maciel (1889: 87), por exemplo, os escritores que insistiam em separar o verbo do pronome complemento “mediante a interposição do pronome pessoal sujeito ou de outras palavras”, o faziam pelo prazer em utilizar arcaísmos sintáticos, conforme podemos ver nos trechos abaixo:

Entretanto, **alguns escriptores modernos**, por diletantismo, escardando coisas obsoletas no estylo do seculo XVI, **procuram rejuvenescer esse archaismo syntactico**, reviver um typo de construcção que os bons seiscentistas já haviam rejeitado quasi por completo, e que, na linguagem actual, está inteiramente abolido.

(Barreto 1903: 129, grifo nosso)

**Alguns escriptores modernos por affectação de archaismo e alteração syntactica** procuram restabelecer este typo de construcção, desprezado totalmente pelos escriptores classicos do seculo XVI. (Maciel 1889: 87, grifo nosso)

Pacheco & Andrade (1894) desenvolvem também a ‘tese da afeição arcaica’ quando ao fazerem algumas alusões sobre o estado da colocação pronominal nos séculos XII e XIV e no latim bárbaro, concluem que o povo portuguez se ‘afeiçoou’ mais à anteposição, como dizem provar os dizeres, provérbios, juras, precações e imprecações encontradas na língua.

Observe-se:

**Mas que o povo portuguez mais se afeiçoou á anteposição**, provam-no os seus dizeres, proverbios, juras, precações e imprecações: O demo *te* leve; o diabo *te* carregue; Deus *te* ouça; Deus *te* ajude; máos raios *te* partam; Deus *me* livre, etc. (Pacheco & Andrade 1894: 619)

João Ribeiro (1902) demonstra ter conhecimento dessa argumentação, a qual chamamos de ‘tese da afeição arcaica’, circundante naquele período, quando afirma que não atribuiria muito valor às influências lingüísticas advindas da presença e da luta de diversas raças acontecidas no nosso meio, mesmo quando a divergência pronominal não puder ser explicada, em alguns casos, pelo gosto e pela vernaculidade antiga, como podemos atestar no trecho abaixo:

O facto da divergencia, ainda quando não denunciasse o gosto e a vernaculidade antiga, bem poderia attribuir-se á presença e á lucta de diversas raças diante de nosso meio physico. Não attribuímos exaggerado valor a estas causas...(João Ribeiro 1902: 206)

Através do exemplos acima, podemos afirmar que a ‘tese da afeição arcaica’ parece defender que a aparição da próclise, flagrada tanto em obras de contemporâneos da geração, quanto em obras publicadas em períodos lingüísticos posteriores, se dá devido à preferência individual de quem a realizou, ou seja, “pelo gosto” como o próprio João Ribeiro colocou. Essa tese entende, portanto, que a próclise não aconteceu de forma espontânea, o que nos leva

a crer que a divergência pronominal observada por parte dos autores da geração que acreditavam nessa tese, não teria sido compreendida como uma mudança evolutiva ocorrente na língua portuguesa e, sim, apenas, como um fenômeno que se repetia da mesma maneira na história da língua.

### 3. O tratamento 'fonético'

Identificamos também nos textos com os quais trabalhamos uma terceira abordagem explicativa à *Questão*, a qual denominamos de a 'tese fonética'. A argumentação dessa tese encontrada em Barreto 1916; Pacheco & Andrade 1894; Pereira 1907, 1909, 1916; e Said Ali 1895, 1919<sup>14</sup>, consiste, basicamente, na consideração, por parte dos gramáticos, do fator eufônico para justificar as divergências na colocação pronominal da língua portuguesa. A seguir, destacaremos os trechos que ilustram essa tese.

Barreto (1916) explica que a possibilidade de ocorrer próclise ou ênclise em locuções verbais aos verbos 'dominantes' e não à forma infinitiva ou gerundiva da locução, como em: não *o* quero dizer, começou-*lhes* a falar, quer-*me* governar, estava-*lhes* falando, é "mais uma prova de que **a colocação do pronome macentado**, como já mostrou o egrégio prof. Said Ali num dos melhores trabalhos especiais que sôbre esta questão se teem escripto, não **pode ser resolvida pela sintaxe, mas sim pela fonética.**" (1916: 80, grifo nosso)

Quando Pacheco & Andrade (1894: 618, grifo nosso) acabam de relacionar as regras, afirmam: "**A essas regras nem sempre se conservaram fieis os nosso classicos. Muitas vezes, decide a euphonia, a harmonia.**"

Encontramos em Pereira (1907) sua filiação à 'tese fonética' quando explica que

---

<sup>14</sup> O conjunto dos textos que apresentam esse tratamento representa 32% no total de textos colhidos para compor o *corpus* principal

outras posições pronominais, diferentes da ênclise, as quais chama de “deslocações” ou “perturbação da ordem direta”, são determinadas mais pela eufonia do que pela sintaxe. Sobre esse ponto esclarece:

**Judiciosamente observa o eminente professor Said Ali que a collocação dos pronomes é mais uma questão de ouvido do que de regras syntacticas.** E, sendo assim, claro é que a collocação dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensível a differença da phonetica ou prosodia do Brasil e de Portugal. (Pereira 1907: 241, grifo nosso)

Quando Pereira (1909) noticia o debate sobre a *Questão*, também apresenta sua filiação à ‘tese fonética’:

Este prolongado e luminoso debate, abriu novo e interessante capítulo no processo syntactico de collocação dos termos. Graças aos valiosos subsidios por elle fornecido, podemos ampliar o presente estudo. Cumpre, entretanto, observar que **a topologia pronominal é eminentemente uma questão de ouvido, e que não sendo identica a prosodia de Portugal e do Brasil, é natural a divergencia, sobre o ponto, que se nota entre os escriptores de um e de outro paiz.** Todavia, a prolongada controversia vae estabelecendo a desejavavel harmonia no assumpto, e não é mais licito aos escriptores brasileiros ignorarem como, sobre este assumpto, interpretaram os bons classicos portuguezes a indole da lingua que nos é commum. (Pereira 1909: 203, grifo nosso)

O trecho abaixo confirma a filiação de Pereira (1916) à essa tese:

Seria perder de vista os intuitos orthoepicos das regras sobre a topologia pronominal, convertê-las em cânones semelhantes ás leis dos medas e persas. **Não se tracta de uma questão syntaxe, mas de euphonia, e esta é relativa aos habitos da pronuncia, que differem de época para época, de região para região.** Muitas dessas regras accusam apenas tendencias mais ou menos accentuadas, como mostramos citando exemplos em contrario em bons escriptores. (Pereira 1906: 316, grifo nosso)

Em João Ribeiro (1902) encontramos:

Ha varios casos que não estão verdadeiramente fixados, e que parecem escapar a qualquer regra absoluta. Não se póde negar que a **euphonia**, algumas vezes ainda que raras, regula a collocação das *encliticas*. (João Ribeiro 1902:313, grifo nosso)



Diferentemente do que afirmamos sobre a ‘tese da afeição arcaica’, acreditamos que a ‘tese fonética’ traz uma explicação sustentável ao problema da divergência da colocação pronominal, dado o seu caráter não subjetivo. Apresentaremos a seguir argumentos que atestam a sustentabilidade dessa justificativa, provenientes, essencialmente, dos estudos de um dos gramáticos eleitos para representar a geração que compomos: Manoel Said Ali.

### 3.1 A ‘tese fonética’ de Said Ali na *Questão*

No que diz respeito ao tratamento fonético dedicado à *Questão*, Said Ali é tido pela sua geração como uma autoridade no assunto, haja vista as referências a seu nome encontradas nos trechos que expusemos no item acima, o que nos leva à possibilidade de concebê-lo como uma “liderança intelectual” para o período no que tange à ‘tese fonética’ abordada na *Questão*.

Sua ‘tese’ é desenvolvida em um artigo que publicou na *Revista Brasileira* de **1895** cujo título é “A Collocação dos Pronomes Pessoaes – Na Linguagem Corrente“. Nesse texto, o gramático trata, fundamentalmente, de explicar a divergência da colocação pronominal no português europeu e brasileiro.

A motivação para dissertar sobre esse tema é descrita nesse trabalho quando conta que, em conversa com um colega professor, foi chamado à atenção para um erro de colocação que havia sido encontrado nos sermões de Antonio Vieira: *nós lavamo-nos desta desgraça*. O erro nessa sentença, de acordo com o professor, era devido à ocorrência de *ênclise quando claro o pronome sujeito*. Até aquele momento, Said Ali expressa que se julgava indiferente à colocação dos pronomes ‘complementos’, e, intrigado com a questão, se propôs a investigar se outros autores também cometiam aquela colocação.

Seu primeiro passo na análise foi apresentar um levantamento de exemplos de autores portugueses: Gil Vicente, Antonio Vieira, Alexandre Herculano, Rebello da Silva, Eça de

Queiroz e outros<sup>15</sup>, sobre o caso do “pronomes complemento enclítico estando claro o pronome sujeito” e, com o exemplário organizado, provou que essa regra não era sempre respeitada por autores antigos e modernos. Como exemplo, expomos abaixo parte do levantamento feito pelo autor:

<b>Exemplos</b>	<b>Autoria/Obra</b>
1) Eu ponho-me a pagar.	Gil Vicente, Lusitânia
2) Eu rio-me daquillo.	Gil Vicente, Os fisicos
3) Vós tendes-me em dois ceitis.	Gil Vicente, Quem tem farellos...
4) Eu tambem...faço-me com elle um Hercules	Antonio Ferreira, Bristo
5) Eu conheço-a de menina	Antonio Ferreira, ib.
6) Eu vejo-me noite e dia aqui fechada	Romanceiro Geral
7) Elles chamam-me...marinello	Antonio Ferreira, Bristo
8) Elle solicita-nos com sua graça	Bernardes, Luz e Calor
9) Vós... ensinai-me a viver	D. Francisco M. de Mello, Sonetos
10) Elles crucificaram-no, nós adoramol-o	Vieira, Sermões
11) Vós tendel-a por trabalhosa... Vós tendel-a por cansada	Vieira, ib.
12) Mas nós lavamo-nos desta desgraça	Vieira, ib.
13) Ellas foram-se pôr na cabeça	Vieira, ib.
14) Eu encaminhei-me sozinho para o Calpe	Herculano, Eurico
15) Porque eu voltava-me para o céu	Herculano, ib.
16) Eu amava-te muito	Herculano, ib.
17) Eu precipitei-me nelle	Herculano, ib.
18) Eu despenhei-me	Herculano, ib.
19) Nós habituámo-nos a tel-a em conta de segunda mãe	Herculano, Monge de Cister
20) Eu encostei-me ao pé do lar	Herculano, ib.
21) Vós..andais-me comido de peccados	Herculano, ib.

<sup>15</sup> Said Ali afirma que investigou a questão nas mesmas fontes utilizadas por outros gramáticos daquela tradição.

22) Tu vai-te com Allah	Herculano, ib.
23) Eu esquecer-me-hia de tudo	Herculano, ib.
24) Vós esquecestes-vos disso	Herculano, Lendas e Narrativas
25) Elle e eu rimo-nos da simplicidade dos remendões	Rebello da Silva, Mocidade de D. João V.
26) Vossa paternidade e eu enganamo-nos um com o outro	Rebello da Silva, ib.
27) Eu deito-me a perder com este parasita	R. da Silva, ib.
28) Eu inclino-me a crel-o	Camilo Castelo Branco, Bohemia do Espírito.
29) Eu... volto-me para o verdugo	Camilo Castello Branco, ib.
30) Nós acercámo-nos de José de Ramatha	Eça de Queiroz, Relíquia
31) Ella ergueu-se de um salto	Eça de Queiroz, Crime do Padre Amaro.

Assim, provando que havia divergências na colocação pronominal dos autores portugueses, critica os gramáticos puristas da época que apontavam, segundo ele, que a colocação brasileira era errada justamente por ser divergente; “salvo si a grammatica deixa de ser uma sciencia que observa e registra os factos da linguagem, para tornar-se um codigo de dogmas arbitrarios.” (Said Ali 1895: 311)

Said Ali afirma que para estudar esse fenômeno era necessário proceder com um método - conforme os ditames positivistas circundantes na época - que consistia em investigar a linguagem “hodierna” e não a linguagem de autores de épocas passadas. Vale salientarmos que o autor observou essa linguagem nas obras de três autores portugueses, e não brasileiros, contemporâneos a sua geração: Rebello da Silva (1822-1871), Alexandre Herculano (1810-1877) e Camillo Castelo Branco (1825-1890).

Quanto, propriamente, à explicação que utiliza para explicar a divergência na colocação pronominal não somente na variante brasileira do português como também na variante européia do português, seus estudos o levam a sustentar o argumento do *meio* como

princípio explicativo. Para ele:

**Toda lingua altera-se fatalmente com a mudança de meio;** é por conseguinte grande destempero taxar de erroneo o nosso modo de falar pelo facto de divergir em varios pontos da linguagem do Reino. Si assim não fosse, chegaríamos forçosamente ao absurdo de considerar o analphabeto portuguez, que colloca por exemplo melhor os pronomes, mais profundo conhecedor da nossa lingua do que o mais culto Brasileiro. (Said Ali 1895: 313)

Dessa forma, por meio desse princípio, propõe que a “verdadeira conclusão científica” a respeito da divergência na colocação dos pronomes no português brasileiro e no português europeu é que “...em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral.”

Said Ali, possivelmente inspirado pelo modelo de ciência newtoniano, acaba por explicar que o deslocamento pronominal, resultado portanto da mudança que a língua portuguesa sofreu em seu meio, se dá em virtude de uma lei: “... quando não ha pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome abandona o verbo e junta-se á palavra precedente. As apparentes exepções a essa lei são devidas á interferência de outros factores, como a euphonia, a analogia, a tendencia erudita, etc“. (1895: 311)

#### **4. O Exemplário**

O exemplário esteve presente em todos os textos que analisamos. Sobre essa prática que consideramos condizente com o que a geração considerou fazer ciência, Barreto escreve:

Ponhamos aqui um dique á enxurrada dos exemplos. Se os nós excluíssemos, a breves palavras se reduziria este capitulo. Mas a extensão d'elle se póde desculpar: **entre a abundancia e a ausencia ou pouquidade de provas documentaes de uma verdade em materia de lingua, mil vezes a abundancia. Quantos mais exemplos,**

**melhor.** Exigir-se fé sob palavra por maior credito que ella mereça, é o que se não admite nestes casos. (Barreto 1903: 131 e 132, grifo nosso)

Ao lidarmos com os exemplos cujas fontes foram citadas, investigamos a nacionalidade dos autores dos exemplos, bem como suas biodatas. Essa tarefa fez com que observássemos que a geração de gramáticos brasileiros do período 1880-1920 lidou predominantemente com a variante europeia do português, haja vista a expressiva presença de autores portugueses no exemplário.

Esse fato leva-nos a concluir que apesar de ter havido algum esforço por alguns membros da geração brasileira de gramáticos em defender o 'meio' como princípio explicativo, as atenções não se voltaram à descrição da variante brasileira do português.

Exporemos a seguir uma tabela com os nomes dos autores citados mais de uma vez nos exemplos que mapeamos em nos *corpus*.

**QUADRO IV: As fontes dos exemplários**

<i>Autores</i>	<i>Biodata</i>	<i>Nacionalidade</i>
Antonio Feliciano de Castilho	1800-1875	Portuguesa
Alexandre Herculano	1810-1877	Portuguesa
Almeida Garret	1799-1854	Portuguesa
Antonio Ferreira	1528-1569	Portuguesa
Antonio Vieira	1608-1697	Portuguesa
Camilo Castelo Branco	1825-1890	Portuguesa
Cancioneiro de D. Diniz	Dom Diniz 1261-1325	Portuguesa
Frei Luiz de Souza (Manuel de Souza Coutinho)	1555-1638	Portuguesa
Gil Vicente	1465-1536	Portuguesa
João de Barros	1496-1570	Portuguesa
João de Lucena	1549-1600	Portuguesa
Júlio Diniz	1839-1871	Portuguesa
Latino Coelho	1825-1891	Portuguesa
Luis Augusto Rebello da Silva	1822-1871	Portuguesa
Luiz Vaz de Camões	1524/5-1580	Portuguesa
Machado de Assis	1839-1908	Brasileira
Manuel Bernardes	1644-1710	Portuguesa
Francisco Rodrigues Lobo	1579-1621	Portuguesa
Ruy Barbosa	1849-1923	Brasileira

## **Capítulo IV**

### **Revelando a dita cientificidade na *Questão***

## Capítulo IV - Revelando a dita cientificidade na *Questão*

### 1. As forças conservadoras e inovadoras em matéria de língua na *Questão*

Como entendida nesta dissertação, a *Questão* dizia respeito, fundamentalmente, às discussões promovidas por escritores e gramáticos em torno das diferentes possibilidades de colocação pronominal, percebidas e registradas pela geração de gramáticos brasileiros que publicaram textos gramaticais no período 1880-1920. A polêmica que se criou sobre esse problema tem a sua razão de ser no fato de que esse fenômeno lingüístico foi o lugar da convergência de forças inovadoras e conservadoras identificadas por nós nesta pesquisa. Situamo-nos, portanto, ao estudarmos o problema da divergência da colocação pronominal, no embate entre essas forças e, por isso, nosso trabalho tratou também do problema da tensão entre a tradição e a inovação.

Nos moldes de Dell Hymes (1983), constatamos que, no período dos estudos lingüísticos que selecionamos, havia a presença de uma “tradição de pesquisa periférica”, a ‘filosófica’, e “central”, a ‘científica’, nos tratamentos que a *Questão* recebeu e que essas tradições acabaram representando respectivamente as forças conservadoras e inovadoras em matéria de língua.

A “retórica revolucionária” praticada pela geração em prol do estabelecimento da corrente ‘científica’ foi por nós flagrada nos trechos que apresentavam as obras de nossos autores (cf. Cap. II, 2.2). Percebemos nesses textos que além de terem descrito no que a “nova corrente” consistia, acabavam também criticando a “tradição de pesquisa periférica” através de expressões de conotações negativas, denominando-a, por exemplo, de “velha tradição” que abordava os fatos da língua por meio de “descrições metafísicas fantasiosas”. Como vemos, a corrente de pesquisa menos em evidência no período era criticada por descrever a língua de



maneira não criteriosa, arbitrária, isto é, de modo não positivo.

O embate de forças inovadoras e conservadoras existentes no problema da colocação pode ser ilustrado a partir da demonstração da convergência dessas “tradições de pesquisa central e periférica”. Ao nos depararmos, por exemplo, com a explicação subjetiva da ‘tese da afeição arcaica’ (cf. Cap. III, 3.2.1) na abordagem ‘histórica’ considerada pertencente à “nova corrente”, percebemos a presença da irracionalidade tida por aquela geração como oriunda da corrente ‘filosófica’.

Quando Pereira (1907) expõe como solucionou o problema da dosagem do método (cf. Cap. III, 3.1), podemos verificar também a convergência dessas duas tradições:

Depois que Julio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo, conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente.

A orientação que seguimos, expol-a-emos em poucas palavras.

Em primeiro lugar, **procuramos a resultante das duas correntes**: - da corrente moderna, que dá emphase ao elemento historico da lingua, e da corrente tradicional, que mais se preocupa com o elemento logico na expressão do pensamento. Ha verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas.

Ninguem contesta, certamente, que os factos actuaes da lingua teem sua explicação racional nos antecedentes historicos da mesma lingua. E’ na phonologia, morphologia ou syntaxe historicas que nós encontramos a razão de ser das regras actuaes da grammatica expositiva sobre a pronuncia, sobre a fórmula dos vocabulos, ou sobre os processos syntacticos. Dahi não se segue, porém, que o estudo da grammatica historica deva anteceder ou mesmo acompanhar o estudo da grammatica expositiva. E’ esta, entretanto, a lamentavel confusão que tem grandemente prejudicado, nestes ultimos tempos, o ensino da lingua nacional. Basta, para satisfazer as exigencias racionaes do ensino expositivo, seguir-se a opinião criteriosa de Brachet, isto é, basta ministrar a dosagem historica ao alcance do alumno, sufficiente para a clara intelligencia dos phenomenos actuaes, sem que seja necessario baralhar o estudo da grammatica historica com o estudo da grammatica expositiva. Obediente a este criterio, consignamos, nas *Notas e Observações*, rapidas explanações historicas sobre a regra expendida no texto. (Pereira 1907: Prologo I, grifo nosso)

Quanto ao nosso methodo expositivo, dous principios nos serviram de fio conductor através da multiplicidade e mobilidade dos phenomenos gramaticaes: a) não partir a grammatica em *pequenos*, multiplicando ao extremo as divisões e subdivisões, com grave detrimento da clareza; b) classificar os factos e prendel-os na unidade de um todo harmonico.

Seguindo estes principios, que nos parecem verdadeiramente scientificos, procuramos systematizar os factos numerosos da lingua em grupos ou classes subordinadas a leis, concatenando esses grupos em suas relações naturaes, de modo

que formássemos da grammatica um corpo harmonico e symmetrico de doutrinas. Foi esse nosso escopo, principalmente Taxeonomia, Etymologia e Syntaxe. (Pereira 1907: Prologo III)

A “nova corrente” de estudos foi recebida no mesmo contexto escolar em que a “velha tradição” vinha sendo aplicada e, por esta razão, entendemos que o ambiente da escola secundária onde a geração de gramáticos que compusemos trabalhava (cf. Cap. II, 2) e a preocupação didática que inevitavelmente tinham nesse contexto não colaboraram com o estabelecimento pleno da proposta que diziam que a “nova corrente” tinha.

Atestamos esse fato quando indentificamos o predomínio do tratamento ‘pedagógico’ dedicado à *Questão* (cf. Cap. III, 3.1) face ao tratamento fonético que julgamos mais inovador para época, nos textos que fazem parte do nosso *corpus* principal.

Ao analisarmos os trechos gramaticais que revelavam esse tratamento ‘pedagógico’, lidamos com uma metalinguagem preservadora de uma tradição lingüística que se constrói na escola, onde o ensino da língua culta é realizado, a qual revela a luta da tradição contra a renovação na língua (Leite 1996). Essa metalinguagem preservadora foi mais claramente flagrada por nós no discurso de apresentação de regras para a colocação pronominal que chamamos de ‘categórico’.

Ainda no âmbito do tratamento ‘pedagógico’, o discurso que identificamos e denominamos ‘cauteloso’ demonstrou uma atitude inovadora por parte dos autores frente ao problema da divergência da colocação pronominal e, por isso, o consideramos proveniente da “tradição de pesquisa central”, a ‘científica’. Nessa perspectiva, os autores, por meio dos termos que utilizaram para apresentarem suas regras, não demonstraram autoritarismo e sim compreensão para com a possibilidade de haver, em muitos condicionamentos lingüísticos, a realização da próclise e da ênclise. Dessa forma, entendemos que a presença do discurso ‘cauteloso’ no tratamento pedagógico dedicado à *Questão* amenizava a noção de certo e

errado que rondava aquelas discussões.

Said Ali (1895), no artigo que resenha uma “nova” teoria ao problema da colocação pronominal, a qual chamamos de ‘tese fonética’, demonstra claramente querer combater esse purismo lingüístico, entendido por nós como uma das facetas da força conservadora que age no funcionamento das línguas: Para ele, “A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brazil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral”. (Said Ali 1895: 314)

Ao discorrermos nesta dissertação sobre os tratamentos ‘pedagógico’, ‘histórico’ e ‘fonético’ que identificamos dedicados à *Questão*, percebemos, de forma mais clara, a existência de duas justificativas ao problema da divergência da colocação pronominal, os quais nomeamos de ‘tese da afeição arcaica’ e ‘tese fonética’.

Essas justificativas estiveram presentes em parte dos textos que analisamos e, ao nosso ver, representaram um atitude inovadora perante o problema da colocação na medida em que os autores descreviam que a “nova corrente” entendia que a língua era vista como um organismo vivo, provido de história e destino, que deveria ser descrita e explicada, conforme observamos em Maciel e Júlio Ribeiro abaixo:

**As linguas são verdadeiros organismos historicos**, sujeitos ás leis da assimilação e da dissimilação que se desenvolvem nos phenomenos das altercates lexicas, provocadas por processos expontaneos e habitos tradicionaes.

As linguas são os reservatorios historicos onde se depositam os thesaurus das tradições populares, transmitidas através das gerações que se abysmaram e desaparecem no pelago insondavel dos tempos. (Maciel 1889: Introdução, grifo nosso)

**Nós temos mais de estudar as formas várias porque passou a nossa língua**, temos de comparar essas formas com a forma atual, **para que melhor entendamos o que esta é e como veio a ser o que é**. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitui a linguagem e o que nos importa ela. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a história do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem.

(Júlio Ribeiro 1913:20, grifo nosso)

Em contrapartida, a ausência de justificativas ao problema da divergência pronominal foi entendida por nós como uma das facetas das forças conservadoras que governam a língua. Assim, podemos concluir nesse momento que a recepção positiva à orientação ‘cientificista’ parece ter se dado mais na retórica daquela geração do que no método descritivo de língua que aplicaram.

A questão do argumento da *auctoritas* (cf. Cap. II, 3.1.2) tornou-se um ponto interessante para verificarmos a presença dessas forças, pois encontramos tanto no corpo do texto gramatical quanto no exemplário a presença e ausência equilibrada de fontes. Havia na retórica dessa geração, que se percebia estar fazendo ciência, um discurso que encorajava a citação das fontes “...a probidade científica aconselha citar-se um auctor...” (Maciel, 1902) e um discurso encoberto pela idéia do *meio* como princípio explicativo que encoraja, implicitamente, que a língua fosse estudada e exposta a partir de sua observação, o que, ao nosso ver, sugeria aos gramáticos que citassem exemplos somente oriundos da oralidade da variante brasileira do português. Apesar de termos encontrado no exemplário autorizado o predomínio de fontes portuguesas, tanto a presença como a ausência de fontes são atitudes que podem ser interpretadas como produtos de uma visão inovadora frente à língua.

Vale acrescentarmos que a decisão de se valer do argumento da *auctoritas*, principalmente no corpo dos textos gramaticais, também sugere que aquela geração reconhecia que a produção de conhecimento não era uma tarefa isolada e por isso deveriam se referenciar a outros colegas.

## 2. A não liderança intelectual de Júlio Ribeiro na ‘Questão’

Como resultado de análise dos textos introdutórios das obras de nossos gramáticos, defendemos nesta dissertação que a obra de Júlio Ribeiro foi tida como um “exemplar” para geração que representa pelo fato de seus contemporâneos gramáticos demonstrarem concordar com os ideais que essa obra divulgava. (cf. Cap. II, 2.1)

Contudo, quando nos deparamos com o texto que dedicou à *Questão* (v. Anexo), encontramos o seguinte:

- 1) Tratamento ‘pedagógico’ à *Questão*;
- 2) Ausência de justificativas;
- 3) Exemplário sem autoria;
- 4) Ausência de notícia ou histórico sobre o debate ocorrente na época;

Quando comparamos as características de tratamento à *Questão* acima com as dos outros textos que lidamos, verificamos que sua geração não o teve como autoridade na *Questão* — essa conclusão é validada também pelo fato de não termos encontrado seu nome citado nas referências de ‘apoio’ que mapeamos no corpo dos textos que abordaram a *Questão* (cf. Cap. III, 2.4). Nos outros textos, não encontramos somente o tratamento ‘pedagógico’, mas também os tratamentos ‘histórico’ e ‘fonético’; flagramos justificativas à *Questão*; os exemplários apresentavam também muitas fontes e; havia, em parte daqueles textos, notícia e histórico do debate que permeava a *Questão*.

### 3. A liderança intelectual de Said Ali no que tange à ‘tese fonética’ presente na *Questão*

Observamos o nome de Said Ali em grande parte dos trechos que identificamos a adoção por parte do autor da ‘tese fonética’ para explicar a divergência da colocação pronominal (cf. Cap. III, 3.). A aprovação pela geração de sua teoria não se deu somente pelos autores que selecionamos. Mário de Alencar (1919) também demonstrou opinião positiva para a solução que o autor encontrou ao problema, como podemos ver abaixo:

[...] em 1895, M. Said Ali, o admirável sabedor da nossa e outras linguas, occupou-se do assumpto, e escreveu um perfeito e exhaustivo trabalho a que não se pode accrescentar nada, nem contestar nada.

Entrou com animo limpo no estudo dessa questão. Colligiu os elementos em todos os escriptores e exemplares, e, adoptado o criterio linguistico de Sayce, de que <<sómente o uso determina o que é certo ou errado, não o parecer dos grammaticos, embora eminentes>>, conclui que o problema da colocação dos pronomes <<não pode ser resolvido pela syntaxe>>. <<E’ uma questão de ouvido. Ora para as questões de ouvido, de pronuncia, fez-se a phonetica, e não a syntaxe.>> (Mário de Alencar 1919: 190)

Assim como Bechara (1983), que agradece Said Ali por ter considerado a questão da colocações dos pronomes pessoais átonos pelo aspecto fonético, visto que, para ele, essa mudança aspectual proporcionou o estudos dos vocábulos átonos e tônicos, chegando-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano.

Ao nosso ver, o inovadorismo da ‘tese fonética’ de Said Ali, oriunda de sua concepção mais naturalista de língua (cf. Cap. II, 3.1.2), está no fato de ela não confiar somente à história a responsabilidade de explicar as mudanças pelas quais uma língua sofre.

## **Conclusão**

## Conclusão

Podemos concluir que no período 1880-1920, ao estudarmos o problema da colocação pronominal nas gramáticas elaboradas por autores brasileiros, os estudos lingüísticos brasileiros se configuraram da seguinte forma :

- 1) Através da presença marcada da escola secundária no processo de formação intelectual dos autores o que justifica, por exemplo, o predomínio do tratamento 'pedagógico' dedicado à *Questão*;
- 2) Através do tratamento 'histórico' não explicativo ao problema;
- 3) Através de uma tese explicativa de natureza subjetiva, a 'tese da afeição arcaica', herança de uma prática descritiva oriunda da tradição de pesquisa 'filosófica';
- 4) Através de um tratamento não somente historicizante, com a 'tese fonética' de Said Ali, que privilegiou o 'meio' como princípio explicativo.

Em síntese, constatamos a presença da preocupação pedagógica, da tradição 'filosófica' e da tradição 'científica' nos tratamentos à *Questão*, o que demonstra que o nosso intento em queremos retratar o período dito científico nesse problema gramatical acabou revelando, na mesma medida, a não presença desse período. Isto posto, não chamaríamos a gramática realizada com a *Questão* de 'científica', dado o seu caráter eclético e divergente.



Essa divergência na colocação pronominal não se dava somente no seu âmbito interno de realizações da ênclise, da próclise e da mesóclise, mas também se dava nos modos de tratamentos dedicados à ela.

## **Bibliografia**

## Bibliografia

### *Fontes Primárias*

Barreto, Mario. 1903. *Estudos da língua portuguesa*: com uma carta de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria da Viúva Azevedo & C., editores.

----- . 1911. *Novos estudos da Língua Portuguesa*. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

----- . 1914. *Novíssimos estudos da Língua Portuguesa* [Coleção de Artigos – 2ºmilheiro]. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

----- . 1916. *Factos da língua portuguesa* [com prefácio de Silva Ramos]. Rio de Janeiro, São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

Gomes, Alfredo Augusto. 1916. *Grammatica Portugueza*. 16 ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

Maciel, Maximino de Araújo. 1889. *Philologia Portugueza*. Rio de Janeiro: Typografia de José de Oliveira.

----- . 1902. *Lingua portugueza: Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3 ed. [augmentada com muitas notas e resumos synopticos]. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier.

----- . 1918. *Grammatica Descriptiva*. 7 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Silva Junior, Manuel Pacheco da; Andrade, Lameira. 1894. *Grammatica da Lingua Portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes* . 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/ Livraria Clássica de Alves.

Pereira, Eduardo Carlos. 1907. *Gramatica Expositiva*. 1 ed. São Paulo: Weisflog Irmãos & Co.

----- . 1909. *Grammatica Expositiva*. 2 ed. São Paulo: Duprat & Comp. H.

----- . 1911. *Grammatica Expositiva* [Melhorada e ampliada]. 3 ed. São Paulo: Duprat & Comp.

----- . 1916. *Grammatica histórica*. [a completar]

Ribeiro, Ernesto Carneiro. 1919. *Serões grammaticaes; ou nova grammatica portugueza*.  
Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos.

Ribeiro, João. 1889. *Grammatica Portugueza (3º anno)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

----- . 1913. *Grammatica Portugueza* [1º anno de portuguez]. 67 ed. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

----- . 1920. *Grammatica Portugueza* [curso medio, 2º anno de portuguez]. 34 ed. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

----- . 1897. *Diccionario Grammatical* [augmentada pelo distinto philologo M. Pacheco da Silva Junior]. 2ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Clássica de Alves & Comp.

----- . 1906. *Diccionario grammatical*. 3ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.

----- . 1902. *Estudos philologicos* [Nova edição]. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, Livreiro-Editor.

Ribeiro, Julio César. 1881. *Grammatica Portuguesa*. 1 ed. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler.

----- . 1900. *Grammatica Portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Typographia da C. Industrial de São Paulo.

Said Ali, Manuel. 1905. *Vocabulário ortographico precedido das regras concernentes as*

*principaes difficuldades ortographicas da nossa língua.* Rio de Janeiro: Laemmert & Companhia.

----- . 1919. *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa.*

----- . 1895. A Collocação dos Pronomes pessoaes. *Revista Brasileira*, nº 1. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores.

### **Fontes Secundárias**

Alencar, José. 1875. Pós-escrito. *Diva: Perfil de Mulher*. 3 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 67-70.

Alencar, Mário de. 1919. Período Pronominal. *Revista da Língua Portuguesa*. Dir. de Laudelino Freire. Rio de Janeiro, 1: 185-195.

Ali, Manuel Said. 1950. *Dificuldades da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

----- . 1975. *Investigações filológicas*. s/e. Rio de Janeiro: Grifo.

Almeida Junior. 1937. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. XVII.

Altman, Cristina. 1998. Em busca do método: observações introdutórias sobre a historiografia lingüística. *A pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. 1 ed. São Paulo: Humanitas.

----- . 2003. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. 2 ed. São Paulo: Humanitas.

----- . 2004. Filologia e Lingüística – outra vez. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 6: 161-198.

Aurox, Sylvain. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.

Barreiros, Arthur. 1880. A Collocação Pronominal. *Revista Brasileira* s/n.

- Barreto, Fausto Carlos. 1891. *Seleccao litteraria: alguns dos principaes escriptores da lingua portugueza do seculo XVI ao XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Azevedo.
- . 1852-1915, ed; Laet, Carlos de, 1847-1927, ed; 1896. *Anthologia nacional ou Collecção de excerptos dos principaes escriptores da lingua portugueza do 19º ao 16º século*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo.
- . 1913. *Anthologia nacional*. 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- . 1918. org; Laet, Carlos de, org. *Anthologia nacional ou Collecção de excerptos dos principaes escriptores da lingua portugueza, do 20. ao 16. século*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- . 1946. *Antologia nacional ou coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguêsã do 20. ao 13. Século*. 26 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bechara, Evanildo. 1983. *Moderna Gramática Portuguesa - Cursos de 1º e 2º graus*. 28 ed. Companhia Nacional.
- Benveniste, Émile. 1995. *Problemas de lingüística geral I*. [Trad. de M. G. Novak e M. L. Néri do orig. francês *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris: Gallimard, 1966.] Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP.
- Borba, Francisco da Silva. 1991. Fonética e Fonologia. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, 99-142.
- Bourdieu, Pierre. 1997. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Bueno, Eduardo. 2003. *Brasil: uma História – A incrível saga de um país*. São Paulo: Editora Ática.
- Bueno, Francisco da Silveira. 1958. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. s/e. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

- Braga, Joaquim Fernandes Theophilo. 1876. *Grammatica Portugueza Elementar: fundada sobre o methodo histórico-comparativo*.s/e. s/c:s/e.
- Casimiro, Arival Dias. 2004. A Gramática Científica de Eduardo Carlos Pereira. Tese de Doutorado. PUC-SP.
- Cavaliere, Ricardo. 2000. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. [Coleção Ensaio, número 16]. Niterói: EdUFF.
- Christino, Beatriz. 2006. *A rede de capistrano de Abreu (1853-1927) : uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-âi em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- Coelho, Olga Ferreira. 2003. A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: Língua e Identidade Nacional na segunda metade do século XIX. (Tese defendida na USP)
- Cortesão, C. 1986. Conservação e inovação no português do Brasil. *O eixo e a roda* 5:230.
- Coseriu, Eugenio. 1979. *Sincronia, diacronia e história. O problema de mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença.
- , 1980. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem*. [Trad. de Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira do orig. espanhol *Tradición e Novedad en la Ciencia del Lenguaje*, Madrid: Gredos, 1977.] Rio de Janeiro: Presença.
- Cunha, A Estevão da Costa e. 1883. *Princípios de Gramática Histórica e Comparada*. s/e. s/c:s/e.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley. 1985 . *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Cyrino, Sonia Maria Lazzarini. 1993. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. In Roberts, Mary A. Kato (orgs.). Campinas, São

Paulo: Editora da Unicamp, 163-183.

Dias, A. Gonçalves. 1921. Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. *Estante clássica da Revista da língua portuguesa*. Vol. VII.

Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. 1989. Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. *Fotografias Sociolingüísticas*.

Dubois, Jean et alii. 1995. *Dicionário de Lingüística*. [Trad. coordenada por Izidoro Blikstein, do original francês *Dictionnaire de Linguistique*, 1973.] São Paulo: Ed. Cultrix.

Eco, Umberto. 1998. *Como se faz uma tese*. [ Trad. De Gilson C.C. de Souza do orig. italiano *Como se fa una tesi de láurea*, 1977.] São Paulo: Perspectiva.

Elia, Silvio Edmundo. 1913. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

-----, 1961[1940]. *O problema da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.

-----, 1975[1963]. *Ensaio de Filologia e Lingüística*. 2 ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL.

-----, 2003. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.

Faraco, Carlos Alberto. 1991. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Editora Ática.

Fávero, Leonor Lopes. 1994/95. Sentido e gramáticas no século XVIII. *Língua e Literatura* 21: 109-130.

-----, 1999. O saber da língua: gramática do século XIX. *Estudos de história da língua portuguesa*: Eberhard Gärtner...(ed.) Frankfurt am Main: TFM (Biblioteca luso-brasileira; Vol. 7).



- , 2000. A produção gramatical brasileira no século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica. *Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos /* Diana da Luz Pessoa de Barros, (org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP.
- , 2002. A Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro. *ANPOLL* 13:73-88.
- ; Molina, Márcia A. G. 2006. *As concepções lingüísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Fausto, Barreto. 1994. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE.
- Ferreira, C. 1984. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Revista Lusitana*. Lisboa, Vol. 5 (Nova Série)
- Ferro, M. 1996. *História das civilizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Figueiredo, Antonio Candido de. 1917. *Problema da colocação de pronomes: suplemento as gramaticas portuguesas*. 3. ed. Lisboa : Livraria Clássica.
- , 1920. *Gramática sintética da Língua Portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- , 1928. *O problema da colocação de pronomes (suplemento as gramaticas portuguesas)*. 5. ed. Lisboa: Classica Editora.
- Freire, Laudelino. 1920. A defesa da língua nacional. *Revista da Língua Portuguesa*.
- Galves, Charlotte. 1992. O nascimento do português brasileiro [comunicação à Reunião Anual da ABRALIN]. São Paulo, 15 pp., mimeo.
- , 1993. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*, Ian Roberts, Mary

- A. Kato (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 387-408.
- . 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Ghiraldelli, Paulo Jr. 2006. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez.
- Guimarães, Eduardo. 1994. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a Gramatização Brasileira. *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes.
- Guinzburg, C. 1981. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- Guy, G. 1981. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax and Language History*. Philadelphia: Ph. D. Dissertation. (mimeo).
- Houaiss, Antônio. 1985. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO.
- Hymes, Dell. 1983. "Traditions and paradigms". *Essays in the History of Linguistic Anthropology*, 345-483. Amsterdam: John Benjamins. [Rep. de 1974. "Introduction; Traditions and Paradigms" *Studies in the History of Linguistics*, ed. por Dell Hymes, 1-38. Bloomington & London: Indiana university Press.]
- Jakobson, Roman. 1973. *Main Trends in the Science of Language*. London: Ed. George Allen and Unwin.
- . 1976. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix .
- . 1991. *Linguística e Comunicação*. [Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes.] São Paulo: Editora Cultrix.
- Koerner, Konrad. 1975. *European structuralism: early beginnings*. In: Sebeok (Ed.) 1975: 717-827.
- . 1978. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Foreword by R.H.

Robins. Amsterdam: John Benjamins.

-----, 1989a. On the problem of ‘influence’ in Linguistic Historiography. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, 31-46. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

-----, 1989b. Models in Linguistic Historiography. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, 47-60. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

-----, 1996a. Questões que persistem em Historiografia da Lingüística. [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography”. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.] *DELTA. Revista de Documentação e Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* 12:1.95-124.

-----, 1996b. A questão da metalinguagem na Historiografia. [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês “Metalanguage in Linguistic Historiography”. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.] *DELTA* 12:1.95-124.

Koerner, E. F. K. & R. E. Asher, eds. 1995. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognivists*. Oxford & New York: Pergamon.

Kristeva, Julia. 1974. *História da linguagem*. Col. Signos. [Trad. de Maria Margarida Barahona do original francês.] Lisboa: Edições 70.

Kuhn, Thomas Samuel. 1987. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. [Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira do orig. inglês: *The Structure of Scientific Revolutions*, 1962]. São Paulo: Perspectiva. Inclui Posfácio de 1970.

Lakatos, Imre; Musgrave, Alan (Orgs.). 1979. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. (Quadro volume das Atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realized em Londres, 1965). Trad. Octávio Mendes Cajado do orig. inglês: *Criticism and the Growth of knowledge*, 1970. São Paulo: Cultrix/Edusp.

- Laudan, Larry. 1977. *Progress and its problems*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Law, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leite, Marli Quadros. 1996. *Purismo Lingüístico - suas manifestações no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- . 2001. *O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI*. São Paulo: Cortez.
- Leite, Yonne. 1975. Lingüística e Antropologia. *Ciência e Cultura* 27: 12.1281-1292.
- Leme, Odilon Soares. 2008. *Colocação Pronominal*. São Paulo: Editora Manole.
- Lemos, V. 1995. *A Língua Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lightfoot, David. 2006. How Long was the Nineteenth Century. *Delta. Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Unicamp, Campinas, Vol. 16. Número Especial: 81-98.
- Lobo, T. 1996. *A formação histórica do português brasileiro. O estado da questão*. Comunicação ao XI Congresso da ALFAL. Gran Canária (mimeo)
- . 2001. *Para uma sociolingüística histórica do português do Brasil*. 4 vols. São Paulo: USP (Tese de doutoramento).
- Lopes, Edward. 1993. Fonética e Fonologia. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Ed. Cultrix: 97-149.
- Lucchesi, Dante. 1994. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12: 17-28.

- . 1998. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular, in: Grosse, S. e Zimmermann (orgs.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main, TFM, pp. 1-26.
- . 1999. *Tendências de mudança no português do Brasil rumo ao “ponto impróprio”* (inédito).
- ; Baxter, A. 1997. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 65-84.
- Lyons, John. 1987. Os Sons da Língua. *Língua(gem) e Lingüística*. [Trad. de M.W. Averbug e C.S. de Souza do orig. inglês *Language and Linguistics*, England: Cambridge University Press, 1981.] Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 71-100.
- Maciel, Maximino. 1910. Breve Retrospecto sobre Ensino da Língua Portuguesa. *Grammatica Descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Mainaugenau, Dominique. 1989. *Les composants d’une théorie linguistique*. Conferência.
- Martins, Ana Maria. 1994. *A história dos clíticos na língua portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras (Tese de doutoramento).
- Martins, Wilson. 1957. *A palavra escrita*. São Paulo: Editora Anhembi.
- Masterman, Margaret. 1979. *A natureza do paradigma*. In: Lakatos e Musgrave (Orgs.). 1979, 72-108.
- Mattoso Câmara Jr., Joaquim. 1986. *História da Lingüística*. 4. ed. [Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês, 1962] Petrópolis: Ed. Vozes. (2ª. ed. 1975, 3ª. ed. 1979)
- . 1989[1941]. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Editora Padrão.

- Melo, Gladstone Chaves de. 1946 [1940]. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir.
- Monteiro, Clóvis. 1931. *Português da Europa e português da América*. Aspectos da evolução do nosso idioma. Rio de Janeiro: J. Leite.
- Moulines, Carlos Ulises. 1980. A concepção kuhneana da ciência e a revolução newtoniana em mecânica. Trad. João Paulo Monteiro, s/d. *Ciência e Filosofia* 2: 37-48.
- Mounin, Georges. 1970. *História da Lingüística. Das origens ao século XX*. [Trad. de F. J. Hopfer Rego do orig. francês *Histoire de la Linguistique*, 1967.] Porto: Ed. Despertar.
- Murray, Stephen O. 1994. *Theory Groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam: John Benjamins. (1 ed., U.S.A: Linguistic Research, Inc. Carbondale; Canada: Edmonton Univ. Press, 1983.)
- Naro, Anthony Julius. (Orgs). 1976. *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Naro, Anthony Julius. e Scherre, M. 1993. Sobre as origens do português popular brasileiro. *DELTA* 9 (nº especial): 437-455.
- Nascentes, Antenor. 1939. *Estudos Filológicos: 1ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Neto, Serafim da Silva. 1957. *Manual da Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Newmeyer, Frederick, J. 1983. *Grammatical theory. Its limits and its possibilities*. Chicago: The University of Chicago Press.
- , 1986a. *The politics of Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- , 1986b. *Linguistics Theory in América*. Orlando: Academic Press. (1. ed. *Linguistics Theory in America: the first quarter century of transformational generative grammar*,

- 1980; trad. esp. de Jose Javier González Higuera et al. do orig. Inglês. Madri: Alianza.)
- Nunes, Jairo M. 1993. Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 207-222.
- Oliveira, Fernão de. 1975[1536]. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de M. C. Buescu. Lisboa: IN-CM.
- Pagotto, Emilio G. 1993. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 185-206.
- Percival, W. Keith. 1976. The applicability of Kuhn's paradigms to the history of Linguistics. *Language* 52:2.285-294.
- Pinto, Edith Pimentel (sel./apres.) 1978. Introdução ao seu *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos, 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história XV-LVIII*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp.
- Pinto, Edith Pimentel (sel./apres.). 1981. Introdução ao seu *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp.
- Raposo, Eduardo Paiva. 1992. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- Ramos, Silva. 1919. Carta a Mário Barreto. *Revista da Língua Portuguesa*.
- Ribeiro, D. 1995. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Ribeiro, Ernesto Carneiro. 1957. *Estudos de gramática e filologia*. Bahia: Progresso.

- Ribeiro, Júlio. 1887. *Procelárias*. São Paulo: Cultura Brasileira.
- Ribeiro, I. 1997. *A mudança do PB é mudança em relação a que gramática?* Comunicação. I Seminário para a história do português brasileiro. Atas (no prelo).
- Ribeiro, João. 1889. *Diccionario grammatical : contendo em resumo as materias que se referem ao estudo historico-comparativo da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Robins, Robert Henry. 1979. *Pequena História da Lingüística*. [Trad. de Luiz Martins M. de Barros do orig. inglês *A Short History of Linguistics*, 1967.] Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.
- Rorty, 1993. The Historiography of Philosophy: four genres”. *Truth and Progress. Philosophical Papers* vol. III, pp. 247-273. Cambridge: University Press.
- Rossi, Nelson. 1980. A realidade lingüística brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Vol. 22: 35-44.
- Saussure, Ferdinand de. 1993. *Curso de Lingüística Geral* [Trad. de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein do orig. francês *Cours de Linguistique Générale*, Paris, 1ª ed. em 1916, póstuma] São Paulo: Ed. Cultrix.
- Schlieben-Lange, Brigitte. 1993. *História do Falar e História da Lingüística*. [Trad. de Fernando Tarallo et al.] Campinas: Editora da UNICAMP.
- Schei, Ane. 2003. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Humanitas.
- Silva, J. J. Paranhos da. 1879/80. *O idioma do Hodierno Portugal Comparado com o do Brazil*. Rio de Janeiro: Lourenço Winter.
- , 1882. *Questões de lingüística*. Rio de Janeiro: Lourenço Winter.



- Silva, Pereira da. 1884. *Nacionalidade, língua e literatura de Portugal e Brasil*. Paris: Guillard-Ailland.
- Silva, Rosa Mattos e. 2002. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. 5 ed. São Paulo: Contexto.
- Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da. 1971. *Fonética sintática*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, Instituto de documentação Serviço de publicações.
- Skiljan, Dubravko. 2000. Traduction ‘retrospective’ et traction ‘prospective’ des textes Grammaticus anciens. *Histoire Epistémologie Langage* 22:2.7-14.
- Spina, Segismundo. 1989. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- Swiggers, Pierre. 1979. Note épistémologique sur le statut de l’historiographie de la linguistique. *HEL* 1:1.61-63.
- , 1981. “The history writing of Linguistics: a methodological note”. *General Linguistics* 21:1.11-16.
- , 1983. “La méthodologie de l’historiographie de la Linguistique”. *FLH* 4:55-79.
- , *Reflections on (models for) Linguistic Historiography*. In: Hüllen (Ed.). 1990, 21-34.
- , 1992. “History of Linguistics”. *International Encyclopedia of Linguistics*. Vol. II, ed. por William Bright, 140-141. Oxford: Oxford: Oxford University Press.
- , 1993. Langage, Langue(s), Comparaison et Histoire aux Temps Modernes. *Geschichte der Sprachtheorie: Studien zum Sprachbegriff der Neuzeit* (=MLL 4), ed. por Ulrich Hoinkes, 1-29. Münster.
- , 1997. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: PUF.

- 2005. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003.
- Tarallo, Fernando. 1993. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, pp. 69-105.
- 1996. *Diagnosticando uma gramática brasileira d'aquém e d'além mar ao final do século XIX: Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes.
- Teyssier, Paul. 1997. *História da Língua Portuguesa*. [Trad. de Celso Cunha do orig. francês *Histoire de la Langue Portugaise*, 1980.] São Paulo: Martins Fontes.
- Thomsen, Vilhelm (Ludvig Peter). 1945. *Historia de la Lingüística*. [Trad. de Javier de Echave-Sustaeta da trad. alemã de H. Pollack, *Geschichte der Sprachwissenschaft bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts: Kursgefasste Karstellung der Hauptpunkte*, 1927.] Barcelona: Labor. (1ª. ed. dinamarquesa de 1902)
- Varnhagen, Francisco. Adolfo de. 1850. *Florilégio da poesia brasileira*. Lisboa, Impr. Nacional.
- Vasconcelos, José Leite de. 1928. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- 1929. A Filologia Portuguesa. Esboço Histórico. *Opúsculos*, IV (Filologia), Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 866 (o trabalho é de 1888, reproduzido com alterações e acrescentos).
- 1959. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3 ed., Rio de Janeiro: Livros de Portugal (prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto).
- 1970. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2 ed. com adições e correções do

autor. Preparada por Maria Adelaide do Valle Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

Vergara, Moema de Rezende. 2004. *O Naturalismo da Revista Brasileira*. 1879-1900. Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.

Veríssimo, José. 1907. *Estudos de literatura brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: Garnier.

Whitney, Willian Dwight. 1875. *La vie du langage*. Paris: Germer-Ballière.

---

## **Anexo I**

### ***A Questão em Júlio Ribeiro (1881)***













# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)